



VOL 1

GUIA LAPPCOM ELEIÇÕES 2026

A estrutura da disputa e as clivagens territoriais



COORDENAÇÃO GERAL

Mayra Goulart

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO

Isabel Uchôa

Mônica Gonçalves

Priscila Schmitz

Victor Escobar

DIAGRAMAÇÃO

Petronilio Ferreira



Laboratório de Partidos,
Eleições e Política Comparada



CAPES

AUTORES

Alice Leal

Ana Luiza Helpe

Esther Barros

Felipe Muniz

Gabriela Lopes

Isabel Uchôa

João Pedro Alencar

Júlia Pereira

Lara Reis

Leonardo David

Marta Mendes da

Rocha

Mayra Goulart

Millena Dias

Mônica Gonçalves

Niara Melo Retana

Paulo Baía

Priscila Schmitz

Rayssa Veras

Theófilo Rodrigues

Victor Escobar





SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	3
<i>Território, ideologia e articulação</i>	8
<i>As eleições gerais de 2026</i>	15
<i>Rio de Janeiro 2026</i>	20
<i>Quem será o adversário de Eduardo Paes no Rio de Janeiro em 2026?</i>	24
<i>O Rio de Janeiro e a Batalha de 2026</i>	29
<i>O mapeamento das articulações políticas em 2025 por região</i>	38
<i>Rio de Janeiro</i>	39
<i>Baixada Fluminense</i>	46
<i>Leste Fluminense</i>	53
<i>Sul Fluminense</i>	61
<i>Macaé - Cabo Frio - Rio das Ostras</i>	65
<i>Campos dos Goytacazes</i>	72
<i>Petrópolis</i>	77
<i>Barra Mansa - Volta Redonda</i>	86



APRESENTAÇÃO



Neste volume, estão compilados os resultados iniciais do monitoramento realizado ao longo de 2025 e 2026 pelo Grupo de Trabalho de Política Local do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom-UFRJ). Este relatório integra o esforço contínuo de monitoramento político desenvolvido pelo Lappcom, dando prosseguimento ao acompanhamento sistemático das eleições municipais de 2024 no estado do Rio de Janeiro, cujos resultados e análises foram consolidados nos volumes dos Guia das Eleições Municipais, ampliando agora o foco para os desdobramentos políticos do ciclo pós-eleitoral ao longo de 2025.

O Lappcom é vinculado ao Departamento de Ciência Política e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DCP/UFRJ e PPED/UFRJ), e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ). O Grupo de Trabalho de Política Local do laboratório visa investigar a dimensão subnacional por meio de processos eleitorais e dinâmicas e relações de poder entre atores políticos. O acompanhamento realizado pelo grupo faz uso de metodologias qualitativas e quantitativas, monitorando a movimentação entre os atores políticos locais e o território do estado do Rio de Janeiro, assim como, também, a distribuição de votos e recursos (emendas e gastos de campanha).

Nos últimos anos, a equipe do Lappcom produziu o dossiê “A Baixada Fluminense e as eleições de 2022”, com textos que situavam os principais atores políticos no território no contexto de eleições gerais e, em 2024, o projeto Guia das Eleições Municipais, com quatro volumes divulgados. A última produção relativa ao GT foi o Boletim “100 Dias de Governo: Acompanhamento das gestões municipais eleitas em 2024”, lançado em 2025. Ainda nesse ano, o GT começou a produção do monitoramento das eleições do ano de 2026, identificando a movimentação dos atores políticos no estado do Rio de Janeiro após as eleições de 2024 e os impactos desses personagens, também, na política nacional.

A proposta do monitoramento é analisar como os resultados das eleições municipais passadas se traduzem em arranjos de poder, estratégias de governo e reconfigurações político-partidárias nos municípios do estado do Rio de Janeiro. Parte-se do pressuposto de que o período imediatamente posterior às eleições municipais é decisivo para compreender tanto a dinâmica da política local quanto a preparação dos atores políticos para o próximo ciclo eleitoral, especialmente as disputas de 2026, de âmbito estadual e nacional.

A iniciativa dedica-se a acompanhar a atuação dos principais atores políticos locais, como prefeitos,

lideranças partidárias, vereadores e parlamentares com base territorial nos municípios, observando processos de continuidade e mudança nas elites políticas locais, a formação de coalizões, os conflitos institucionais e os reposicionamentos estratégicos ao longo do mandato. Ao adotar uma perspectiva de monitoramento contínuo, o estudo busca tornar inteligíveis dinâmicas que, muitas vezes, permanecem dispersas no noticiário cotidiano, oferecendo uma leitura analítica e comparada da política municipal fluminense.

Ao longo de 2025, o GT de Política Local realizou uma análise contínua e comparada dos municípios selecionados. Participaram do projeto seis alunas bolsistas de graduação em Ciências Sociais pela UFRJ¹, cinco pesquisadores voluntários alunos da UFRJ², quatro doutorandos e um mestrando na área³, que coordenaram o monitoramento, e um doutorando em Comunicação pela UFF⁴, responsável pela etapa de diagramação do projeto. Para fins de organização e comparabilidade, os municípios analisados foram agrupados por regiões, seguindo a atual divisão regional estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseada na constituição da rede urbana e a rede de infraestrutura que interliga os municípios agrupados, conforme ilustrado na figura 1. Esse recorte permite captar variações territoriais relevantes, respeitando as especificidades políticas, econômicas e sociais de cada região, ao mesmo tempo em que favorece análises transversais sobre padrões de competição eleitoral, coordenação política e circulação de elites no estado do Rio de Janeiro.

Os 92 municípios do Rio de Janeiro foram divididos em cinco Regiões Intermediárias, as quais são: 1) Região Intermediária do Rio de Janeiro, 2) Região Intermediária Macaé - Rio das Ostras - Cabo Frio, 3) Região Intermediária Petrópolis, 4) Região Intermediária Volta Redonda - Barra Mansa e 5) Região Intermediária Campos dos Goytacazes. As regiões foram nomeadas a partir do “polo de maior hierarquia urbana” (IBGE, 2017) podendo trazer o nome de mais de um município, em caso de mesma hierarquia. Destaca-se a situação da Região Intermediária do Rio de Janeiro, que compreende toda a Região Metropolitana e municípios do litoral sul do estado. Neste caso, subdividimos essa região entre: a) Capital, b) Leste Fluminense, c) Baixada Fluminense e d) Sul Fluminense, a fim de garantir a cobertura completa.

Enquanto parâmetro para a análise dos atores políticos e das regiões, foram analisadas não apenas

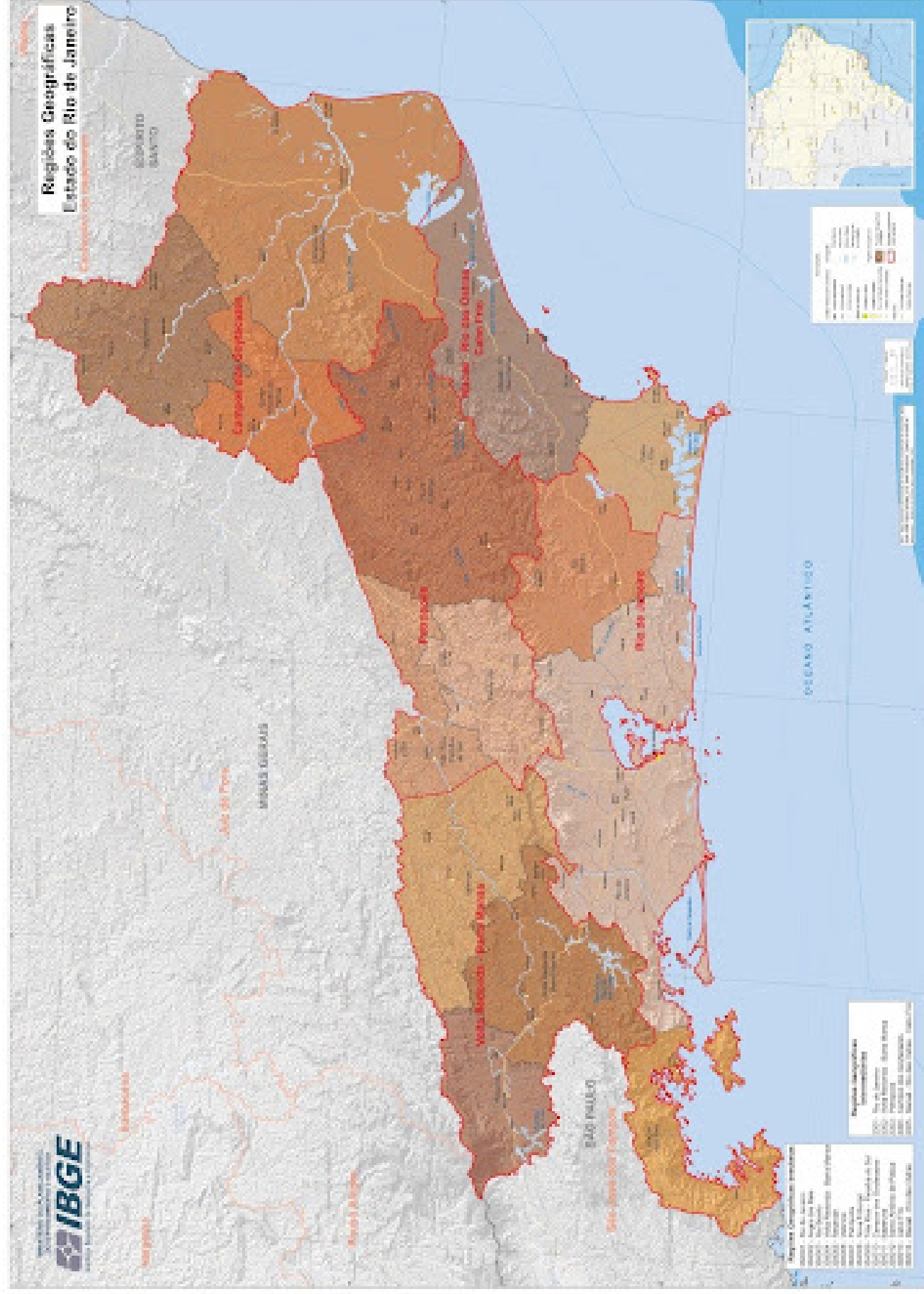
1 São elas: Ana Luiza Helpe, Júlia Pereira, Lara Knoff, Millena Dias, Niara Retana e Rayssa Veras.

2 São eles: Esther Barros, Felipe Muniz, Gabriela Lopes, João Pedro Alencar e Leonardo David

3 São eles: Isabel Uchôa (doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pelo PPED/UFRJ), Mônica Gonçalves (doutoranda em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRJ), Priscila Schmitz (doutoranda em Ciência Política pelo IESP-UERJ), Victor Escobar (doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRJ) e Raul Paiva (mestrando em Sociologia pelo PPGSA/UFRJ)

4 Petronilio Ferreira (doutorando em Comunicação pela UFF)

 Figura 1 - Divisão do Estado do Rio de Janeiro em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias - 2017



Fonte: IBGE/2017

as movimentações políticas dos prefeitos das localidades, mas também os principais deputados federais e estaduais que obtiveram ao menos 15% de seus votos provenientes dos municípios. Assim, a análise foca nos principais atores políticos por região.

O índice que calcula a concentração de votos utilizado neste Guia foi criado pelo Cartpol, projeto do Lappcom. Ele é uma parceria entre estudantes de Ciência Política da UFRJ e da UFRRJ e de Engenharia Eletrônica da COPPE/UFRJ para o desenvolvimento de uma plataforma de visualização e análise de dados políticos, que articula votos, recursos e redes do contexto político nacional e subnacional. Nesse Guia, nos valem de tais dados, extraídos da plataforma a partir dos indicadores supracitados, e articulados com os apontamentos qualitativos da equipe. Boa leitura!

Isabel Uchôa⁵

Mônica Gonçalves⁶

Priscila Schmitz⁷

5 Doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/UFRJ) e mestre em Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ). Coordenadora do eixo de Política Local do Lappcom.

6 Doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ) e mestre em Ciências Sociais pela UERJ. Coordenadora do eixo de Política Local do Lappcom.

7 Doutoranda em Ciência Política (IESP/UERJ). Graduada em Ciências Sociais (UFRJ) e em Ciência Política (Unirio). Coordenadora do eixo de Política Local do Lappcom.

Território, ideologia e articulação

Campos de disputa pelo governo do Rio de Janeiro

Mayra Goulart⁸

Victor E. David⁹

Existem dois lugares-comuns presentes na crônica política que parecem se confrontar e se definir com mais intensidade no cenário eleitoral de 2026 do Rio de Janeiro. O primeiro, de que “não existiriam certezas na política”, funcionaria como uma meia-verdade: desde as eleições municipais de 2024 na capital fluminense, observa-se a construção da candidatura do prefeito reeleito Eduardo Paes (PSB) ao governo, assim como pairava uma possível renúncia do governador Cláudio Castro (PL), que exerce seu segundo mandato, no ano eleitoral para se desincompatibilizar e concorrer ao cargo de senador, que vem ganhando concretude.

Por outro lado, a ideia de que “a política é dinâmica”, vem alcançando um ritmo tão intenso que os noticiários mostram a todo o momento uma reconfiguração de cenários, em especial para o campo da direita que se aglutina para a sucessão de Castro. Segundo a pesquisa Datafolha citada após a megaoperação no Complexo do Alemão e da Penha em outubro de 2025, a avaliação do governo de Cláudio Castro como “ótimo” ou “bom” subiu para 40 % entre os moradores do Rio de Janeiro e da região metropolitana, seu maior patamar desde 2022; na pesquisa anterior de setembro de 2022, esse mesmo índice era 31 % de ótimo ou bom, o que indica um crescimento de cerca de 9 pontos percentuais após a operação.

O então candidato outrora escolhido para suceder o governador, o deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar (União Brasil), compreendido como o avalizador do governo pela

8 Professora do Departamento de Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS). Coordenadora do Laboratório de Partidos Eleições e Política Comparada (Lappcom). E-mail: mayragoulart@gmail.com

9 Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Pesquisador do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom) e coordenador do eixo de Política Local do laboratório. E-mail: escobardvictor@ufrj.br

influência que exercia na casa e sobre outras lideranças políticas do estado e de municípios, foi atingido por uma operação da Polícia Federal em dezembro de 2025, ocasião em que foi preso preventivamente e afastado da presidência da ALERJ.

Em razão dessa hecatombe política, sendo o nome de Bacellar descartado, abriram-se novas disputas pelo posto, mobilizando especialmente os principais políticos com expressão territorial, que muitas vezes também detém controle partidário, e herdeiros do bolsonarismo, embora essas características possam se apresentar em um mesmo político. Ao que tudo indica, essa disputa se antecipa e deve ocorrer em dois momentos: tanto na eleição indireta para “mandato tampão” com a renúncia iminente de Castro, programada para abril de 2026, culminando nas eleições de outubro¹⁰. A cada dia, surgem novos “pré-candidatos” para ambos os pleitos, coexistindo com nomes que sempre pairam à política fluminense, com protagonismo de Washington Reis (MDB) e do deputado federal Dr. Luizinho (PP), que serão apresentados ao longo do texto.

Ante a certezas e incertezas, a eleição de 2026 no Rio de Janeiro se desenha como um processo aberto, marcado pela fragmentação do campo da direita e pela ausência, até o momento, de uma liderança hegemônica capaz de articular um projeto estadual consistente. A implosão do projeto Bacellar — que combinava controle da Alerj, mediação orçamentária e proximidade com o governo Cláudio Castro — revelou um limite estrutural: o poder territorial acumulado por elites locais, que garantiram a vitória do governador em 2022 em 91 dos 92 municípios do estado, não se converte automaticamente em coordenação estadual.

Dessa forma, existindo um vácuo de articulação e a ausência de definição, o pretenso candidato da continuidade do grupo político de Castro entra em ano eleitoral em desvantagem. Nas pesquisas incidentais do final de 2025, ainda com Rodrigo Bacellar figurando entre os pré-candidatos antes do seu afastamento, Eduardo Paes aparecia com grande vantagem, consolidando seu favoritismo¹¹. No entanto, considerando que o prefeito do Rio é um nome conhecido do eleitorado e que há uma forte identificação com a capital, o fato de que a força política da governabilidade de Castro se construiu pelo interior do estado, aponta para um cenário de uma disputa territorial, orientada pela dicotomia capital versus interior, remetendo à antiga discussão entre os estados do Rio e da Guanabara antes da fusão.

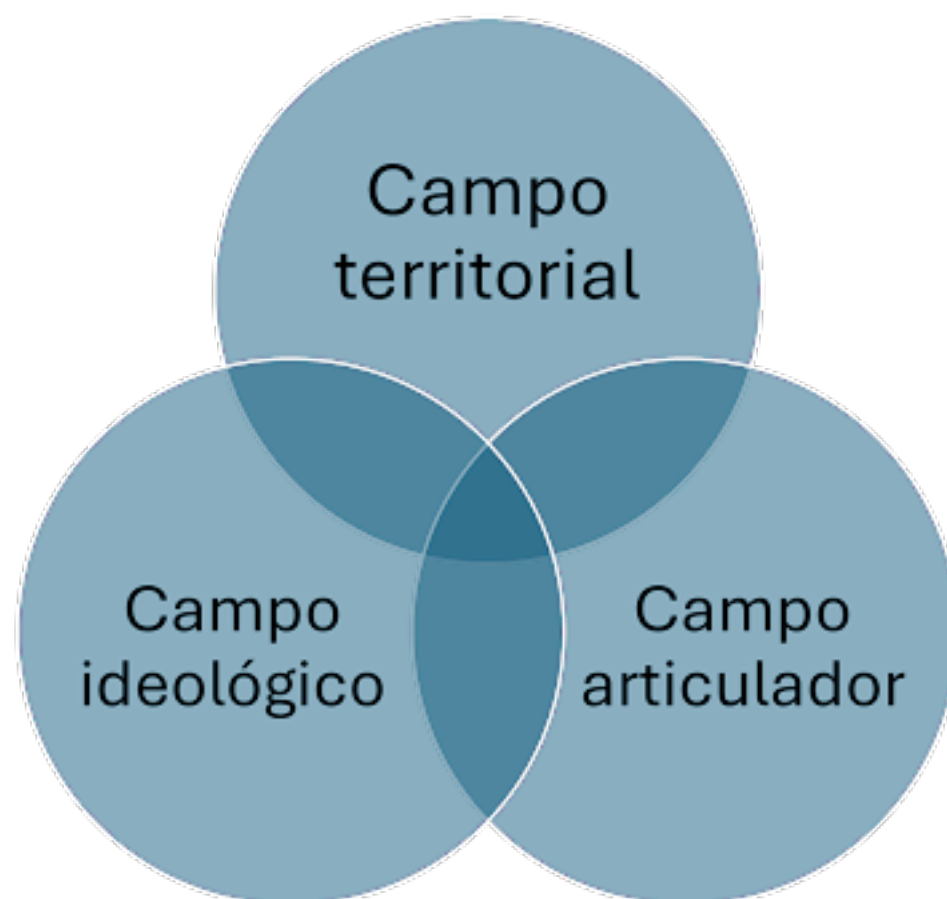
10 Ocorrendo vacância simultânea dos cargos de governador e vice-governador nos dois últimos anos do mandato (como em 2026), a escolha do sucessor para o mandato-tampão deve ser feita pela Assembleia Legislativa, e não por voto direto popular, desde que isso esteja previsto na Constituição do respectivo estado — o que é o padrão e, no caso do Rio de Janeiro, é expressamente adotado.

11 Na pesquisa do instituto Real Time Big Data, divulgada em 03/12/2025, Eduardo Paes aparecia com variações entre 44% e 55% em cinco cenários testados. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pesquisa-reforca-o-favoritismo-de-eduardo-paes-na-corrida-pelo-governo-do-rio-de-janeiro/>

Neste cenário, com o agrupamento de forças e de projetos políticos, podemos vislumbrar a existência de três eixos ou blocos políticos em disputa, cada qual com vantagens e limites: campo territorial, campo ideológico e campo articulador.

OS EIXOS DAS FORÇAS POLÍTICAS

Em observação às forças políticas presentes em disputa no Rio de Janeiro, propõe-se a divisão delas em três eixos, desde já fazendo a ressalva de que, em alguns momentos, pode haver uma intersecção entre os conjuntos - podendo ser este o fator determinante para a eleição que se avizinha.



Os políticos identificados como pertencentes ao campo territorial são aqueles provenientes de clãs político-familiares ou de redes de apoio que detêm o controle de prefeituras e máquinas administrativas. A partir do enraizamento territorial, que permite uma alta mobilização local em período eleitoral, esses grupos políticos elegem parlamentares estaduais e federais, que tendem a receber votação concentrada e buscam utilizar o mandato para a destinação de emendas e recursos para seus municípios de origem, criando assim

uma rede que se retroalimenta – sem que isso implique, necessariamente, a constituição de uma liderança de alcance estadual ou a formação de um projeto político unificado no plano fluminense.

Esses grupos políticos, por serem dispersos territorialmente, tendem a disputar não um mesmo eleitorado. Quando não existe uma liderança hegemônica a nível estadual que os abarque em um mesmo projeto, estas lideranças atuam enquanto forças auxiliares das candidaturas majoritárias que lhes ofereçam, caso vitoriosas, maior espaço na máquina pública estadual para, a partir dela, contemplar seus projetos locais, empregando cabos eleitorais e direcionando recursos para suas bases territoriais. Em momentos pré-eleitorais, como estes, são nomes do campo territorial que aparecem na bolsa de valores de possíveis candidatos a vice-governadores.

Nesse aspecto, o capital político de um personagem do campo territorial é proporcional ao tamanho do município no qual ele exerce sua ingerência, bem como de sua capacidade de emanar fluxo comunicacional. Por fluxo comunicacional entende-se a posição ocupada pelos municípios na rede de circulação de informações, pessoas e referências simbólicas, isto é, sua capacidade de emitir e receber conteúdos políticos, midiáticos e sociais em função de sua centralidade econômica, educacional e funcional — expressa, por exemplo, na concentração de empregos, universidades, serviços especializados e meios de comunicação. Por este motivo, historicamente, os principais nomes políticos vêm dos maiores colégios eleitorais, em especial os localizados na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Essa assimetria ajuda a compreender por que, historicamente, lideranças oriundas exclusivamente de bases territoriais raramente lograram êxito na disputa pelo Executivo estadual, com exceção do caso de Chagas Freitas, cuja trajetória configurou uma forma singular de conversão de poder local em coordenação estadual.¹²

Como exemplos contemporâneos de políticos associados ao campo territorial, podemos citar: Washington Reis (MDB), que possui extensa trajetória política, tendo sido prefeito de Duque de Caxias por três mandatos, além de ter atuado como deputado estadual e federal e ocupado cargos em secretarias estaduais, inclusive na atual gestão de Cláudio Castro; Dr. Luizinho (PP), deputado federal por dois mandatos, presidente estadual de seu partido, exerce influência em muitos municípios fluminenses seja pelo viés partidário, como também através de secretarias de saúde; Wladimir Garotinho (PP), prefeito reeleito de Campos

¹² Tema sobre o qual já discorremos em: Baía, Paulo, and Mayra Goulart. “A tutela do voto: clientelismo, chaguismo e outros dilemas da política no Rio de Janeiro.” *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* 14.2 (2022): 312-338. e em <https://revistaescuta.wordpress.com/2016/02/29/a-maldicao-de-chagas-e-a-hidra-carioca/>.

dos Goytacazes, localizado no norte fluminense, a quinta cidade mais populosa do estado; Marcio Canella (União Brasil), deputado estadual mais votado em 2022 e atual prefeito de Belford Roxo, que vem se destacando por medidas de segurança pública; e os irmãos Guilherme e Marcelo Delaroli (PL), sendo o primeiro o atual presidente da ALERJ e o segundo, prefeito de Itaboraí.

Em razão do vácuo de poder deixado pela saída de Rodrigo Bacellar da disputa pelo cargo de governador e pela falta de consolidação de liderança de Cláudio Castro, os personagens do campo territorial se apresentam como pretensos candidatos ao executivo estadual, buscando romper com os limites inerentes ao seu campo de atuação, seja através de acenos ao bolsonarismo, seja através de articulação interlocal. Em relação ao campo ideológico, compreendendo a direita radical, é importante ressaltar que o Rio de Janeiro é o berço do bolsonarismo. Jair Bolsonaro, nas eleições de 2022, venceu no estado primeiro e no segundo turno, sendo neste último o vitorioso em 72 municípios. Soma-se a isso a eleição de Flávio Bolsonaro (PL) como senador em 2020 e de deputados bolsonaristas.

Os personagens que se inserem no campo ideológico tendem a possuir capital eleitoral disperso, com identificação ideológica forte e a mobilização através de valores, discurso punitivista e antagonismo político, mas ao mesmo tempo possuem baixo enraizamento territorial e institucional e dificuldade de coordenação com elites locais, o que, em tese, dificultaria a escolha de um nome competitivo para disputa majoritária. No entanto, com a recente possibilidade de Flávio Bolsonaro ser candidato à presidência da república, pode haver uma reconfiguração do campo na disputa estadual, considerando também que o atual governador Cláudio Castro pertence ao mesmo partido e que haverá a escolha de um nome de continuidade do governo para a eleição indireta.

Nessa seara, surgem os nomes do secretário Nicola Miccione, secretário de Casa Civil e personagem de predileção de Cláudio Castro para assumir o mandato-tampão na ALERJ, Felipe Curi chefe da Polícia Civil, que consegue mobilizar a pauta da segurança pública, cara ao bolsonarismo e de vital relevância para o eleitorado fluminense.

Ainda no PL, Douglas Ruas, deputado estadual licenciado, sendo o segundo mais votado nas eleições de 2022, e secretário estadual das cidades, é um quadro partidário com capacidade de agrupar os demais campos propostos como definição. Em relação ao campo territorial, o secretário se enquadra por dois fatores: é filho do prefeito de São Gonçalo, Capitão Nelson (PL), o que lhe garantiu votação concentrada no

território, além de ocupar uma pasta que justamente cuida da relação da administração estadual no relacionamento com os municípios, garantindo capilaridade. Quanto ao campo ideológico, existe uma aproximação da família do secretário com Bolsonaro, inclusive sendo o prefeito de São Gonçalo um importante cabo eleitoral do ex-presidente na campanha de 2022. Por fim, cabe analisar se Ruas também consegue se inserir no chamado campo articulador.

Por sua vez, o campo articulador pode ser entendido como desempenhado por políticos do “centro ampliado”, sendo identificado com um eleitorado de opinião e com forte desempenho urbano, em especial na capital do estado, tendo como principal representante o prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes (PSD).

Como principal característica, está a capacidade de articulação entre progressistas, centro e direita pragmática, o que permite que Eduardo Paes ocupe a intersecção entre os três campos. Tendo apoiado Lula na eleição de 2022, o PT fluminense já declarou apoio à candidatura de Paes ao governo a fim de ocupar um palanque significativo, mesmo sem garantia de protagonismo na coalizão. Ao mesmo tempo, o prefeito consegue angariar alianças com lideranças locais, no intuito de interiorizar a campanha, e realizar aproximações seletivas com importantes personagens, mesmo que em campos opostos, como Washington Reis, Dr. Luizinho e o próprio Cláudio Castro.

O LAPPCOM E A LEITURA TERRITORIAL DAS ELEIÇÕES DE 2026

A análise desenvolvida ao longo deste texto permite compreender o cenário fluminense de 2026 como resultado da interação entre três campos de forças estruturantes — territorial, ideológico e articulador — cujas dinâmicas e intersecções configuram os padrões de competição política no estado do Rio de Janeiro. Ao enfatizar o papel do campo territorial, evidenciou-se como a política fluminense se organiza de forma profundamente enraizada em redes locais, máquinas administrativas municipais e padrões concentrados de votação, que estruturam a projeção e a sobrevivência das principais lideranças regionais.

Essa dinâmica remete diretamente à centralidade do território como dimensão explicativa da política estadual, não apenas no plano municipal, mas também na conformação das disputas majoritárias. Nesse sentido, acreditamos que compreender quem são os nomes fortes em cada unidade territorial, como se distribuem seus votos e de que maneira esses padrões se reproduzem ou se alteram ao longo do tempo constitui um requisito central para a leitura substantiva da política fluminense contemporânea. Quanto mais

granularidade pudermos oferecer para essa análise, mais ela será capaz de captar a heterogeneidade interna dos municípios, revelando clivagens, redutos eleitorais e zonas de influência política que permanecem invisíveis quando se opera apenas em escalas agregadas.

É com este objetivo que estamos lançando a plataforma Cartpol (<https://cartpol.lappcom.com.br/>), uma iniciativa do Lappcom voltada à sistematização e análise territorializada dos dados eleitorais. Ao permitir a visualização por bairros e a comparação longitudinal dos resultados desde 2016 para todos os cargos eletivos — incluindo deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores, governador e presidente — a plataforma viabiliza a identificação dos principais polos de força política no território, bem como a análise de sua estabilidade, mutação e capacidade de projeção interescala.

Essa infraestrutura analítica se articula diretamente ao Projeto Guia Lappcom – Eleições Gerais de 2026, igualmente desenvolvido no âmbito do Lappcom, cuja proposta consiste em acompanhar de forma sistemática o processo eleitoral a partir de uma perspectiva territorializada. Em grande medida, os dados mobilizados pelo Guia serão extraídos e organizados a partir do Cartpol. Esta integração permitirá, por exemplo, identificar os nomes fortes em cada unidade territorial a partir da análise dos resultados de 2022 (deputados federais e estaduais) e de 2024 (prefeitos e vereadores mais bem votados), bem como observar como esses atores podem atuar como forças determinantes no pleito de 2026.

Dessa forma, a plataforma e o projeto de acompanhamento das eleições de 2026 configuram iniciativas complementares de produção de inteligibilidade política no âmbito do Lappcom: o primeiro como infraestrutura de dados e visualização territorial; o segundo como instrumento analítico de acompanhamento, interpretação e divulgação científica das dinâmicas eleitorais no estado.

A articulação entre ambas viabiliza a descrição sistemática dos padrões eleitorais e a compreensão dos mecanismos territoriais de formação das elites políticas fluminenses, incluindo o papel dos brokers territoriais, isto é, lideranças locais com base territorial que funcionam como cabos eleitorais, operando a mediação entre eleitores, máquinas municipais e candidaturas majoritárias, e atuando como operadores centrais na conversão de poder local em capital político de alcance estadual.

Ao integrar análise política, recorte territorial e inovação metodológica, o trabalho desenvolvido pelo Lappcom reafirma a centralidade da dimensão espacial para a compreensão das eleições de 2026 no Rio de Janeiro e contribui para qualificar o debate público e a produção acadêmica sobre a política fluminense.

As eleições gerais de 2026

A política do cotidiano e a disputa pelos territórios

*Marta Mendes da Rocha*¹³

Em outubro de 2026, os brasileiros e as brasileiras deverão escolher representantes para os cargos executivos e legislativos nos níveis estadual, nacional, e para o Distrito Federal. Neste breve artigo discuto como as dinâmicas da política local importam para a decisão de voto dos eleitores e para as estratégias de candidatos e partidos. Deputados que disputam a reeleição não competem apenas por votos, mas também por territórios. E esses territórios – os municípios – entram nas estratégias eleitorais de maneiras muito diferentes. Por isso as campanhas são tão heterogêneas e com traços específicos a depender da localidade e do perfil dos candidatos.

CARGOS ESTADUAIS E NACIONAIS, ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS

Deputados estaduais e federais, em tese, são representantes de todo o estado pelo qual são eleitos. Estudos mostram que, de fato, a maior parte dos deputados brasileiros tem votação dispersa. Contudo, há uma boa parte deles que opta por investir na relação com alguns municípios e prefeitos e construir uma relação próxima com eles. Essa proximidade se expressa em visitas frequentes às cidades, canalização recorrente de emendas parlamentares, presença em inaugurações e eventos. A própria organização de seus gabinetes reflete essa estratégia com assessores designados especialmente para o que eles chamam de

¹³ Doutora em Ciência Política, Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, Pesquisadora do CNPq e Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL - UFJF)

trabalho político, isto é, o atendimento cotidiano às demandas das lideranças locais. Os municípios mais próximos do deputado são os núcleos de sua estratégia eleitoral e seu voto tende a ser fortemente mediado por lideranças locais. Para esse deputado a reeleição passa menos pela visibilidade nacional e mais pela força das alianças locais. O prefeito atua como um fiador político de sua candidatura e, durante a campanha, como um organizador informal. Não é necessário que prefeito e deputado sejam do mesmo partido, desde que sejam do mesmo grupo político.

Para um candidato a deputado, ter o apoio do prefeito dá uma importante vantagem na eleição. Prefeitos controlam agendas locais, distribuem recursos simbólicos e organizam redes políticas que influenciam diretamente quem ganha visibilidade, quem sobe no palanque, quem recebe crédito por obras e políticas públicas e quem circula com facilidade pelo município durante a campanha. Para muitos eleitores, o prefeito é a principal referência política concreta – um atalho cognitivo que ajuda a reduzir a incerteza na hora do voto: se um prefeito é bem avaliado e apoia determinado candidato a deputado, esse apoio funciona como um selo de confiança. Por isso, prefeitos exercem influência em eleições para deputado federal podendo vir a ser importantes também em eleições para senador, governador e até presidente, atuando como intermediários entre disputas nacionais e experiências políticas vividas no cotidiano local.

PERFIS E ESTRATÉGIAS NACIONAIS, MEDIAÇÕES E LOCAIS

Em contraste com o deputado fortemente territorializado, outras estratégias de reeleição parecem, à primeira vista, menos ancoradas no nível local, mas também dependem intensamente dos municípios. É o caso do deputado de base mais dispersa, que constrói sua votação por meio de pequenos apoios distribuídos em dezenas ou centenas de cidades, geralmente articulados via emendas parlamentares e contatos pontuais com prefeitos. Nessas situações, o município funciona menos como uma base sólida e mais como um ponto de passagem: o apoio local é episódico, pouco personalizado, mas, somado a muitos outros, torna-se eleitoralmente relevante.

Algo semelhante ocorre com deputados que adotam uma estratégia mais “nacionalizada”, apoiada em visibilidade midiática, redes sociais e agendas temáticas ou ideológicas. Mesmo nesses casos, a eleição não se dá no vazio territorial. Hoje, muitos eleitores entram em contato com a política nacional pelas lentes da política local – e as redes sociais são o principal canal dessa mediação. Por meio das redes sociais o

político nacional ganha um rosto, um lugar e uma história local. Imagens simples, vídeos curtos e linguagem direta ajudam a transformar decisões abstratas em benefícios visíveis, facilitando a reivindicação de crédito político. As mídias sociais permitem capilaridade territorial sem a necessidade de estar fisicamente em todos os municípios. Porém, mesmo esses parlamentares seguem dependendo de alianças locais seletivas – em capitais, cidades médias ou redutos simbólicos – para garantir estrutura de campanha, circulação, palanques e votos mais seguros. Assim, ainda que os municípios apareçam de forma menos central ou menos visível do que nas estratégias territorializadas, eles permanecem como o suporte silencioso sem o qual nenhuma campanha se sustenta.

A POLÍTICA DO COTIDIANO E AS DECISÕES TOMADAS EM BRASÍLIA

O voto em eleições gerais é fortemente mediado por experiências locais concretas. Para muitos eleitores, a política nacional ganha sentido quando se materializa em obras e serviços do dia a dia: o posto de saúde inaugurado, a estrada asfaltada, a creche reformada. No entanto, essa associação entre benefícios locais e políticos nacionais não é automática – ela precisa ser narrada, explicada e constantemente reforçada pelos atores políticos. É nesse ponto que prefeitos e vereadores atuam como mediadores centrais: são eles que dizem “quem trouxe o recurso”, “quem viabilizou a obra” e “quem merece reconhecimento político por ela”. Emendas parlamentares, inaugurações públicas, discursos em eventos oficiais e, cada vez mais, postagens em redes sociais, funcionam como mecanismos de tradução entre decisões tomadas em Brasília e ganhos percebidos no cotidiano local, alimentando relações de gratidão e lealdade eleitoral.

DINÂMICAS LOCAIS COMO TERMÔMETRO POLÍTICO NACIONAL

Eleições gerais também refletem a soma de humores locais acumulados ao longo do tempo. Crises ou melhorias em áreas como saúde, transporte e segurança pública moldam percepções que extrapolam o nível municipal e afetam avaliações sobre governos estaduais e federais. O desenho institucional do federalismo brasileiro, no qual os três níveis de governo compartilham competências e responsabilidades em áreas-chave como saúde e educação, abre espaço para que prefeitos atuem estrategicamente como amortecedores, defendendo governos aliados e relativizando problemas, ou como amplificadores do descontentamento, atribuindo falhas a instâncias superiores. Quando os eleitores expressam suas visões sobre

os principais problemas do país em levantamentos realizados por institutos de pesquisa, não se tratam de percepções espontâneas, formadas de modo independente de pressões políticas e vieses. Elas devem ser compreendidas como resultado de um conjunto de fatores políticos, informacionais e comunicacionais, entre os quais, incluem-se as dinâmicas da política local.

CONFIGURAÇÕES POLÍTICAS LOCAIS, ALIANÇAS POSSÍVEIS

No nível local, as alianças políticas nem sempre seguem linhas partidárias claras, e isso tem efeitos importantes sobre as eleições gerais. Prefeitos frequentemente apoiam candidatos de partidos diferentes, constroem coligações improváveis ou distribuem apoios de forma seletiva, conforme interesses locais específicos. Esse comportamento enfraquece a coerência partidária e fortalece lideranças personalistas, que passam a organizar o voto mais em torno de pessoas e grupos do que de programas. Partidos fortes no nível nacional podem ser obrigados a se adequar a configurações políticas eleitorais de longa data no plano local, o que se traduz em discursos contraditórios e apoios informais feitos nos bastidores mais do que publicamente. Esse descompasso ajuda a explicar por que partidos fortes no plano nacional podem apresentar desempenhos irregulares no território, dependendo de como suas candidaturas se encaixam – ou não – nas dinâmicas locais.

A FORÇA INVISÍVEL DA POLÍTICA LOCAL

Grandes vitórias eleitorais raramente são fruto apenas de grandes discursos. Elas são construídas a partir de uma miríade de acordos pequenos, firmados no nível local. Apoios de prefeitos e lideranças municipais garantem palanques, estrutura de campanha, circulação de candidatos e mobilização do eleitorado. Muitas vezes, o sucesso nacional depende menos do carisma midiático de um candidato e mais da quantidade e da qualidade das microalianças locais que ele consegue articular. Essa lógica ajuda a entender por que políticos com pouca projeção nacional conseguem se eleger e, inversamente, por que campanhas muito visíveis na mídia e nas redes sociais podem fracassar quando não conseguem se enraizar no território.

Ignorar a política local empobrece a análise das eleições e obscurece atores centrais do processo democrático. Prefeitos, vereadores e lideranças locais não são figurantes em disputas nacionais – pelo contrário, são peças-chave da engrenagem política. São eles que governam o cotidiano das pessoas, tra-

duzem decisões de outros níveis e estruturam redes de apoio que dão sustentação às campanhas gerais. Compreender as eleições para deputado, senador, governador e presidente exige, necessariamente, olhar para o nível local e para quem exerce poder ali. Entender a democracia passa por identificar e analisar quem organiza, faz a mediação e disputa a política no dia a dia.

Rio de Janeiro 2026

O tempo da política, a fadiga da democracia e o jogo aberto do poder

Paulo Baía ¹⁴

As eleições gerais de outubro de 2026 no estado do Rio de Janeiro deixaram de ser uma hipótese distante, um ponto abstrato no calendário institucional, para se tornarem uma experiência política já em curso, viva, concreta e carregada de sentidos. O futuro não se anuncia mais em sussurros. Ele se apresenta em voz alta, com gestos calculados, articulações visíveis e uma disputa que ocorre sob o sol do meio-dia, sem o abrigo das sombras. A campanha começou antes do prazo formal porque a crise do estado, antiga e persistente, não concede o luxo da espera. O Rio de Janeiro vive uma longa travessia política, marcada por esgotamento institucional, descrédito social e uma naturalização da exceção como regra.

O pleito de 2026 será, ao mesmo tempo, uma eleição de poder e uma eleição de humor coletivo. Estarão em disputa o governo do estado, duas vagas ao Senado da República, 46 cadeiras na Câmara dos Deputados e 70 assentos na Assembleia Legislativa. É um tabuleiro amplo, complexo, assimétrico, no qual as forças políticas não apenas competem entre si, mas dialogam com um eleitorado cansado, atravessado por sentimentos contraditórios de resignação, raiva difusa e expectativa silenciosa de algum tipo de reorganização possível.

No centro desse cenário, o governo do estado surge como a peça mais estável do jogo. Eduardo Paes, prefeito da capital e figura que conseguiu sobreviver, adaptar-se e se reinventar em diferentes ciclos da política fluminense, aparece até o momento como candidato isolado na raia competitiva. Não se trata

¹⁴ Sociólogo, cientista político, ensaísta e professor da UFRJ

apenas de vantagem eleitoral. Trata-se de hegemonia simbólica. Paes construiu, ao longo dos últimos anos, uma imagem de gestor pragmático, capaz de dialogar com setores diversos, do empresariado à centro-esquerda, dos partidos tradicionais aos fragmentos moderados do campo conservador. Sua candidatura se beneficia da ausência de um adversário com densidade política, capilaridade territorial e viabilidade jurídica simultaneamente.

O Partido Liberal, força majoritária na extrema direita fluminense, certamente apresentará um nome, mas ainda não conseguiu articular uma liderança estadual com capacidade real de disputa. Washington Reis, do MDB, e Anthony Garotinho, figura histórica e controversa da política estadual, permanecem como possibilidades suspensas no ar, condicionadas a decisões judiciais que, embora alvo de intensos esforços junto aos tribunais superiores, seguem incertas. Essa judicialização da política, que já se tornou parte orgânica da vida pública fluminense, cria uma zona cinzenta onde candidaturas existem mais como expectativa do que como realidade concreta. Enquanto isso, o tempo corre a favor de quem já está no jogo com todas as peças sobre a mesa.

No Senado Federal, a disputa assume contornos mais complexos e mais reveladores das ambiguidades políticas do estado. Cláudio Castro, atual governador, surge como nome forte, sustentado por uma ampla articulação que transita da extrema direita à centro-esquerda pragmática. Sua proximidade tática com Eduardo Paes, longe de ser um paradoxo, revela o grau de elasticidade ideológica que marca a política fluminense contemporânea. No Rio de Janeiro, alianças não se explicam por afinidades programáticas profundas, mas pela convergência de interesses, pela gestão do poder e pela sobrevivência institucional.

Ao lado de Cláudio Castro, dois nomes carregam densidade histórica, simbólica e política. Benedita da Silva, deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores, representa uma trajetória que atravessa décadas, marcada pela luta social, pela afirmação das periferias e pela presença negra na política institucional. Sua candidatura dialoga com um campo progressista que, embora minoritário no estado, mantém raízes profundas em setores populares e religiosos. Alessandro Molon, ex-deputado federal e professor, hoje no PSB, traz consigo uma imagem de coerência programática, defesa da democracia e compromisso com agendas ambientais e de direitos civis, ainda que enfrente as dificuldades estruturais de um campo político fragmentado e com menor acesso às máquinas tradicionais.

O tabuleiro pode sofrer alterações relevantes caso o senador Flávio Bolsonaro confirme candidatura à

presidência da República. Nesse cenário, surgem possibilidades como Pedro Paulo, deputado federal com trânsito amplo no campo centrista, e Hélio Negão Bolsonaro, expressão direta do bolsonarismo raiz, como postulantes ao Senado. Além desses nomes, haverá candidaturas do PSOL, do PSTU, da UP, do Novo e de legendas menores, compondo um mosaico ideológico que, embora plural, dificilmente alterará o eixo central da disputa, fortemente condicionado pelas estruturas de poder já consolidadas.

Nas eleições proporcionais, tanto para a Câmara dos Deputados quanto para a Assembleia Legislativa, a tendência dominante é a de baixa renovação. Prefeitos, prefeitas, vereadores e vereadoras funcionam como extensões territoriais dos mandatos atuais, garantindo vantagens competitivas significativas aos parlamentares que já ocupam cargos. A política fluminense segue operando sob a lógica da reprodução, da continuidade e da proteção das posições adquiridas. Renovar, nesse contexto, exige mais do que discurso. Exige ruptura de redes, enfrentamento de estruturas locais e capacidade de mobilização social em um ambiente marcado pela desconfiança e pela apatia.

Essa apatia não surge do nada. Ela é fruto de uma crise política estrutural, profunda e consolidada. O estado do Rio de Janeiro vive há décadas uma sucessão de escândalos, colapsos administrativos, intervenções informais e degradação institucional. Governadores presos, ex-governadores condenados, alianças improváveis e um cotidiano político atravessado por cinismo e descrença. A democracia fluminense não colapsou, mas se desgastou. E democracias cansadas produzem eleitorados cansados.

Esse cansaço é terreno fértil para o bolsonarismo, que encontrou no Rio de Janeiro um solo particularmente receptivo. Trata-se de um bolsonarismo que não é apenas ideológico, mas afetivo. Ele se alimenta do ressentimento, da sensação de abandono, da insegurança material e simbólica, e da crença difusa de que a política institucional falhou de maneira irreversível. Ao mesmo tempo, esse bolsonarismo convive, paradoxalmente, com práticas políticas tradicionais, fisiológicas e profundamente adaptadas ao sistema que diz combater.

O que se desenha para 2026, portanto, não é apenas uma eleição. É um retrato de época. Um momento em que o Rio de Janeiro olha para si mesmo e encontra um espelho turvo, no qual se misturam pragmatismo, desencanto, sobrevivência e cálculo. A política não se apresenta como promessa redentora, mas como administração do possível. Ainda assim, mesmo nesse cenário árido, a disputa permanece aberta ao imponderável. A política, como a história, nunca se fecha completamente.

As eleições de 2026 no Rio de Janeiro serão decididas menos por rupturas espetaculares e mais pela gestão silenciosa das continuidades. Mas toda continuidade carrega em si fissuras. E é nelas que residem as possibilidades de mudança, ainda que discretas, ainda que lentas. O futuro não virá como um raio. Virá como um processo. E, no Rio de Janeiro, processos sempre carregam marcas profundas do passado, disputas intensas no presente e um horizonte que insiste, apesar de tudo, em permanecer aberto.

Quem será o adversário de Eduardo Paes no Rio de Janeiro em 2026?

Theófilo Rodrigues¹⁵

No momento em que este artigo é escrito, faltam menos de dez meses para as eleições de outubro de 2026. A essa altura do calendário eleitoral, seria razoável supor que ao menos as duas candidaturas mais competitivas ao governo do estado do Rio de Janeiro já estivessem claramente dispostas no tabuleiro. No Rio de Janeiro, contudo, a política raramente segue roteiros previsíveis.

Em uma análise de conjuntura produzida em outubro de 2024, sustentávamos que os indícios disponíveis até então apontavam para uma disputa entre três grandes campos políticos nas eleições estaduais de 2026: (1) o campo lulista, que gostaria de lançar como candidato o prefeito da capital, Eduardo Paes (PSD); (2) o campo do governador Cláudio Castro (PL), que poderia ter como candidato o deputado federal Dr. Luizinho (PP); e (3) o campo liderado pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União Brasil) .

O que não se podia antever naquele momento era que uma grave denúncia envolvendo o sistema de saúde do estado retiraria a pré-candidatura de Dr. Luizinho da disputa ainda no fim de 2024. Com isso, ao longo de 2025, Bacellar recompôs sua relação com Cláudio Castro, enquanto o PP de Dr. Luizinho passou a integrar uma federação com o União Brasil, partido de Bacellar. Assim, de um cenário inicial de três grandes campos, a tendência passou a ser a consolidação de apenas dois polos competitivos: o lulista, em torno de

¹⁵ Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ UCAM e coordenador do Lappcom. Autor do livro “Partidos, classes e sociedade civil no Brasil contemporâneo” (Ed. Appris, 2021).

Eduardo Paes, e o bolsonarista, com Bacellar como principal nome.

A história, porém, não se encerrou aí. O mês de dezembro de 2025 teve início com a prisão de Bacellar, suspeito de ter vazado informações segundo as quais o deputado estadual TH Joias, ligado ao Comando Vermelho, seria alvo de investigação da Polícia Federal. Tal como ocorrera com Dr. Luizinho no fim de 2024, a pré-candidatura de Bacellar foi atingida em pleno voo. Ainda que a maioria da Alerj tenha votado por sua saída da prisão, é pouco provável que Bacellar reúna condições políticas para disputar o governo do estado em 2026. Resta, então, a pergunta central: quem estará do outro lado do tabuleiro?

O campo do governador Cláudio Castro precisa, necessariamente, apresentar uma candidatura competitiva. No entanto, os flertes se dão em várias direções: Washington Reis (MDB), cuja família domina a política na cidade de Duque de Caxias; Douglas Ruas (PL), que é filho do prefeito de São Gonçalo, Capitão Nelson; Marcio Canella (União Brasil), que é o prefeito de Belford Roxo; e o atual secretário de Polícia Civil, Felipe Cury. Esses são apenas alguns dos nomes que figuram entre os mais mencionados, embora ainda não exista consenso em torno de nenhum deles.

A federação PSOL–Rede, por sua vez, tende a lançar candidatura própria. O PSOL, entretanto, ainda não definiu quem será seu postulante. Em pesquisas eleitorais realizadas até o momento, ao menos três nomes do partido já apareceram como possíveis candidatos: a vereadora Monica Benício, o vereador William Siri e o deputado federal Glauber Braga.

Além disso, começam a surgir nas pesquisas nomes considerados outsiders à direita do espectro político, como o psiquiatra e discípulo de Olavo de Carvalho, Ítalo Marsili, pelo Partido Novo; o bombeiro Rafa Luz, do Missão; e o ex-capitão do BOPE Rodrigo Pimentel, ainda sem filiação partidária. Hoje, esses outsiders são desconhecidos do eleitorado fluminense; mas é bom recordar – e Paes lembra bem – que em setembro de 2018 Wilson Witzel também era um ilustre desconhecido.

Enquanto seus potenciais adversários enfrentam incertezas, Eduardo Paes – alheio aos problemas que os outros campos criam para si mesmos – avança na costura de alianças que percorrem praticamente todo o espectro político. Pela direita, além do seu próprio PSD, Paes conta com o Cidadania, presidido no estado pelo prefeito de Macaé, Welberth Rezende. Vale lembrar que, na eleição de 2018, Paes também teve o partido em sua chapa – então ainda com o nome de PPS –, com Comte Bittencourt como candidato a vice-governador. Integram ainda essa aliança o PSDB, do secretário municipal de Administração, Marcelo

Queiroz, e o Podemos, liderado no estado pelo pastor Everaldo.

À esquerda, poucas dúvidas restam de que a federação Brasil da Esperança, composta por PT, PC-doB e PV, estará ao lado de Paes. O mesmo vale para outros partidos de centro esquerda, como o PSB e o PDT. Na prática, isso significa contar com o apoio já consolidado de prefeitos influentes, como Rodrigo Neves (PDT), de Niterói, e Washington Quaqué (PT), de Maricá.

Até mesmo na extrema direita Eduardo Paes tem buscado pontes. Em setembro de 2025, durante o culto de celebração do aniversário do pastor Silas Malafaia, Paes declarou publicamente: “Mexeu com o Silas Malafaia, mexeu comigo”. Liderança evangélica de projeção nacional e conselheiro do ex-presidente Jair Bolsonaro, Malafaia é um antigo aliado de Paes no Rio de Janeiro.

Todo esse arco de apoios partidários, somado à sua elevada popularidade - Paes foi reeleito prefeito da capital em 2024 com cerca de 60% dos votos -, faz com que ele apareça como favorito em todas as pesquisas realizadas ao longo de 2025. O Gráfico 1 abaixo, que agrega os levantamentos do segundo semestre de 2025, sugere inclusive a possibilidade concreta de que Eduardo Paes vença a eleição para o governo do estado já no primeiro turno em 2026. Nas seis pesquisas de opinião observadas - de quatro institutos diferentes - nenhum adversário ultrapassou a linha dos 15%. Já Paes aparece em três ocasiões acima do corte de 50%.

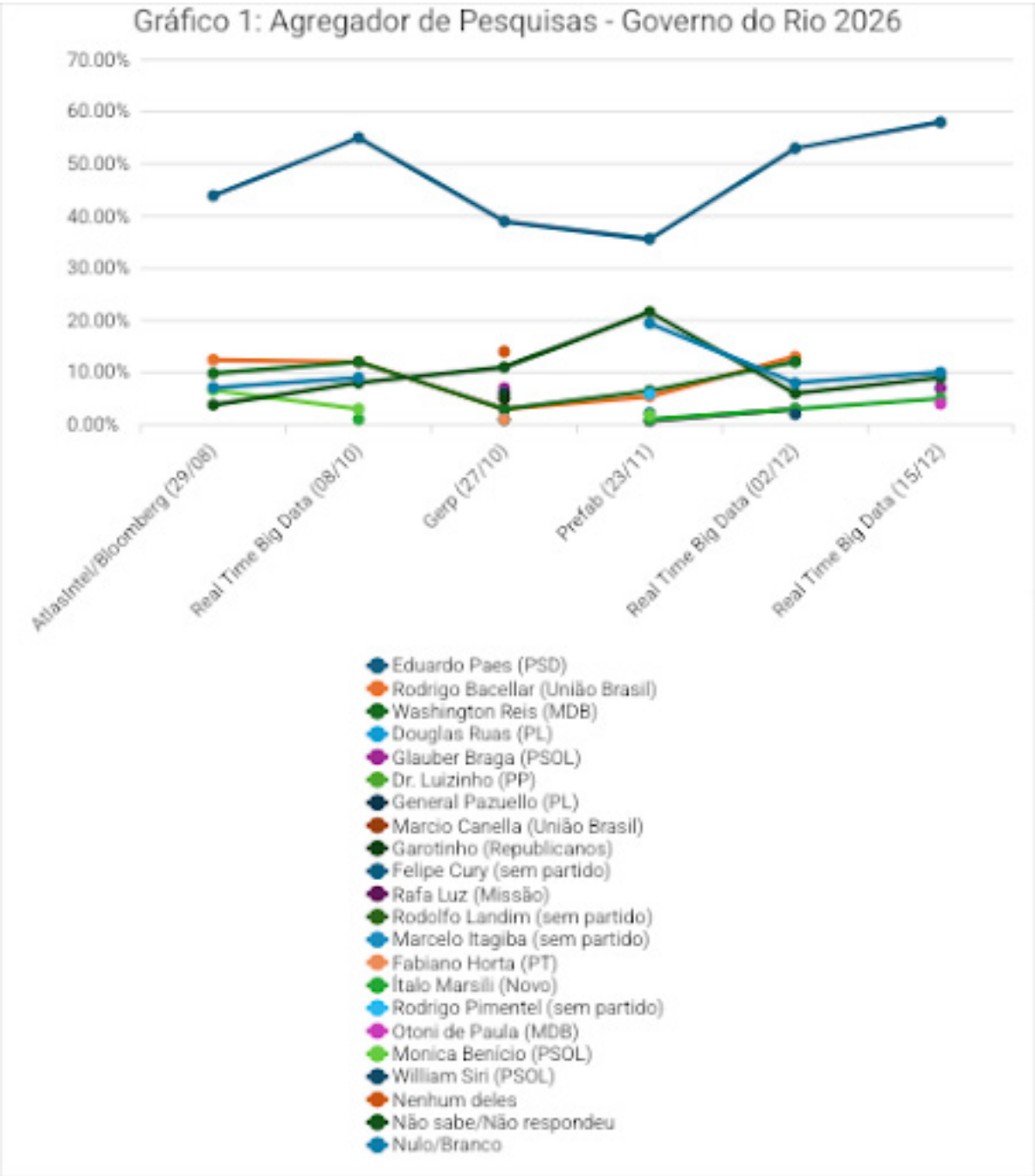
Já tive a oportunidade de argumentar em outra ocasião que a crise da hegemonia do MDB abriu as portas para um realinhamento partidário no estado a partir de 2016. Naquele momento sugeri que esse novo sistema partidário seria protagonizado “por uma base partidária localizada entre a direita e a extrema-direita do espectro político, em forte diálogo com a política evangélica”¹⁶. De fato, aquela hipótese se confirmou. O Rio de Janeiro elegeu como governador Wilson Witzel (PSC) em 2018 e Claudio Castro (PL) em 2022, ambos políticos conservadores com forte apoio evangélico - não obstante Castro seja da Renovação Carismática Católica. Dois anos depois sugeri que esse realinhamento poderia ser, na verdade, “um interregno instável, uma crise de hegemonia”¹⁷. Paes, em 2026, tem a chance de encerrar esse momento da história do Rio de Janeiro e iniciar um novo ciclo.

Neste cenário descrito até aqui, poderíamos dizer que faria sentido Paes considerar ao menos três

16 RODRIGUES, Theófilo. Realinhamentos Partidários no Estado do Rio de Janeiro (1982-2018). *Política & Sociedade*, v. 19 n. 46, 2020.

17 RODRIGUES, Theófilo. O sistema partidário do Rio de Janeiro em cinco tempos (1980-2020). In: BORBA, Felipe; FIGUEIREDO, Argelina. *Política local no estado do Rio de Janeiro: disputa partidária e comportamento político nas eleições municipais de 2020*. Rio de Janeiro: EdUerj, 2022.

Gráfico 1 - Agregador de Pesquisas - Governo do Rio 2026



Fonte: Elaboração do autor.

metas para esse período pré-eleitoral. Em primeiro lugar, conquistar o apoio do MDB de Washington Reis, do PP de Rogerio Lisboa – ex-prefeito de Nova Iguaçu - e de Wladimir Garotinho, prefeito de Campos dos Goytacazes. Em segundo lugar, evitar qualquer tipo de denúncia na Justiça ou na imprensa que o leve ao mesmo destino de Dr. Luizinho e Bacellar. E, em terceiro lugar, seguir o velho conselho de Napoleão Bonaparte: nunca interromper seu adversário enquanto ele estiver cometendo um erro.

À luz desse quadro, a eleição para o governo do estado do Rio de Janeiro em 2026 tende a ser menos definida pela força de um adversário específico e mais pela dificuldade estrutural dos demais campos em se organizarem de forma competitiva. Enquanto o campo bolsonarista busca, sem sucesso até aqui, um nome capaz de herdar o capital político de Cláudio Castro, e a esquerda à esquerda do lulismo mantém candidaturas com potencial limitado de crescimento, Eduardo Paes avança como o polo de estabilidade em um cenário marcado por crises, judicializações e imprevisto. Se nada alterar substancialmente o tabuleiro nos próximos meses, a principal incógnita da eleição fluminense pode não ser quem enfrentará Paes, mas se haverá, de fato, uma disputa capaz de levá-lo a um segundo turno.

O Rio de Janeiro e a Batalha de 2026

Miguel do Rosário¹⁸

É difícil acreditar, mas o Rio de Janeiro já foi o estado mais lulista do país. Para quem olha os resultados das duas últimas eleições presidenciais, a afirmação soa inverossímil. No entanto, os números do segundo turno de 2002 não deixam dúvidas.

Naquela eleição, Lula obteve 78,97% dos votos válidos no estado contra apenas 21,03% de José Serra — uma vantagem extraordinária de quase 58 pontos percentuais. O Rio superou até mesmo os reducos tradicionais da esquerda no Nordeste: o Ceará deu a Lula 71,78%, a Bahia 65,69%, o Amapá 75,51%. Nenhum chegou perto dos quase 80% que o Rio concedeu ao petista. Foi o pior ano para a direita brasileira em toda a história. O único estado onde Serra venceu foi Alagoas.

Os votos de Lula no Rio representavam então 7,33% de todos os votos que o candidato recebeu no Brasil. Era uma contribuição significativa para a vitória nacional. A direita, ao contrário, colhia no estado apenas 5,04% de seus votos.

A situação foi mudando ao longo de duas décadas. Em 2006, Lula ainda venceu no Rio com 69,69% dos votos contra 30,31% de Geraldo Alckmin. Em 2010, Dilma Rousseff obteve 60,48% contra 39,52% de José Serra. Em 2014, Dilma venceu, mas com vantagem bem menor: 54,92% contra 45,08% de Aécio Neves. A inflexão veio em 2018, quando Jair Bolsonaro obteve 67,95% dos votos no estado contra apenas

¹⁸ Jornalista e editor do blog O Cafezinho

32,05% de Fernando Haddad.

Em 2022, mesmo com a derrota nacional, Jair Bolsonaro manteve vantagem no Rio, com 56,53% contra 43,47% de Lula. Ainda assim, houve melhora significativa em relação a 2018, sobretudo na capital, que concentra aproximadamente 38% do eleitorado estadual. Na cidade do Rio de Janeiro, Haddad havia

Com o tsunami reacionário ainda devastando boa parte das democracias ocidentais, as eleições no Brasil, a quarta maior democracia do planeta, serão acompanhadas com ansiedade por toda parte. Uma volta da extrema direita ao Planalto representaria a ascensão de um grupo alinhado com uma Casa Branca hoje dominada por oligarcas que desprezam as leis internacionais, a cooperação entre nações, a preservação do meio ambiente e até mesmo o livre comércio. Os setores sociais do Rio de Janeiro que defendem uma frente ampla democrática para evitar o risco de um retrocesso nacional com graves implicações geopolíticas devem se perguntar como o estado pode ajudar a evitar isso.

Todos os aspectos desse pleito devem ser examinados com cuidado. Já é possível prever uma vitória de Lula no Nordeste e no Norte, enquanto no Centro-Oeste e no Sul os resultados devem ser ruins para a esquerda. No Sudeste, a situação é mais equilibrada. Neste artigo, examinamos o caso específico do Rio de Janeiro, cujo comportamento eleitoral parece mais aberto a mudanças do que o de outros estados.

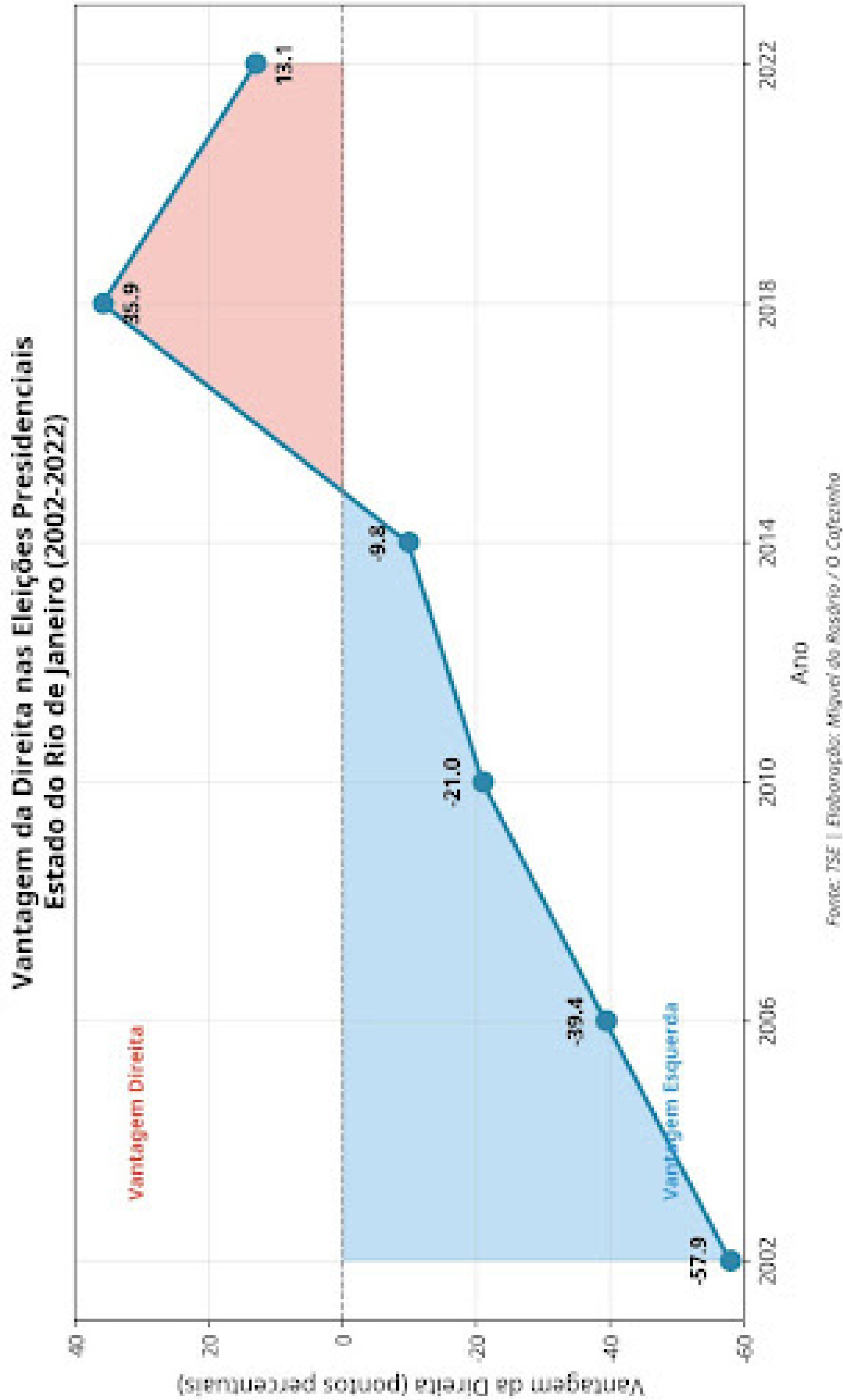
O Rio de Janeiro possui aproximadamente 13 milhões de eleitores, o terceiro maior colégio eleitoral do país, atrás de São Paulo e Minas Gerais. A cidade do Rio, com cerca de 5 milhões de eleitores, é o segundo maior colégio eleitoral municipal do Brasil.

Uma pesquisa do Real Time Big Data, realizada em dezembro de 2025, traz um recorte específico para o estado. Lula aparece com 27% das intenções de voto, seguido por Flávio Bolsonaro com 25%, Ratinho Jr. com 8%, Romeu Zema com 5% e Ronaldo Caiado com 2%.

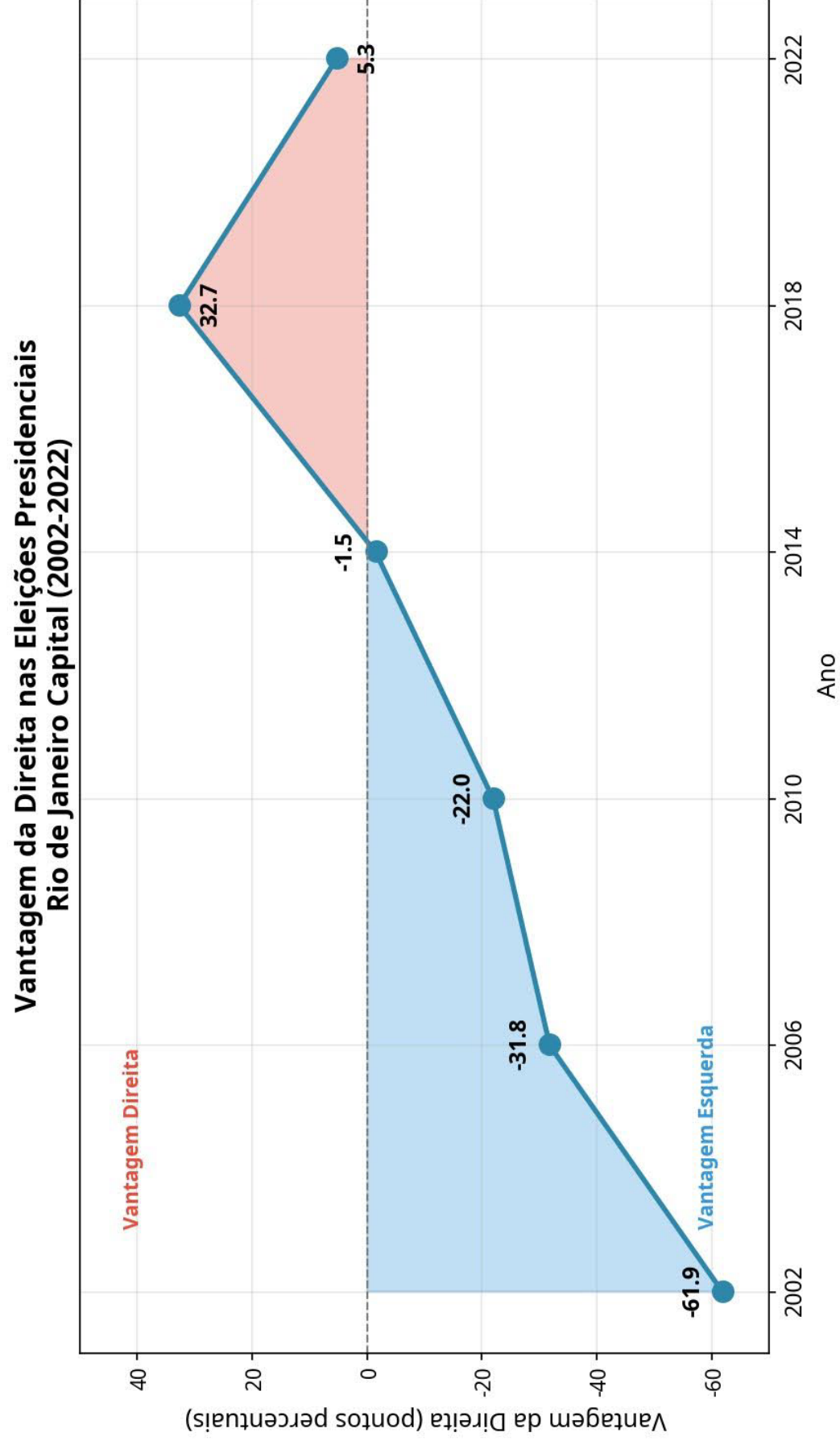
A definição de Flávio Bolsonaro como candidato à presidência da República pelo PL coloca o estado no centro da disputa de 2026. Diferente de Tarcísio de Freitas, que é carioca de nascimento mas constrói sua trajetória política como governador de São Paulo, Flávio fez carreira no Rio. Foi deputado estadual de 2003 a 2018, cumprindo quatro mandatos na Alerj, e é senador pelo estado desde 2019.

Seu pai, Jair Bolsonaro, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1991 a 2018, enquanto seu irmão Carlos Bolsonaro foi vereador na cidade do Rio de 2001 a 2025, quando renunciou para disputar o Senado por Santa Catarina. Antes dos problemas com a Justiça, a residência oficial da família Bolsonaro era no con-

Gráfico 2 - Vantagem da Direita nas Eleições Presidenciais no Estado do Rio de Janeiro (2002-2022)



32 Gráfico 3 - Vantagem da Direita nas Eleições Presidenciais no Rio de Janeiro (Capital) (2002-2022)



domínio Vivendas da Barra, na Barra da Tijuca.

A história política do Rio de Janeiro pós-redemocratização começa com grande força da esquerda, refletida tanto nas votações de Lula no estado como na vitória de governadores progressistas, a começar por Leonel Brizola, símbolo da esquerda trabalhista, que governou o estado duas vezes, em 1983-1987 e 1991-1994. Moreira Franco venceu em 1986 após uma campanha agressiva da Rede Globo contra Brizola. Anthony Garotinho e Rosinha Matheus elegeram-se com plataformas de esquerda em 1998 e 2002, mas depois traíram seus ideais. Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão governaram de 2007 a 2018, representando um centro pragmático que se revelaria fisiológico e corrupto. Wilson Witzel e Cláudio Castro marcaram a guinada à direita no Palácio Guanabara.

Para 2026, as pesquisas apontam o prefeito Eduardo Paes como favorito ao governo do estado, com 58% das intenções de voto. Por mais que Paes tenha um histórico liberal e seu governo faça acenos à direita, a dinâmica da política fluminense o coloca como adversário do bolsonarismo. Seu apoio a Lula em 2022 e a presença de secretários progressistas em posições estratégicas revelam um perfil complexo. Diego Zeidan (filho de Quaqué) foi secretário de Habitação; Adilson Pires, do PT, ocupa o cargo atualmente; Tatiana Roque, do PSB, comanda Ciência e Tecnologia; Elias Jabour, do PCdoB, preside o Instituto Pereira Passos. A indicação de quadros progressistas para cargos estratégicos revela um perfil que não pode ser classificado como direita clássica. Paes é um representante do centro com alianças importantes à esquerda e algumas à direita.

A escolha de Flávio Bolsonaro como principal candidato da direita na eleição presidencial deve polarizar o debate político no estado do Rio de Janeiro, tanto na campanha estadual como na campanha presidencial. Essa polarização tende a coesionar a campanha de Eduardo Paes para governador com a campanha do presidente Lula, fazendo com que a linguagem e o discurso de ambas convirjam naturalmente.

Marcelo Freixo deve ser candidato a deputado federal pelo PT em 2026. Além de ser um bom puxador de votos, Freixo tem boa relação com Eduardo Paes e pode desempenhar papel estratégico na construção de uma aliança entre o bloco político do prefeito e o presidente Lula. Outros nomes que devem ajudar a costurar essa aliança são Washington Quaqué, prefeito de Maricá, e Rodrigo Neves, prefeito de Niterói. Ambos também têm boas relações com Paes e podem contribuir para articular as campanhas estadual e nacional. A disputa pelo Senado ainda está em aberto. Cláudio Castro deve disputar uma vaga. Pela esquerda, Be-

nedita da Silva é o nome mais provável pelo PT. A posição de Eduardo Paes será decisiva para definir o candidato da chapa.

Para entender a mudança no comportamento eleitoral fluminense, é preciso olhar para as diferentes regiões do estado. A Baixada Fluminense é o exemplo mais dramático. No segundo turno de 2002, a região deu a Lula quase 85% dos votos válidos. Em 2004, Lindbergh Farias foi eleito prefeito de Nova Iguaçu e reeleito em 2008. Duas décadas depois, a Baixada se tornou terreno adverso: na última eleição presidencial, Bolsonaro obteve mais de 60% na região. Nova Iguaçu deu 63% à direita. Duque de Caxias votou 58% em Bolsonaro.

A deterioração do voto progressista na Baixada pode ser explicada pela crise de segurança pública. A região registrou taxas de letalidade violenta superiores a 70 homicídios por 100 mil habitantes no início dos anos 2000. Embora os números tenham caído significativamente — o estado registrou em 2024 o menor número de mortes desde 1991, com 3.809 vítimas, uma redução de 53% em relação a 2002 —, a percepção de insegurança persiste. Crimes como roubo de celular mantêm a sensação de insegurança elevada. A questão da segurança pública será central no debate de 2026.

No Leste Metropolitano, Niterói foi a única grande cidade onde Lula venceu no segundo turno de 2022, com 51,21%. Maricá ficou praticamente empatada. São Gonçalo deu 55% à direita. Na Região Serrana, Nova Friburgo foi de 69% para Lula em 2002 para 59% para Bolsonaro na última eleição presidencial. Teresópolis votou 68% na direita em 2022. Petrópolis deu 62% a Bolsonaro. Cabo Frio votou 67% na direita. A capital fluminense ilustra bem a trajetória do eleitorado. No segundo turno de 2002, Lula obteve 81% dos votos na cidade. Em 2018, Haddad obteve apenas 32%. Em 2022, Lula alcançou 47,34%. Se esse movimento continuar, Lula pode vencer na capital em 2026. No Norte Fluminense, Campos foi de 75% para Lula em 2002 para 63% para Bolsonaro em 2022. No Sul, Angra dos Reis foi de 58% para Lula e para 67% para Bolsonaro.

Segundo pesquisa Quaest de dezembro de 2025, a base do governo Lula na Câmara dos Deputados conta com 164 parlamentares (32%). Os independentes somam 144 deputados (28%). A oposição reúne 180 parlamentares (35%).

A bancada de deputados federais do Rio é muito parecida com a divisão que se vê no próprio Congresso Nacional, entre governistas, independentes e oposição. Dos 46 deputados, cerca de 15 integram

Gráfico 4 - Vantagem da Direita nas Eleições Presidenciais na Baixada Fluminense (2002-2022)

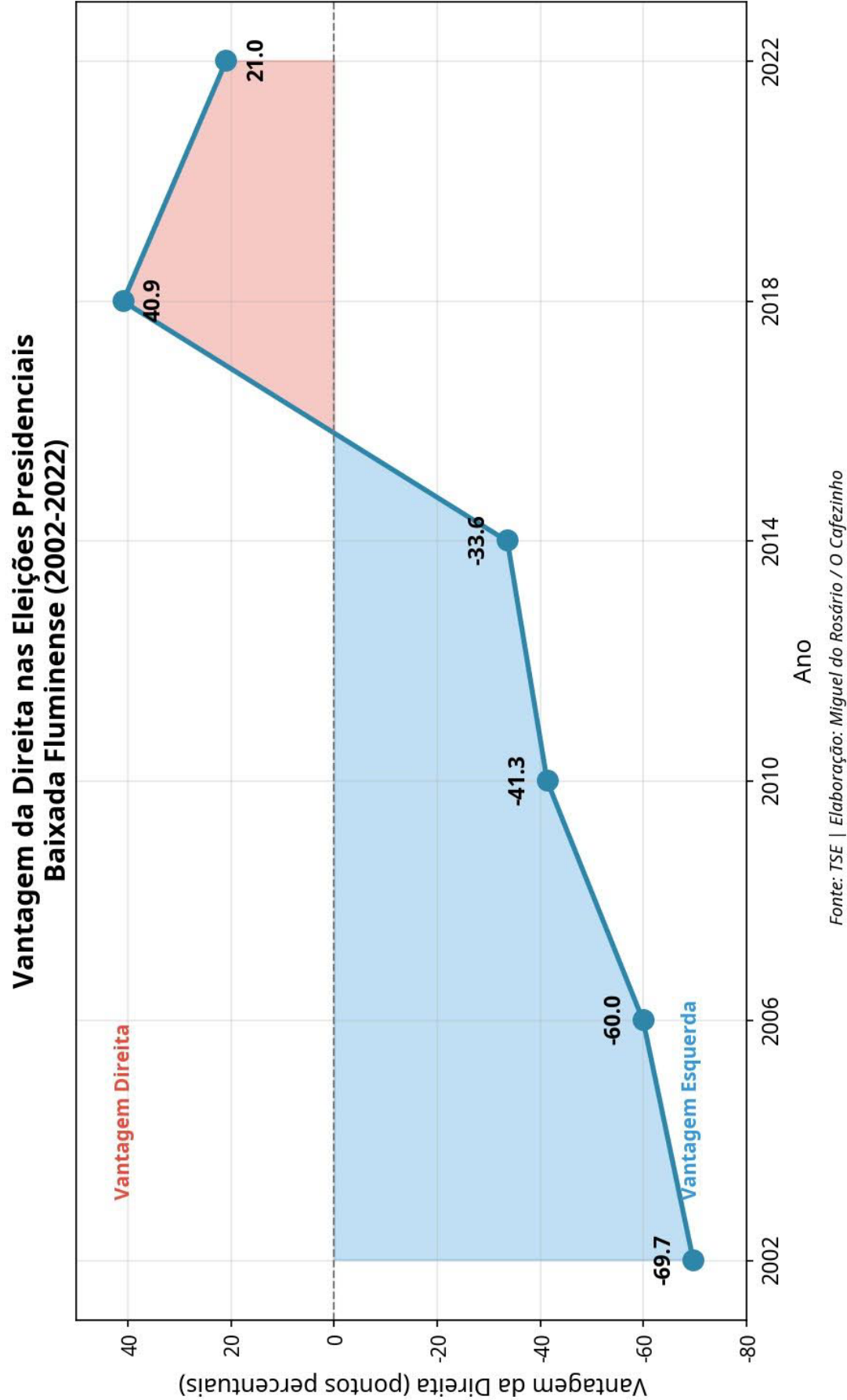
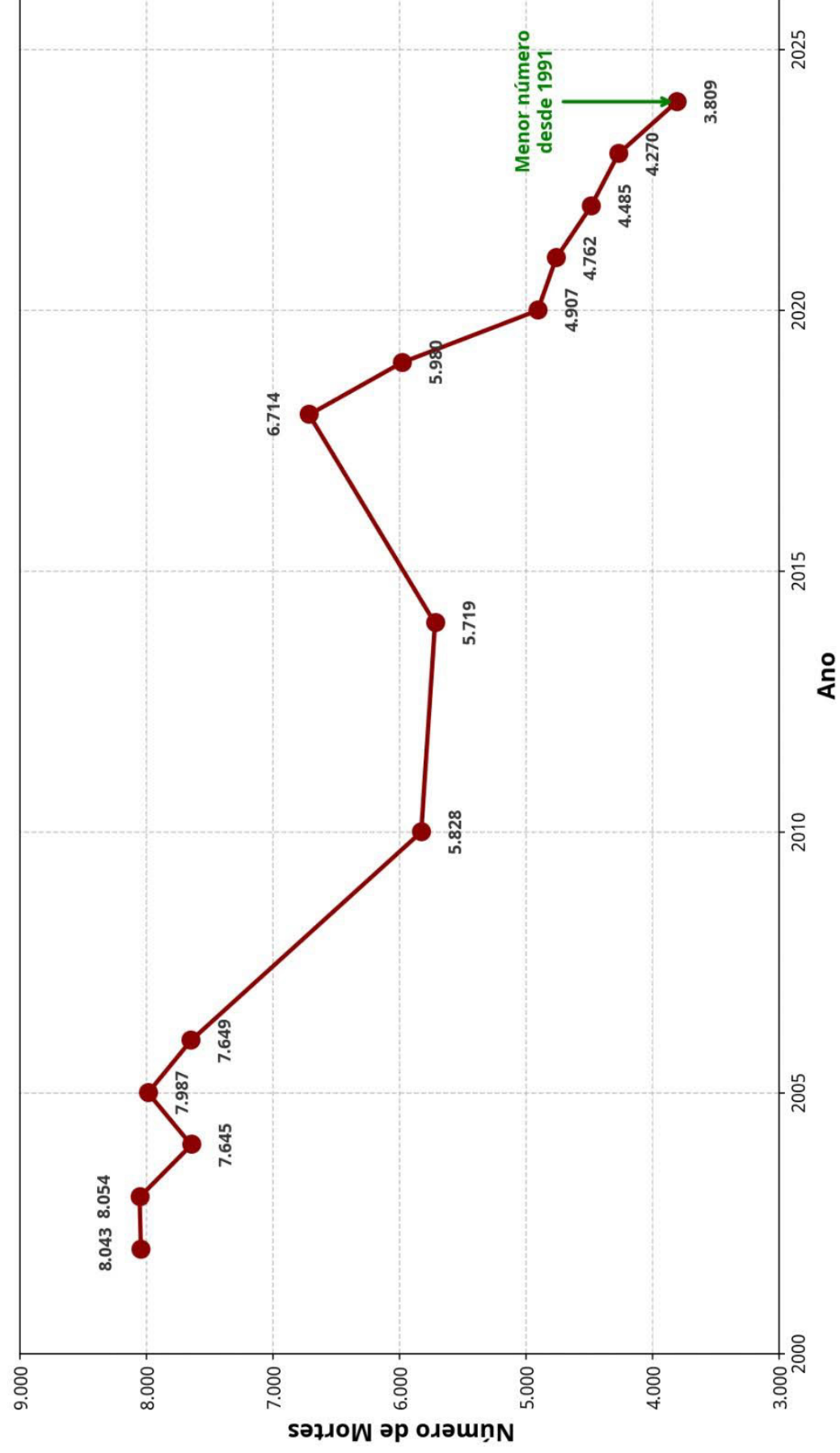


Gráfico 5 - Letalidade Violenta no Estado do Rio de Janeiro (2002-2024)

36

Letalidade Violenta no Estado do Rio de Janeiro (2002-2024)



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ)

a base do governo (33% da bancada). Entre os mais votados em 2022 estão Talíria Petrone (PSOL), com 198.548 votos, Tarcísio Motta (PSOL), com 159.928 votos, e Lindbergh Farias (PT), com 152.219 votos. A oposição bolsonarista conta com cerca de 12 deputados, liderados por General Pazuello (PL), que obteve 205.324 votos. O centro tem como destaque Daniela do Waguinho (União), a mais votada do estado com 213.706 votos. Daniela foi ministra do Turismo no início do governo Lula e atualmente é vice-líder do governo no Congresso.

A eleição de Eduardo Paes ao governo do estado pode mudar esse cenário. Um candidato competitivo e próximo de Lula no topo da chapa estadual tende a puxar votos para candidatos a deputado federal da base governista. Se a tendência verificada entre 2018 e 2022 se mantiver, o Rio de Janeiro pode oferecer uma bancada mais robusta para o eventual quarto mandato do presidente Lula, contribuindo de forma mais significativa para a governabilidade do próximo governo.



O mapeamento das articulações políticas em 2025

Esta seção do Guia Lappcom Eleições Gerais 2026 - Volume 1 destina-se a apresentar o acompanhamento dos principais atores políticos e as movimentações ocorridas entre 2025 e 2026 nas seguintes Regiões Intermediárias, de acordo com o IBGE (IBGE, 2017)¹⁹: Rio de Janeiro, Macaé - Rio das Ostras - Cabo Frio, Petrópolis, Volta Redonda - Barra Mansa e Campos dos Goytacazes. Este mapeamento foi realizado por bolsistas e voluntários do laboratório ao longo do ano de 2025 e ao início de 2026. Analisando as movimentações e articulações entre os principais agentes, os textos visam apresentar um panorama político das regiões.

19 IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Rio de Janeiro: IBGE, 2017



*Júlia Pereira*²⁰

*Leonardo David*²¹

*Gabriela Lopes*²²

RIO DE JANEIRO

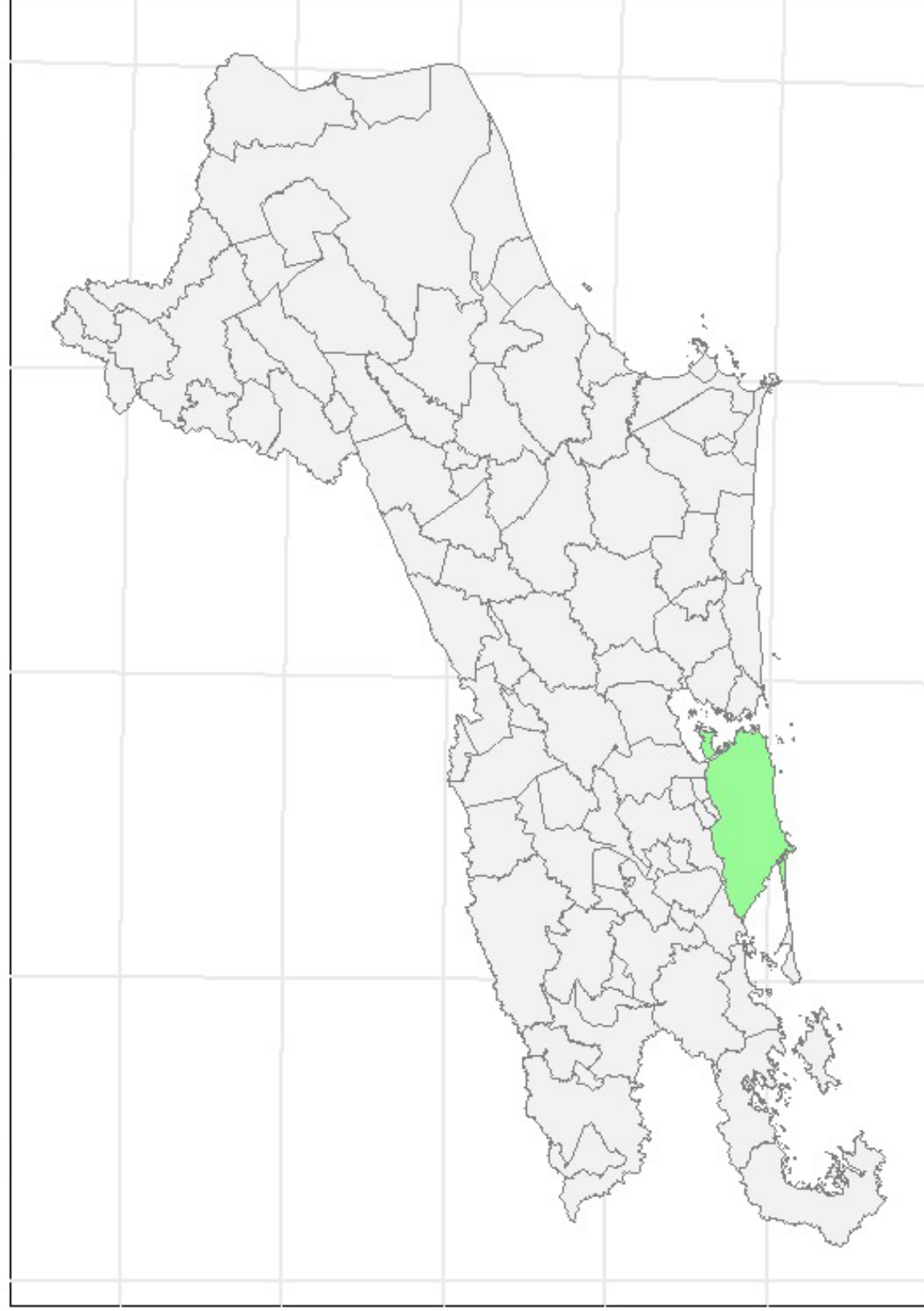


20 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

21 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

22 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Região Intermediária de Rio de Janeiro - Capital



Elaboração própria

A atual dinâmica política do município do Rio de Janeiro é marcada por uma relação complexa entre o Poder Executivo, liderado pelo prefeito Eduardo Paes (PSD), e a Câmara Municipal. Esse relacionamento é marcado pela cooperação institucional com momentos de tensão política, principalmente quando temas sensíveis entram em pauta. Ao iniciar seu quarto mandato, Paes deixou claro que sua estratégia passa pela construção de uma base sólida no Legislativo, que pode sustentar seu projeto de governo e realizar as principais reformas administrativas, orçamentárias e estratégicas previstas na campanha. Apesar desse esforço de articulação e da relação hegemônica na Câmara Municipal, algumas divergências surgiram entre Paes e outros atores influentes no município.

Um dos episódios mais importantes envolve o debate sobre a regulamentação do armamento da Guarda Municipal. O tema mostrou que há diferenças dentro da própria base aliada, especialmente com a resistência de parlamentares do PT e de outros partidos de esquerda, que se posicionaram contra a proposta. Esse embate gerou críticas internas e levantou questionamentos sobre a coesão da coligação. Lideranças do PSD, como o deputado Pedro Paulo, chegaram a defender publicamente, no início de 2025, a reavaliação da aliança com o PT no Rio de Janeiro caso o partido continuasse se opondo a pautas consideradas centrais para o projeto político de Paes. O vice-prefeito Eduardo Cavaleri, em entrevista em dezembro de 2025, criticou o enquadramento do PT sobre segurança pública e defendeu a neutralidade do partido nas eleições nacionais de 2026 como forma de ampliar alianças ao centro e à centro-direita. O prefeito mantém uma atuação política que não se concentra apenas no município. Embora seja aliado do presidente Lula (PT), ele busca preservar sua autonomia, dialogando com diferentes atores políticos em nível estadual e federal. Essa postura se torna ainda mais evidente na relação com o atual governador Cláudio Castro (PL). A interação entre ambos oscila entre cooperação em algumas áreas e competição política por protagonismo, recursos e apoio eleitoral, visando as eleições para o governo do estado. Ao final de janeiro de 2026, Eduardo Paes anunciou sua candidatura para o pleito, e tem enfatizado a segurança pública como área de interesse para o estado do Rio de Janeiro, explorando sua experiência como gestor e apresentando propostas voltadas à maior coordenação entre diferentes níveis de governo, numa tentativa de se mostrar como uma alternativa ao atual governador, ao passo que aproxima sua retórica à dele em alguns pontos.

No Legislativo municipal, Eduardo Paes conta atualmente com uma maioria expressiva. Sua base de apoio reúne cerca de 28 vereadores distribuídos por nove partidos que conquistaram cadeiras no último

pleito — entre as 12 legendas que compuseram a coligação — com destaque para o PSD, que elegeu 16 parlamentares, tornando-se a maior bancada da Câmara. Essa composição garante ao prefeito relativa facilidade para aprovar projetos, embora não elimine conflitos internos, especialmente em temas ideológicos sensíveis. A oposição é liderada principalmente pelo PL, que adota uma postura crítica à gestão municipal, sobretudo nas áreas de segurança pública e política fiscal. O PSOL também atua como oposição na esquerda, com foco em pautas sociais, direitos humanos e críticas ao modelo de desenvolvimento urbano adotado pela Prefeitura.

No âmbito do Executivo, a estrutura administrativa reflete a lógica da coalizão de governo. O secretariado combina aliados partidários e lideranças políticas com projeção pública. Pastas estratégicas, como Fazenda, Saúde, Educação e Transportes são ocupadas por nomes com perfil técnico, enquanto áreas como Cultura, Meio Ambiente, Mulheres, Ciência e Tecnologia e Economia Solidária incorporam representantes de partidos aliados, como PSD, PT, PSB e PV. Essa composição busca equilibrar governabilidade, diversidade política e capacidade de execução. O modo como as tensões políticas serão administradas ao longo do mandato municipal terá impacto direto não apenas na governabilidade do Rio de Janeiro, mas também no posicionamento de Paes no cenário político estadual rumo a 2026.

A política da cidade do Rio de Janeiro tem experimentado acontecimentos que delineiam não apenas o cotidiano administrativo, mas também um movimento de transição e articulação estratégica em direção ao ano eleitoral de 2026, que também se refletem nas declarações e movimentações do prefeito Eduardo Paes. Mesmo antes de anunciar sua candidatura ao governo do estado, Paes liderava pesquisas de intenção de voto, com percentuais que o colocam amplamente à frente dos concorrentes, se consolidando como um pré-candidato forte no cenário estadual. Essas pesquisas eleitorais acabam influenciando o ambiente político municipal, porque a figura do prefeito deixa de ser apenas gestor e se torna protagonista de uma corrida eleitoral maior, alterando as prioridades e o tom de suas declarações e ações públicas. Embora Paes ainda não tenha se afastado oficialmente da Prefeitura, sua liderança nas pesquisas já impulsiona articulações nos bastidores políticos e partidários, tanto na capital quanto no interior fluminense.

O ambiente político fluminense como um todo permanece em agitação, com deputados estaduais e federais ajustando seus planos de atuação de forma estratégica. As movimentações dos atores indica que 2026 não será apenas um ano de eleições, mas um período de redefinição de lideranças, alianças e identi-

dades políticas no Rio de Janeiro, com possíveis efeitos diretos sobre a administração da cidade e a articulação de projetos de governo que ultrapassam os limites da capital, em especial quando pensamos sobre o atual governador Cláudio Castro e suas movimentações para concorrer ao Senado em 2026.

Diante desse cenário, uma discussão se tornou urgente no estado: o “mandato-tampão”, um modelo de eleições indiretas previsto na Constituição Federal para situações nas quais ocorre a vacância dos cargos de governador e vice-governador nos dois últimos anos do mandato. Esse mecanismo passou a ser discutido em relação ao governador Cláudio Castro, diante do lançamento de sua pré-candidatura ao Senado e seu afastamento definitivo do Executivo estadual, previsto para o começo de abril, já na fase final do mandato iniciado em 2023.

Como a eventual vacância ocorreria nesse período, a legislação não prevê a realização de eleições diretas pela população. Nesse tipo de processo, quem vota são os deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), responsáveis por eleger indiretamente o novo governador. Podem concorrer políticos que atendam aos requisitos constitucionais para o cargo, indicados por partidos ou articulações parlamentares. A eleição indireta deve ser realizada dentro de um prazo definido pela própria ALERJ, exclusivamente para escolher quem assumirá o governo até o fim do mandato atual. Esse modelo existe para garantir estabilidade institucional e continuidade administrativa, evitando uma eleição direta em um período curto e próximo do fim do mandato. O governador eleito por meio do mandato-tampão não inicia um novo governo, mas apenas conclui o mandato interrompido, assegurando que o estado permaneça governável até que a população volte a escolher seus representantes nas eleições regulares seguintes.

Tratando da disputa pelo Senado, um deputado federal cujo domicílio eleitoral é a capital e que está inserido nesse confronto eleitoral de 2026 é Luciano Vieira (PSDB). Ele foi eleito em 2022 deputado federal pelo PL com 84.942 votos. A cidade do Rio de Janeiro representou aproximadamente 53% dos votos totais que Luciano recebeu para deputado federal, evidenciando a relevância deste município para a contagem de votos do candidato.

Antes de atuar no Congresso, Luciano foi vereador pelo Rio de Janeiro em 2020 eleito pelo partido Avante, obtendo à época 24.070 votos. Apesar do início recente de sua atuação política, a família Vieira já se destaca neste campo. Luciano nasceu em São João de Meriti, município onde seu irmão, Léo Vieira (Republicanos) é o atual prefeito, eleito com 50,36% dos votos. Sua irmã, Helena Vieira (PSD), é vereadora

do Rio de Janeiro e trabalha como secretária de Economia Solidária e Inclusão, além de ser presidente da Comissão de Defesa da Mulher e vice-presidente da Comissão da Proteção e Defesa Civil.

Eleito pelo PL em 2022, o parlamentar migrou em seguida para o Republicanos, e no final de 2025 filiou-se ao PSDB. É através de sua nova legenda que Luciano pretende disputar uma vaga ao Senado nas eleições de 2026. Apoiador de Eduardo Paes (PSD) para o cargo de governador do Rio de Janeiro, Vieira decidiu se lançar ao Senado depois que Flávio Bolsonaro (PL), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, resolveu se candidatar à Presidência do país e não mais disputar uma vaga como senador.

Como em 2026 haverá duas vagas ao Senado para o Rio de Janeiro, há a possibilidade de que Luciano busque articular uma dobradinha política, isto é, coordenação entre candidatos a fim de ter mais força política, com o governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL). Nesse cenário, Castro tenderia a se apresentar como a primeira opção da chapa, caso confirme a sua candidatura ao Senado. Dentro do Congresso, em Brasília, Vieira tem aliados fortes, como o presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos).

A filiação de Luciano Vieira ao PSDB ocorreu no dia 25 de outubro de 2025, em São João de Meriti. No evento estavam presentes figuras da política fluminense de posicionamentos diferentes no espectro político, como o governador Cláudio Castro e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Castro e Paes ao longo de 2025 trocaram acusações sobre a questão da gestão da segurança pública do Rio de Janeiro. No evento de Vieira, também estava o ex-secretário estadual de Transporte Washington Reis (MDB), que foi exonerado de seu cargo em julho do mesmo ano pelo governador em exercício à época, o presidente da Alerj Rodrigo Bacellar (União Brasil). Atualmente Bacellar está afastado do cargo por motivo de licença²³²⁴.

Estavam presentes também diferentes membros do PL, como o senador Carlos Portinho; o niteroiense Altineu Côrtes, vice-presidente da Câmara dos Deputados e presidente estadual de seu partido; Douglas Ruas, filho do prefeito de São Gonçalo Capitão Nelson (que não estava presente) e deputado estadual licenciado, pois atua como secretário estadual das cidades.

Percebe-se que Luciano Vieira é um bom articulador político, visto que, tem aliados de diversos setores políticos, seja da Prefeitura do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense, do governo estadual e do Congresso. Toda essa sua rede de colaboradores políticos foi vista através da presença de seus convidados.

23 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/12/10/bacellar-se-licencia-do-mandato-de-deputado-estadual-no-rj.ghtml> Acesso em: 30 jan. 2026

24 O deputado estadual Rodrigo Bacellar, afastado da Presidência da Alerj por decisão do ministro Alexandre de Moraes (STF), comunicou o afastamento temporário de seu mandato por dez dias (10 a 19 de dezembro) para tratar de assuntos particulares. Embora afastado da Presidência, mantinha a prerrogativa de exercer o mandato parlamentar.

Desse modo, mesmo sendo apenas seu primeiro mandato como deputado federal, Luciano surge como uma nova força de destaque na política fluminense, capaz de articular com variadas frentes partidárias, tanto de diferente corrente política como relacionada ao âmbito local ou nacional.

A sigla tucana tem sido mobilizada como um instrumento de articulação política. Luciano Vieira assumiu a presidência estadual do PSDB em dezembro, em um contexto marcado por disputas internas sobre a condução da legenda no Rio de Janeiro. À época, setores do partido no estado defendiam a permanência de Sávio Neves na presidência estadual, enquanto aliados de Vieira pressionavam por uma renovação da estrutura partidária. A mudança ocorreu em paralelo à reconfiguração da direção nacional do PSDB, que passou a ser presidido por Aécio Neves, primo de Sávio, em novembro de 2025, em substituição a Marconi Perillo. Nesse cenário, para além da filiação de Vieira ao PSDB, o evento também sinalizou um processo de reestruturação partidária no estado, com ênfase no fortalecimento da legenda na Baixada Fluminense e na projeção dessa base para outras cidades do Rio de Janeiro.

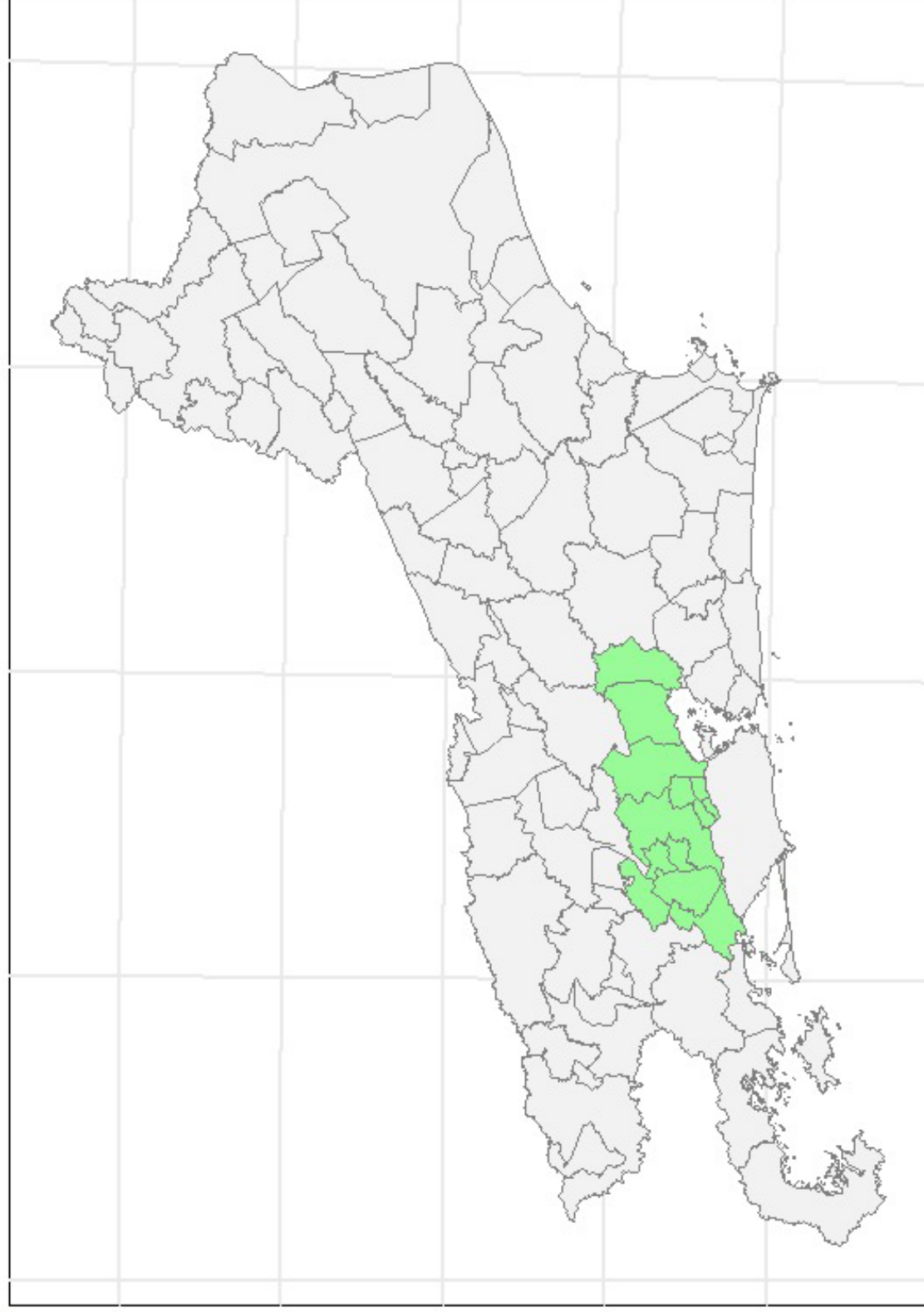
Desse modo, Vieira chega como um candidato fluminense com expressividade à disputa da vaga de senador. Seus dois principais concorrentes ao Senado são Márcio Canella (União Brasil), eleito prefeito de Belford Roxo em 2024 e possivelmente o ex-prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos), deputado federal. Crivella surge como a figura para angariar os votos do setor evangélico e dos eleitores bolsonaristas. Em pesquisa apresentada pela Real Time Big Data em dezembro de 2025, Crivella aparecia como um dos favoritos ao Senado para 2026. O ex-prefeito da capital, contudo, sofreu uma acusação de improbidade administrativa em um esquema de corrupção pelo Ministério Público do Rio de Janeiro²⁵. A denúncia, realizada em ano eleitoral, pode invalidar a candidatura de Crivella e mover o tabuleiro carioca.

A capital sofre, portanto, semanalmente uma série de rearranjos neste ano eleitoral. Eduardo Paes continua como o favorito para a disputa do governo do estado e sairá do cargo para concorrer ao pleito, apoiando a reeleição de Lula à Presidência. Já o Senado apresenta enquanto alguns dos principais candidatos atores políticos com domicílio eleitoral na capital, como Luciano Vieira, Marcelo Crivella e o governador Cláudio Castro. Por fim, para a Presidência da República, o senador Flávio Bolsonaro, de base eleitoral carioca. Assim, o jogo político permanece intenso na capital do estado, com reviravoltas e rearranjos em 2026.

25 Desdobramento do caso conhecido como “QG da Propina”, no qual o ex-prefeito Marcelo Crivella e outras dez pessoas são acusadas de integrar um esquema que teria movimentado cerca de R\$ 32 milhões em propinas durante a gestão municipal (2017–2021), envolvendo supostas fraudes em processos de licitações da Prefeitura do Rio de Janeiro, com participação do Previ-Rio e do grupo Assim Saúde.

BAIXADA FLUMINENSE

Região Intermediária de Rio de Janeiro - Baixada Fluminense



Elaboração própria

O mapeamento da Baixada Fluminense para as eleições de 2026 contempla análise de 13 municípios: Queimados, Paracambi, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Magé, Japeri, Guapimirim, Duque de Caxias, Belford Roxo, Seropédica, São João de Meriti e Itaguaí. O cenário político pré-eleitoral da região apresenta, em uma perspectiva territorialmente situada, articulações internas e externas visando eleições de 2026. O contexto que antecede as eleições gerais inclui movimentações como estreitamento de laços e rupturas nas relações entre atores políticos, ações locais, captação de recursos, aparições públicas, trabalho de projeção de nomes e outras atitudes coordenadas entre os atores.

Através dos instrumentos fornecidos pela nossa plataforma de cartografia política “Cartpol” foi possível identificar líderes locais de algumas dessas regiões. Em Queimados, o deputado federal Max (PDT), que já foi prefeito da cidade, se destaca com mais de 15% de seus votos advindos do município. Em Nova Iguaçu, os deputados federais Doutor Luizinho (PP), Juninho do Pneu (União Brasil) e Lindbergh Farias (PT) e os estaduais Carlinhos BNH (PP), Dr. Deodalto (PL) e Felipinho Ravis (Solidariedade) dominam. Em Duque de Caxias, os destaques são os deputados federais Aureo Ribeiro (Solidariedade), Gutemberg Reis (MDB), Marcos Tavares (PDT), Rosângela Gomes (Republicanos) e o deputado estadual Artur Monteiro (União Brasil). Em Belford Roxo, Daniela do Vaguinho (União Brasil) e Marcio Canella (União Brasil). Em São João de Meriti, Bebeto (Podemos), Julio Lopes (PP), Giovani Ratinho (Solidariedade) e Léo Vieira (Republicanos). Em Nilópolis, Rafael Nobre (União Brasil), em Mesquita Renato Miranda (PL) e em Guapimirim, Júlio Rocha (Agir). Com poucas exceções, quase todos possuem domicílio eleitoral no seu município de preponderância.

Para a governança do Estado, a região tem sua influência incorporada na figura de Washington Reis, presidente estadual do MDB e ex-prefeito de Duque de Caxias, que exerce domínio significativo sobre o município que é o segundo maior colégio eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. O apoio de Reis já vinha sendo disputado, tendo motivado inclusive a sua demissão do Governo do Rio de Janeiro, que segundo ele, ocorreu por negar apoio a Bacellar em 2026²⁷. Apesar de sua inelegibilidade, Reis chegou a ser cotado como possível vice de Eduardo Paes (PSD) após aproximações públicas dos dois atores no momento de crise com o governador Cláudio Castro (PL). No entanto, em setembro de 2025, Washington Reis oficializou sua pré-candidatura²⁸ ao governo do estado com Wladimir Garotinho (atual prefeito de Campos dos Goytacazes)

27 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/07/03/secretario-de-transportes-do-rio-washington-reis-e-exonerado-do-cargo-apos-atritos-com-presidente-da-alerj.ghtml> Acesso em: 30 jan. 2026

28 Disponível em: <https://www.ultimahoraonline.com.br/noticia/washington-reis-oficializa-pre-candidatura-e-revela-wladimir-garotinho-como-vice> Acesso em: 30 jan. 2026

como vice. Baseado em um trabalho de rememoração da trajetória de dois sobrenomes de peso da política fluminense, Reis tem pautado sua pré-candidatura na junção de liderança políticas de territórios para além da capital: “Estamos juntando a política, a política das pessoas experientes”.

Além disso, cada município apresenta particularidades. No município de Belford Roxo, há a consolidação do prefeito Márcio Canella (União Brasil) como uma importante liderança regional, com maioria na Câmara Municipal e alta aprovação popular, em especial pela pauta da segurança pública, sendo possível que ele se lance a cargo de maior relevância, como uma possível candidatura ao senado. Em Queimados destaca-se a atuação de vereadores alinhados ao prefeito nas redes sociais além da articulação com deputados estaduais para captação de emendas. Paracambi, atualmente apresenta uma relação Executivo-Legislativo estável, no entanto, há uma baixa projeção de lideranças locais que se demonstra pelo baixo volume de matérias jornalísticas e pelo alcance dos perfis nas redes sociais, assim como Mesquita, Seropédica e Guapimirim, também levando-se em conta o tamanho e a representatividade desses municípios.

Os últimos meses em Nilópolis foram marcados pelo uso recorrente de inaugurações como estratégia política, havendo articulação das ações do Executivo com a atuação de deputados historicamente alinhados, visando a continuidade do grupo político consolidado. De maneira análoga, esse movimento também foi identificado em Magé, em que se mantém dominante o grupo político liderado pela família Cozzolino que conta com o chefe do executivo e um parlamentar estadual.

Grande destaque ocorre nos maiores municípios da região, em especial Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Em Nova Iguaçu, há uma articulação próxima com o governo do estado e vereadores com protagonismo para além do município, ativo relevante para as eleições de 2026, também concentrando parlamentares estaduais e federais com domicílio eleitoral na cidade em busca de reeleição ou de alianças para outros cargos. Em Duque de Caxias, destacam-se a articulação intensa com bancadas federais, a projeção estadual de lideranças e ações de grande visibilidade pública.

De maneira diversa, há municípios em que, por diversas razões, o cenário eleitoral se mostra mais conturbado. Em Japeri, a articulação externa tem ocupado papel central na estratégia da gestão da prefeita Dra. Fernanda Ontiveros (PT), reeleita em 2024, em um contexto de elevada dependência política e orçamentária em relação aos governos federal e estadual. Ainda assim, a prefeita iniciou a nova gestão com uma base legislativa considerada sólida, uma vez que, a partir do resultado das eleições de 2024 e do início da

Legislatura, conta com a maioria dos vereadores eleitos por sua coligação. No início do mandato, a deputada estadual Zeidan (PT-RJ) esteve no município e articulou a aprovação de emenda parlamentar no valor de 300 mil reais, destinada à rede municipal de saúde, em agenda que contou com a presença do, na época, secretário municipal de Habitação do Rio de Janeiro, Diego Zeidan (PT), quando também foram discutidas iniciativas relacionadas à adoção de políticas inspiradas na experiência da moeda social de Maricá, bem como ações de economia solidária, geração de emprego e renda, com foco em mulheres e mães solo, além de programas de primeiro emprego para a juventude e políticas habitacionais associadas à qualificação da mão de obra local.

Em Itaguaí, a complexidade do cenário se dá pelo julgamento eleitoral do prefeito Dr. Rubão (Podemos), que está afastado do cargo por decisão judicial. Nesse cenário, quem assumiu interinamente a prefeitura foi o presidente da Câmara, Haroldinho (PDT), que faz oposição ao então prefeito. Com o fim do processo judicial, novas eleições devem ser convocadas no município, fazendo com que o tabuleiro para as eleições gerais de 2026 seja incerto. Já em São João de Meriti, muitas polêmicas que influenciam diretamente o contexto das eleições como vereadores envolvidos em escândalos públicos, prisão de atores políticos por ligação com o crime organizado e outros.

Nesse cenário envolvendo o município de São João de Meriti, houve a prisão de Marquinho Aquino (Republicanos), vereador mais votado da cidade, detido por posse e porte ilegal de arma em operação contra a expansão do Comando Vermelho, na qual seu irmão Paulinho de Aquino também foi alvo. Além disso, o prefeito Léo Vieira (Republicanos) foi levado à delegacia pela Polícia Rodoviária Federal por ter sido encontrado com 100 mil reais em dinheiro dirigindo um veículo de placa reservada da Alerj, instituição à qual o prefeito não é mais associado.

Além de polêmicas criminais, elencamos as movimentações políticas da Baixada Fluminense. Em Duque de Caxias, o deputado Marcos Tavares (PDT), ex-aliado de Washington Reis (MDB), se aliou a Zito (PDT), ex-prefeito e arqui-rival da família Reis, que já anunciou sua pré-candidatura a deputado estadual. Zito, que concorreu pelo PV à Prefeitura em 2024, conquistando 28,26% dos votos e sendo derrotado no primeiro turno por Netinho Reis (MDB), chegou a se filiar ao Cidadania em maio de 2025 com a intenção de disputar uma vaga na Câmara dos Deputados, mas retornou ao PDT em julho do mesmo ano, reposicionando sua estratégia eleitoral para a disputa estadual, em um movimento interpretado como busca de consolidação

regional prévia.

O cenário também se escreve através da pauta do combate ao crime. A segurança pública foi um mote utilizado por todos os prefeitos eleitos na Baixada Fluminense em 2024, o que se coaduna com a herança histórica de insegurança pública enfrentada pela região. De acordo com o plano de governo dos candidatos eleitos, a segurança e o combate à violência ocuparam centralidade nas políticas públicas visadas. Propostas como implementações de centrais de monitoramento, regulação de segurança municipal, atualização do plano municipal de segurança, redução de índices criminais, expansão de programas de segurança como o PROEIS, criação de um centro integrado de operações e outras medidas similares foram mencionadas tanto nos planos de governo quanto no discurso de campanha.

Em um contexto de centralidade da pauta no debate público devido a ações do governo estadual, a segurança pública tende a ser mobilizada para as eleições de 2026. Após a megaoperação do dia 28 de outubro na Penha, apenas quatro líderes dos 13 municípios da Baixada Fluminense se manifestaram publicamente sobre o ocorrido. Pode-se observar um padrão de prefeitos de municípios com alta projeção se manifestando em favor da medida, enquanto as prefeituras dos demais municípios optaram por não se manifestar.

O prefeito de Belford Roxo Marcio Canella (União Brasil) se posicionou de forma “firme contra o crime organizado”, validando a necessidade da operação, considerando que sua aprovação vem de programas que envolvem justamente essa temática, como a retirada de barricadas pela prefeitura. Dudu Reina (PP), prefeito de Nova Iguaçu, também se posicionou favoravelmente, destacando a importância da união entre municípios, estado e União para vencer o crime organizado. Consonantemente, o prefeito de Magé Renato Cozzolino (PP) prestou solidariedade às famílias dos policiais executados. O prefeito Léo Vieira (Republicanos) adotou uma postura similar, enaltecendo a megaoperação.

A temática da segurança pública tem interferência direta no contexto da Baixada Fluminense, visto que o projeto do governo do Estado busca englobar a política regional. É nesse contexto que o governador Cláudio Castro, reciclando o slogan utilizado pelo prefeito de Belford Roxo, lançou o programa “Barricada Zero”, operação que objetiva a retirada de 13.604 barricadas construídas pelo crime organizado em 12 municípios do estado. A medida contou com a presença de representantes desses municípios em sua fase inicial: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belford Roxo, Japeri, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Itaboraí, Queima-

dos, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita e Maricá.

O papel dos prefeitos no programa “Barricada Zero” é também o da consolidação de uma ideia de coesão entre governanças de como a questão da violência deve ser tratada. Assim, os municípios da Baixada Fluminense são incorporados diretamente nas propostas de combate ao crime organizado. O espaço para que a gestão desses lugares utilize os feitos desse âmbito é criado como estratégia para a campanha de 2026.

Com o início do ano de 2026, novas movimentações passaram a compor o cenário pré-eleitoral da Baixada Fluminense. Luciano Vieira (PSDB), decidiu se candidatar ao Senado com o objetivo de ocupar a segunda vaga disponível, apostando que a primeira será de Cláudio Castro (PL)²⁹. A parceria dos irmãos em assuntos políticos não é recente, visto que o atual deputado federal tem um histórico de envio de recursos e emendas para São João de Meriti.

Outro fator que demonstra a centralidade da Baixada Fluminense nas eleições para governador é a cogitação de nomes ligados aos municípios para o cargo de governador e vice, representando forças políticas distintas. No campo ligado ao governador Cláudio Castro (PL), com a derrocada política de Bacellar (União Brasil) pela sua prisão e pelo afastamento do cargo, que o retiraram da disputa eleitoral, alguns nomes ligados à região da Baixada surgiram como possíveis candidatos à sucessão, como o deputado federal Dr. Luizinho (PP) e do próprio prefeito de Belford Roxo, Marcio Canella (União). Para o cargo de vice-governador da chapa de Eduardo Paes (PSD), foi veiculado o nome do ex-prefeito de Nova Iguaçu Rogério Lisboa (PP), que também foi procurado por diversas candidaturas nas eleições anteriores com a mesma finalidade. Essas movimentações permitem perceber articulações de dinâmicas de poder para as eleições de 2026 na Baixada Fluminense, ainda em sua fase de pré-candidaturas. A região, pela sua importância estratégica e por concentrar mais de 20% do eleitorado estadual, promete um ano eleitoral de muita agitação no jogo político, que já reorganiza alianças e oposições com foco em garantir vitória nas eleições. Assim, fica evidente a importância da continuidade do monitoramento para rastrear o que determinará o cenário ainda indefinido.

²⁹ O caso já foi apresentado no texto sobre a Capital



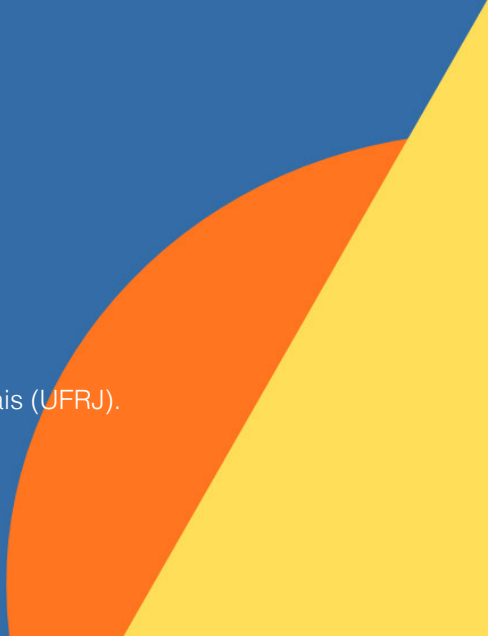
Ana Luiza Helpe³⁰

Alice Leal³¹

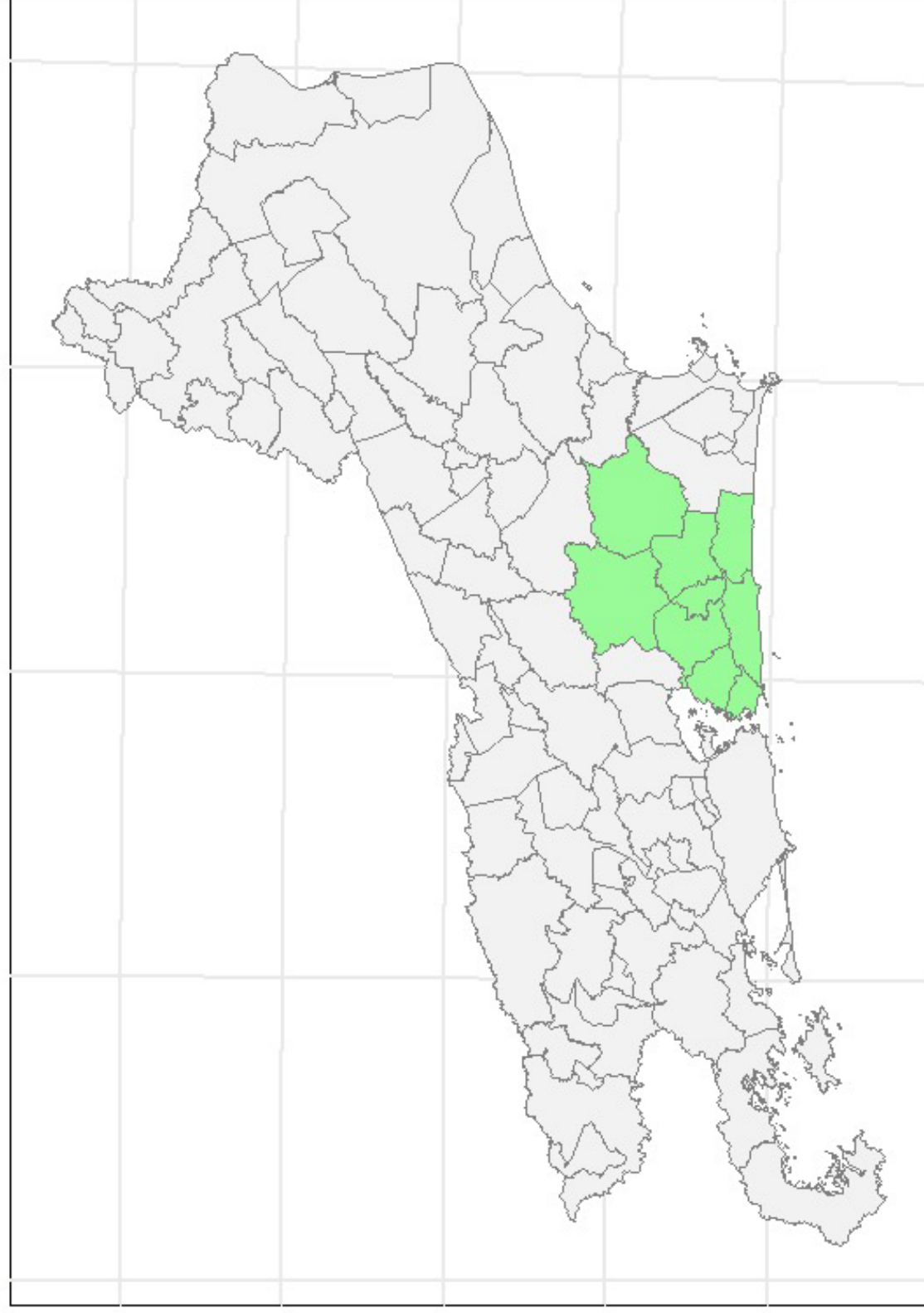
LESTE FLUMINENSE

30 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

31 Mestranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/UFRJ). Graduada em Ciências Sociais (UFRJ).



Região Intermediária de Rio de Janeiro - Leste Fluminense



Elaboração própria

As informações disponíveis indicam a existência de padrões distintos de priorização administrativa e de construção de agendas públicas entre os municípios analisados. Essas diferenças se expressam tanto na frequência quanto no conteúdo da comunicação institucional, variando entre gestões que divulgaram de forma recorrente ações e diretrizes de governo e outras cuja comunicação se manteve mais pontual ou concentrada em áreas específicas da administração cotidiana.

No que se refere à segurança pública, observa-se maior intensidade de menções nas comunicações institucionais de Itaboraí, Maricá, São Gonçalo e Niterói ao longo de 2025. Ainda que com abordagens diferenciadas, nesses municípios o tema aparece de forma recorrente, associado a iniciativas de planejamento urbano, uso de tecnologia, reorganização administrativa e ações de médio e longo prazo. Em contraste, em Saquarema, Tanguá, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim e Rio Bonito a segurança pública ocupou posição secundária nas agendas institucionais, com baixa frequência de publicações ou abordagens pontuais ao longo do período analisado.

Esse padrão evidencia uma assimetria na visibilidade institucional atribuída à segurança pública no Leste Fluminense, refletindo distintas estratégias de priorização temática e de construção de narrativas públicas em escala regional. Tal configuração projeta implicações para o processo eleitoral de 2026, na medida em que a segurança pública tende a se consolidar como um eixo relevante do debate político, sobretudo diante da percepção de que os problemas de criminalidade extrapolam os limites municipais e demandam respostas articuladas. Nesse contexto, o tema assume papel estratégico na reorganização de discursos, alianças e agendas políticas na região.

Em Itaboraí, segundo informações divulgadas no site institucional, a gestão municipal do prefeito Marcelo Delaroli (PL) tem priorizado, ao longo do período analisado, ações nas áreas de desenvolvimento urbano, social e educacional. A comunicação oficial apresenta uma agenda administrativa estruturada em torno de obras de infraestrutura, políticas sociais e iniciativas de fortalecimento institucional. Entre as ações destacadas, figura a reurbanização do principal eixo viário do município, realizada em parceria com o Governo do Estado. Paralelamente, a prefeitura divulgou a execução de um amplo programa de pavimentação, drenagem e requalificação urbana em diversos bairros, com frentes de obra distribuídas por diferentes regiões do município.

Já no plano regional, a estratégia política do grupo Delaroli se evidencia no fortalecimento de sua

inserção no Legislativo estadual. O deputado estadual Guilherme Jandre Delaroli (PL), irmão do prefeito, ocupa posição central nesse arranjo. Ex-coordenador geral de projetos da prefeitura e militar da reserva da PMERJ, Guilherme foi o sexto deputado estadual mais votado do Rio de Janeiro em 2022, com 114.155 votos³², atuando em pautas como infraestrutura, transporte, geração de emprego e saúde. Em janeiro de 2026, aliados políticos ligados à gestão de Itaboraí passaram a ocupar cargos estratégicos na Alerj, ampliando a capacidade de articulação institucional do grupo.

Essas movimentações reforçam a construção de um eixo político regional que conecta Itaboraí a municípios vizinhos, como Maricá e São Gonçalo, e consolida a presença do Partido Liberal (PL) no Leste Fluminense. A relação de cooperação entre Executivo municipal e Legislativo estadual aparece, assim, como elemento central da estratégia política de Marcelo Delaroli, permitindo ampliar investimentos, garantir visibilidade administrativa e projetar capital político com vistas ao reposicionamento do grupo para o ciclo eleitoral de 2026.

No campo da segurança pública, a gestão de Marcelo Delaroli passou a incorporar iniciativas voltadas ao planejamento de médio e longo prazo, para além de ações pontuais. Nesse contexto, destaca-se o início da elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública de Itaboraí (2025–2034), lançado em agosto de 2025, com a finalidade de estabelecer diretrizes para a atuação do município nos anos subsequentes. O plano está alinhado às diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e propõe ações integradas voltadas à prevenção da violência, ao fortalecimento da Guarda Municipal, ao uso de dados e inteligência territorial e à articulação entre diferentes secretarias e forças de segurança. A iniciativa pode ser interpretada como um movimento de institucionalização da política de segurança pública no âmbito municipal, ao buscar estruturá-la como política de Estado, com base em diretrizes formais e planejamento de longo prazo.

A gestão do prefeito de São Gonçalo, Capitão Nelson (PL), reeleito em 2024 com aproximadamente 84,5% dos votos válidos, tem sido marcada pela priorização de obras de infraestrutura e ações de modernização urbana³³.

No campo das obras públicas, a Prefeitura divulgou seu investimento de forma significativa em intervenções estruturantes nos bairros. Um dos principais destaques apresentados é o conjunto de obras de drenagem, pavimentação e urbanização. A intervenção resulta de uma parceria entre o Governo do Estado

32 Disponível em: <https://temporealrj.com/república-de-itaborai-delaroli-nomeia-ex-secretario-municipal-como-subdiretor-de-assuntos-legislativos-da-alerj/> Acesso em: 23 jan. 2026

33 Disponível em: <https://www.pmsg.rj.gov.br/> Acesso em: 23 jan. 2026

do Rio de Janeiro e o município, evidenciando a forte articulação política entre o prefeito Capitão Nelson, o secretário estadual das Cidades Douglas Ruas (PL) e o deputado federal Altineu Cortes (PL), ambos considerados aliados estratégicos da gestão municipal e atores centrais na captação de recursos estaduais.

Ao mesmo tempo, a dinâmica política local revela uma composição plural de apoios parlamentares. O município também conta com a atuação do deputado federal Dimas Gadelha (PT), que, apesar de integrar um campo político distinto do prefeito, tem direcionado sua atuação parlamentar a pautas como saúde e mobilidade urbana em São Gonçalo. Já o deputado estadual Professor Josemar (PL), com base eleitoral expressiva no município, integra o núcleo político próximo à gestão, reforçando a sustentação legislativa do governo local.

Do ponto de vista econômico, São Gonçalo apresenta uma estrutura produtiva diversificada, com presença relevante dos setores de indústria, comércio e serviços, além de atividades agrícolas em menor escala. O município se destaca como um dos principais polos de geração de empregos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, desempenhando papel estratégico na dinâmica econômica regional³⁴. A política de segurança tem sido estruturada a partir da combinação entre ações ostensivas, uso de tecnologias de vigilância e monitoramento urbano, com destaque para a atuação da Central de Segurança de São Gonçalo, que opera com centenas de câmeras distribuídas pelo município.

Outro município de destaque na região é Maricá, que experimentou um crescimento populacional de 54% entre 2010 e 2022, passando de 127.461 para 197.277 habitantes, segundo o IBGE, alguns “problemas de cidade grande”, como o aumento da violência, passaram a acompanhar o município, segundo relatos de moradores em entrevista ao Extra³⁵. Desde o período eleitoral, o atual prefeito Washington Quaquá (PT) reforçou a sua preocupação com a segurança pública de Maricá, demarcando alguns posicionamentos que se concretizaram em ações após a sua eleição, como a Guarda Municipal Armada³⁶. Em entrevista para o Extra³⁷, o atual prefeito reforçou que “era o único candidato que enfrentava os traficantes”, e que, caso fosse eleito, “fecharia as entradas e saídas do município com equipes táticas armadas com fuzis”. Apesar de um distanciamento ideológico partidário com sua legenda, o prefeito reforça a sua proximidade com o Gover-

34 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama> Acesso em: 23 jan. 2026

35 Disponível em: <https://extra.globo.com/politica/tamo-junto/post/2024/09/marica-tem-o-desafio-de-crescer-com-planejamento.ghtml> Acesso em: 23 jan. 2026

36 Disponível em: <https://extra.globo.com/politica/tamo-junto/post/2024/09/marica-tem-o-desafio-de-crescer-com-planejamento.ghtml> Acesso em: 23 jan. 2026

37 Disponível em: <https://extra.globo.com/politica/tamo-junto/post/2024/09/em-marica-as-propostas-em-uma-eleicao-polarizada.ghtml> Acesso em: 23 jan. 2026

nador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL) e diz que Castro é um político de centro³⁸. O prefeito de Maricá não poupa elogios para descrever o governador, como em um vídeo publicado por ele no dia 29 de março de 2025 parabenizando o aniversário de Castro e reafirmando a parceria³⁹.

O prefeito de Maricá traz em seu discurso elementos firmes em relação à criminalidade, pontuando que “lugar de bandido é na vala”⁴⁰ e que, de acordo com ele, o município oferece oportunidades de estudo, como o Passaporte Universitário⁴¹, e adotará tolerância zero em relação aos crimes⁴². Ao longo de seu mandato, ele tem utilizado suas redes sociais como um espaço de denúncia para os casos de violência, demonstrando as ações que estavam sendo tomadas no combate de criminosos e nas apreensões de armas e drogas.

No plano político, Washington Quaquá tem utilizado aparições públicas e entrevistas para sinalizar seus projetos futuros e reposicionar sua atuação no cenário estadual. Questionado pela imprensa sobre possíveis candidaturas em 2026, o prefeito descartou a hipótese de disputar o governo do Estado do Rio de Janeiro e afirmou publicamente seu interesse em concorrer ao Senado Federal. Ao recorrer a uma frase atribuída a Darcy Ribeiro — ao afirmar que “o Senado é como o céu, mas com a vantagem de não precisar morrer para chegar lá” — Quaquá reforçou o caráter simbólico de sua declaração, amplamente repercutida pela imprensa regional, indicando um movimento de ampliação de sua projeção política para além do âmbito municipal.

Niterói, que é um dos principais municípios da região, possui uma população de aproximadamente 480 mil habitantes e apresenta índices relativamente positivos de violência quando comparada a outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁴³. De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ), divulgados pela Prefeitura de Niterói em dezembro de 2025, o município registrou queda de 14,29% na letalidade violenta em relação ao ano anterior.

O prefeito Rodrigo Neves (PDT) declarou, durante o evento “Caminhos para cidades resilientes, paci-

38 Disponível em: <https://youtu.be/h87vWQfZh-M?si=u9-0Y1N7Y943jhH>- Acesso em: 23 jan. 2026

39 Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DHy8tezvSYx/?igsh=YzdjbDh3aXEzMGRv> Acesso em: 23 jan. 2026

40 Disponível em: <https://agendadopoder.com.br/tolerancia-zero-com-a-bandidagem-vagabundo-que-porta-fuzil-e-rouba-casa-de-gente-pobre-o-lugar-dele-e-na-vala-dispara-quaqua/> Acesso em: 23 jan. 2026

41 O município oferece o Programa Passaporte Universitário com dois tipos de incentivo por meio de Bolsas Universitárias: a Social e a de Excelência. Disponível em: <https://passaporteuniversitario.marica.rj.gov.br/> Acesso em: 27 jan. 2026

42 Disponível em: <https://maricainfo.com/2025/12/01/cidade-da-seguranca-marica-anuncia-estrutura-para-enfrentar-o-crime-com-forca-maxima.html> Acesso em: 23 jan. 2026

43 Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Populacao_e_domicilios_Primeiros_resultados/Resultados_da_2a_apuracao_20231027/POP2022_Municipios_Primeiros_Resultados_20231222.pdf Acesso em: 23 jan. 2026

ficas e sustentáveis”, realizado em 2 de dezembro de 2025, que a segurança pública não pode ser delegada exclusivamente aos estados, exigindo uma atuação contínua e estruturada por parte dos municípios. Esse posicionamento revela uma estratégia de combate à violência que combina o enfrentamento direto ao crime organizado com políticas preventivas e ações coordenadas no âmbito local. Em discurso na abertura da XXX Cúpula da Rede Mercocidades, realizada no Caminho Niemeyer, em 4 de dezembro de 2025, o prefeito afirmou que “não há contradição entre combater de maneira implacável o crime organizado e planejar estratégias para prevenir a violência”, destacando o Pacto Niterói Contra a Violência como exemplo bem-sucedido, responsável por reduções superiores a 80% nas taxas de roubos de veículos e homicídios, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP)⁴⁴. Ao enfatizar a disputa pela juventude e a ampliação de oportunidades sociais como eixo central da prevenção, Neves reforça uma concepção de segurança pública como um eixo estruturante de seu governo.

O prefeito também tem buscado fortalecer articulações políticas regionais que ultrapassam os limites de Niterói. Em outubro de 2025, ele e o prefeito de Maricá, Washington Quaqué (PT), selaram uma reaproximação política após um período de atritos, anunciando um acordo de cooperação com vistas às eleições de 2026. Neves publicou nas redes sociais uma foto ao lado de Quaqué afirmando que “nos conhecemos desde muito jovens, somos filhos do povo e transformamos nossas cidades” e que irão “trabalhar juntos pelo bem de Niterói, de Maricá, do Rio e do Brasil”, sinalizando a reconciliação e o alinhamento programático entre os dois líderes.

No campo da infraestrutura urbana, a gestão municipal de Niterói divulgou um conjunto de ações voltadas à prevenção de riscos urbanos e à adaptação a eventos climáticos extremos, a ser executada pela administração municipal.

Desse modo, a atuação de Rodrigo Neves em Niterói envolve iniciativas voltadas à segurança pública, ao planejamento urbano e à articulação política regional. Essas ações podem ser interpretadas como parte de uma estratégia de gestão municipal que busca integrar políticas de prevenção da violência, organização do espaço urbano e posicionamento do município no contexto político do Leste Fluminense.

No âmbito das movimentações com vistas às eleições de 2026, dois deputados federais que ocupam posições de destaque nas lideranças de seus partidos e situam-se em campos ideológicos opostos dispu-

44 Disponível em: <https://niteroi.rj.gov.br/nao-ha-contradicao-entre-combater-o-crime-organizado-e-planejar-estrategias-e-aco-es-co-ordenadas-para-prevenir-a-violencia-afirma-prefeito-rodrigo-neves-na-abertura-da-cupula-de-mer> Acesso em: 23 jan. 2026

tam os votos do eleitorado de Niterói: Carlos Jordy (PL) e Talíria Petrone (PSOL). Ambos foram derrotados na eleição para a prefeitura em 2024, com campanhas que representavam os dois polos da política nacional. Em 2022, Talíria defendeu o apoio de seu partido à candidatura de Lula (PT), e tudo indica que o PSOL permanecerá compondo a base do governo federal. Frequentemente, a líder do PSOL na Câmara dos Deputados manifesta sua aproximação com a deputada federal Benedita da Silva (PT), que é pré-candidata ao Senado, pelo Rio de Janeiro.

Carlos Jordy (PL), vice-líder da oposição na Câmara, declarou estar entre os nomes cotados para disputar uma das vagas ao Senado pelo partido. O deputado utiliza suas redes sociais para defender o ex-presidente Bolsonaro (PL).

Nas próximas semanas, o ex-prefeito de Niterói, Axel Grael, deve oficializar sua pré-candidatura a deputado federal pelo PDT. No mesmo campo partidário, o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves (PDT), passou a atuar de forma mais direta no tabuleiro eleitoral de 2026 ao lançar sua esposa, Fernanda Sixel (PDT), como pré-candidata a deputada estadual no Rio de Janeiro, movimento que amplia a presença do grupo pedetista na disputa estadual. A candidatura de Fernanda articula-se em uma dobradinha com Marcelo Freixo (PT), pré-candidato a deputado federal e atual presidente da Embratur, combinando o capital político do grupo liderado por Rodrigo Neves, em seu terceiro mandato à frente da prefeitura, com a projeção nacional de Freixo



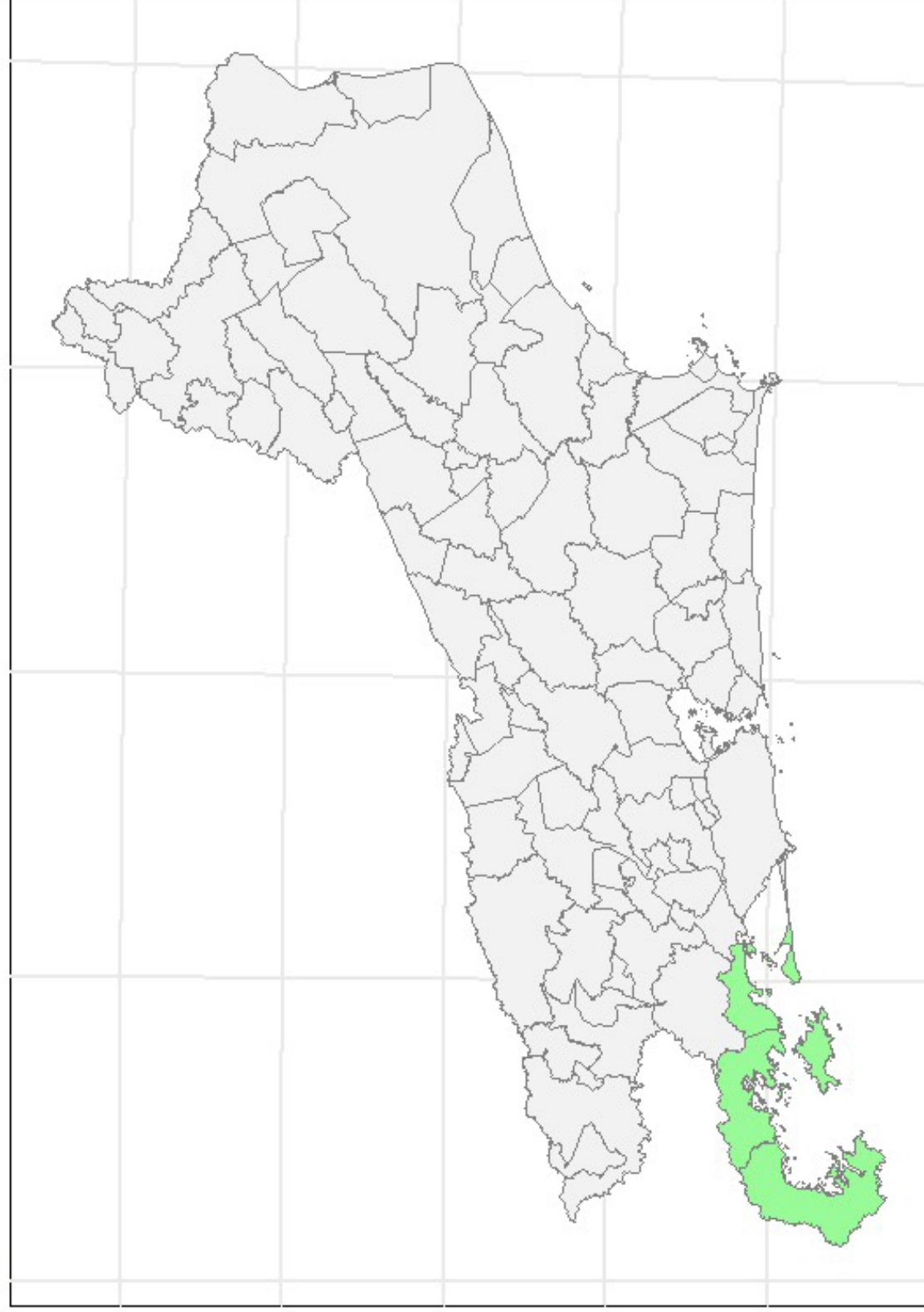
Felipe Muniz⁴⁵

SUL FLUMINENSE



45 Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Região Intermediária de Rio de Janeiro - Sul Fluminense



Elaboração própria

Ao analisar o tabuleiro eleitoral da região do Litoral Sul Fluminense percebemos que essa microrregião eleitoral segue alguns padrões eleitorais e políticos estabelecidos ao redor do Estado. Em primeiro nível, podemos olhar para os partidos que comandam as prefeituras das três respectivas cidades analisadas: MDB e Republicanos. Nesse sentido, o comando dessas cidades reflete um controle eleitoral de sucesso por partidos conservadores, aliados à base do Governador Cláudio Castro, o que também se reflete ao olharmos para votação à deputado estadual - em cada um dos municípios esses dois partidos possuem deputados com alta proporção de votos nos municípios⁴⁶. No entanto, as cidades também possuem tendências exclusivas, que acabam por refletir no cenário estadual. Essas tendências serão examinadas na seção detalhada para cada município.

O jogo político de Angra dos Reis possui uma figura central para compreender os movimentos do município: Fernando Jordão (MDB). Quatro vezes Prefeito de Angra dos Reis⁴⁷ (2001-2009; 2017-2025) e Deputado Federal entre 2011 e 2015, Jordão exerce significativa influência nas dinâmicas eleitorais do município, tendo eleito seu sucessor na Prefeitura em 2025, Cláudio Ferretti (MDB) e contribuído para eleição de sua esposa e ex-Secretária de Desenvolvimento Urbano do município, Cláudia Jordão (PL) para a ALERJ (inicialmente como suplente em 2018 e como Deputada Estadual em 2022). Os números da eleição estadual de 2022 demonstram a força dos Jordão no município, 63% dos votos de Célia vieram de Angra dos Reis. Nesse prisma, a eleição de 2026 é tratada como uma afirmação de poder para o grupo. Espera-se que com a abertura da janela partidária em abril, Célia se transfira do PL para o MDB, solidificando a base de seu marido dentro do partido. Não obstante, Fernando almeja uma candidatura à Deputado Federal e uma eventual dobradinha, em conjunto com o apoio de seu sucessor na prefeitura podem ajudá-lo decisivamente no pleito federal.⁴⁸

Já em Paraty, o cenário político, apesar de definido no nível municipal, não consegue traduzir força eleitoral para as legislaturas estaduais e federais, haja vista a baixa magnitude do município. O atual prefeito, Zezé Porto (Republicanos), embora esteja em seu terceiro mandato à frente da prefeitura (2005-2013), não conseguiu, até então, replicar o sucesso local em outras disputas.

No âmbito estadual, os maiores votantes no município são políticos de outras regiões, como os Depu-

46 Dados obtidos através da Planilha de Análise de Votos dos Deputados Estaduais, usando como base a estatística: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1h9H0cENRPjA8YoLeYnaLI2UqpR6kkJEKsyZapybR88g/edit?gid=946120598#gid=946120598>

47 RUESP_CAN da Deputada. Ver planilha citada acima.

48 Forças políticas se reagrupam em torno de Fernanda e Célia. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DOZfgxokrgi/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=NTc4MTIwNjQ2YQ%3D%3D Acesso em: 30 jan. 2025

tados Estaduais Gustavo Tutuca (PP, de Piraí) e Giovanni Ratinho (Solidariedade, São João de Meriti)⁴⁹. Além disso, por conta da proximidade com Angra dos Reis, a Deputada Célia Jordão também possui expressiva votação no município. Com isso, observa-se que os votos da cidade tendem a encontrar morada em candidatos de cidades adjacentes.

Em Mangaratiba, o cenário também é mais indefinido e sem candidatos que saltem na liderança nessa corrida eleitoral. O atual prefeito, em primeiro mandato, Luiz Cláudio (Republicanos) foi Deputado Estadual nas duas últimas legislaturas e liderava a proporção de votos por município em Paraty entre os ocupantes da legislatura estadual. Com sua renúncia para assumir o gabinete municipal, existe um vácuo de candidatos possíveis que podem ocupar a posição de Luiz Cláudio. O Deputado Gustavo Tutuca pode ser um beneficiado da falta de candidatos, já que é de um espectro político semelhante ao de Luiz Cláudio, podendo herdar os votos deixados pelo atual prefeito.

Ao analisar essa região torna-se perceptível a influência e poder do grupo político de Fernando Jordão em Angra dos Reis e adjacências, que certamente será sua base eleitoral para o mandato desejado de Deputado Federal. Além disso, é esperado que candidatos dos partidos da centro-direita que comandam, em maioria, essa região, utilizem as máquinas dos municípios para alavancarem suas candidaturas à Brasília. No nível estadual, a Deputada Célia Jordão surge como a aglutinadora de votos eleitorais, oriundos de sua própria base em Angra dos Reis, mas também dos eleitores que estão órfãos com a saída de Luiz Cláudio da assembleia estadual. Essa falta de candidatos para a ALERJ abre caminho também para maiores inserções de candidatos radicados em municípios vizinhos, como os Deputado Gustavo Tutuca e Giovanni Ratinho. Com nove meses até a eleição, o cenário no Sul Fluminense é, em grande parte, indefinido e pode sofrer alterações com os marcos eleitorais vindouros.

⁴⁹ Dados obtidos através do RUESP_CAN de Paraty.



Niara Melo Retana⁵⁰

João Pedro Alencar⁵¹

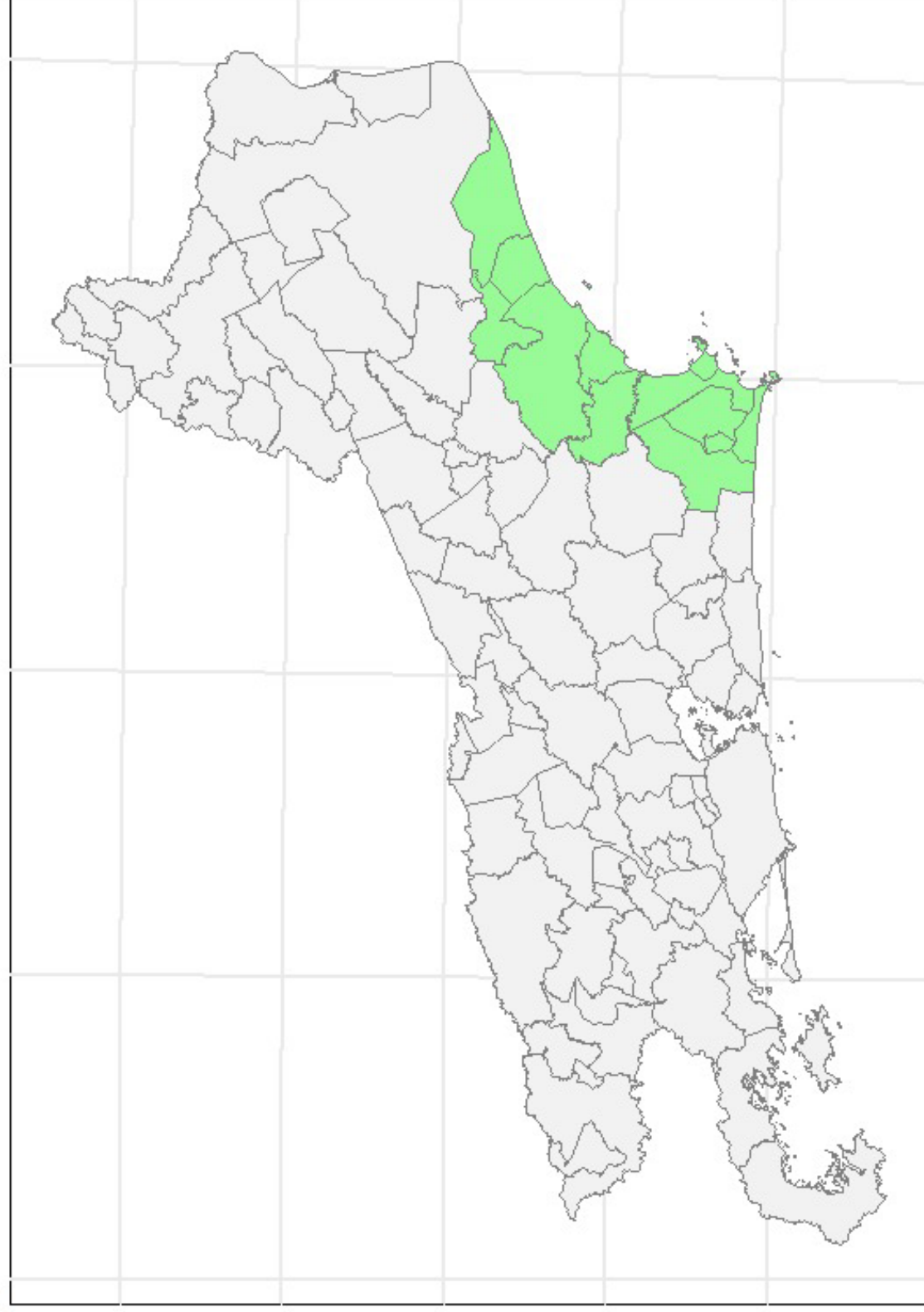
MACAÉ CABO FRIO RIO DAS OSTRAS

50 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

51 Graduando em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)



Região Intermediária de Macaé - Rio das Ostras - Cabo Frio



Elaboração própria

Ao realizar uma análise integrada do cenário político-institucional de municípios da região conhecida como Região dos Lagos – contemplando Iguaba Grande, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Araruama, São Pedro da Aldeia, Quissamã, Macaé, Conceição de Macabu, Casimiro de Abreu, Carapebus e Rio das Ostras –, percebemos que estes apresentam relevância estratégica economicamente e politicamente por concentrarem eleitorados expressivos. A região possui aproximadamente 7% do eleitorado do estado e cerca de 0.5% do eleitorado total do país (2024) e dinâmicas regionais interligadas. Essa região caracteriza-se por forte interdependência administrativa entre os municípios em razão das demandas comuns nas áreas de mobilidade, saneamento, meio ambiente, turismo e segurança.

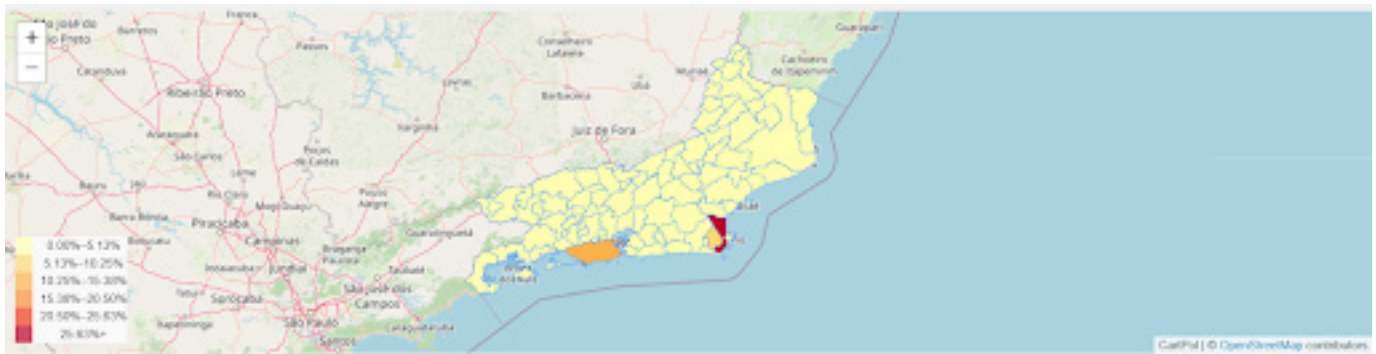
De maneira geral, a configuração política local revela os chefes dos Poderes Executivos Municipais possuem bases legislativas estáveis, facilitando a implementação de políticas públicas e projetos estruturantes. Em sua maioria, os prefeitos eleitos para o mandato 2025-2028 pertencem aos partidos PL e Cidadania, os prefeitos restantes são do MDB, Republicanos e PP, ou seja, não há muita diversidade partidária, porém há convergência pragmática em pautas administrativas. Já com relação a deputados estaduais, eleitos em 2022, com maior densidade eleitoral nos municípios analisados, destacam-se Chico Machado (Solidariedade), com forte desempenho em Macaé, Dr. Serginho (PL), com votação expressiva em Cabo Frio – atualmente prefeito deste município, e Comte Bittencourt (Cidadania), também com presença significativa em Macaé e Niterói.

Municípios que tiveram alta relevância na votação de Chico Machado (Solidariedade)



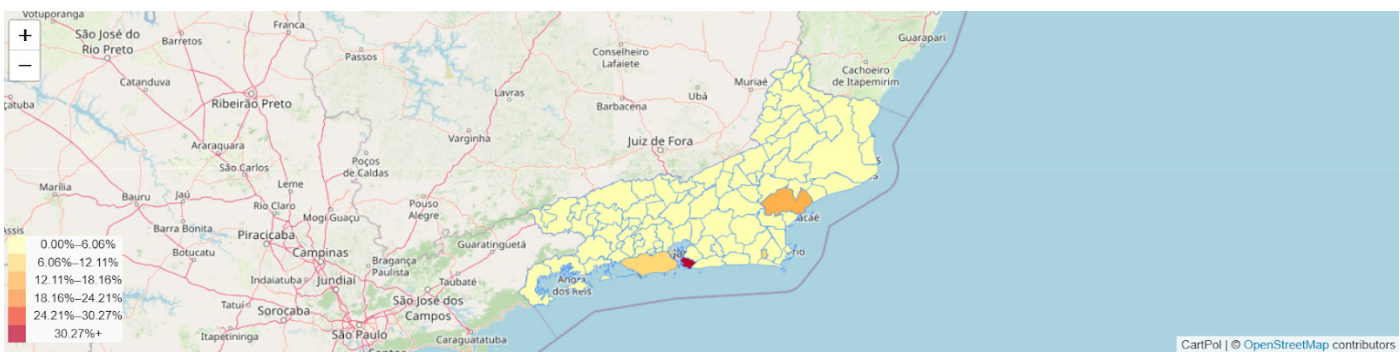
Fonte: Cartpol, Lappcom

Municípios que tiveram alta relevância na votação de Dr. Serginho (PL),



Fonte: Cartpol, Lappcom

Municípios que tiveram alta relevância na votação de Comte Bittencourt (Cidadania)



Fonte: Cartpol, Lappcom

Esses nomes exercem influência política regional e mantêm diálogo frequente com os executivos municipais, podendo fazer articulações junto ao Governo do Estado e destinar emendas parlamentares. Não foram identificados municípios dessa região que tivessem relevância acima de 15% na votação de deputados federais, o que sugere que a dinâmica política regional, pelo menos na Região dos Lagos, é mais fortemente influenciada por lideranças estaduais e pelos próprios prefeitos. Estes, assumem protagonismo na articulação de demandas junto ao governo estadual, especialmente em infraestrutura urbana, segurança pública e serviços essenciais.

Um dos elementos centrais é o fortalecimento das articulações regionais por meio de consórcios intermunicipais. Um exemplo é o Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), que reúne 12 municípios e atua principalmente nas áreas de meio ambiente, saneamento e gestão de recursos hídricos. O prefeito

de Iguaba Grande, Fabinho Costa (Cidadania), foi eleito prefeito com expressiva votação no município e também eleito presidente do CILSJ para o quadriênio 2025-2028, o que reforça seu protagonismo político regional.

Há uma relação institucional ativa entre prefeitos e deputados estaduais, com agendas voltadas para a captação de investimentos e a implementação de programas estaduais nos municípios, como postos do Detran-RJ, projetos sociais e iniciativas de segurança pública. Os prefeitos parecem buscar fortalecer sua capacidade administrativa por meio de parcerias regionais e estaduais, o que leva a uma lógica de cooperação intergovernamental. A região apresenta um padrão de governança orientado para resultados práticos, com foco em demandas estruturais e manutenção da atividade turística, elemento central para a economia local, o que influencia diretamente as prioridades políticas e administrativas observadas nos municípios. Embora a responsabilidade constitucional pela segurança seja majoritariamente estadual, os executivos municipais têm assumido um papel ativo por meio de políticas preventivas, fortalecimento das Guardas Municipais e integração com as forças estaduais.

Em Iguaba Grande, há uma cooperação com programas estaduais como o Segurança Presente; em Cabo Frio, Dr. Serginho coloca a segurança e a ordem pública como eixos centrais de sua reorganização administrativa, com aumento da presença policial; em municípios muito turísticos, como Arraial do Cabo e Armação dos Búzios, a segurança aparece associada à proteção de áreas turísticas e à polícia de proximidade, especialmente durante a alta temporada; em Araruama e São Pedro da Aldeia, destacam-se propostas de reforço da Guarda Municipal e ampliação da iluminação pública, com uso de câmeras de monitoramento e operações sazonais, como o Plano Verão de Segurança Pública; já em Macaé, houve avanços recentes nos indicadores de criminalidade, provavelmente a partir dos investimentos em policiamento conveniado, equipamentos e integração interagências.

Em Araruama, a prefeita Daniela Soares participou da ação “Detran RJ em Movimento” que fortaleceu a parceria com o Governo do Estado e anunciou a implementação do projeto “Lona na Lua”, que busca a inclusão social por meio da arte e atividades culturais. São iniciativas que, em tese, aproximam o poder público do cidadão e diversificam as opções de formação e lazer, mas levantam o debate sobre a efetividade dessas ações em termos de resultados palpáveis. Em Arraial do Cabo, o prefeito Marcelo Magno (PL) participou da XXX Cúpula de Mercocidades que ocorreu em Niterói, um evento de grande porte e que reuniu

gestores de diversas cidades, ao participar ele sinalizou sua intenção de ampliar a integração regional. Na Câmara Municipal de Armação dos Búzios, foi aprovado um projeto de lei que estipula multa para o consumo de drogas em espaços públicos, com recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Já na esfera econômica, Búzios projeta um forte aumento financeiro com a chegada de dezenas de navios transatlânticos, estimulando movimentações significativas no comércio e serviços locais.

Com a virada do ano para 2026, algumas reuniões entre os prefeitos desses municípios foram articuladas. Destaca-se a reunião ordinária, realizada no dia seis de janeiro, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região dos Lagos (Conderlagos) na sede do Consórcio em Cabo Frio, que une oito municípios da região (Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema) e tem como presidente o prefeito de Rio das Ostras Carlos Augusto Balthazar, e como diretor executivo, Vantoil Martins, pré-candidato a deputado estadual esse ano. Além deles, estavam presentes representantes de oito municípios, a prefeita de Araruama, Daniela Soares (MDB); a prefeita de Saquarema, Lucimar Vidal (PL); o prefeito de Arraial do Cabo, Marcelo Magno (PL); o prefeito de Iguaba Grande, Fábio Costa (Cidadania); além do representante da Prefeitura de Cabo Frio, Guilherme Lopes.

A reunião ocorreu para tratar da ineficiência na prestação de serviços essenciais na região, principalmente a insatisfação com as constantes quedas e interrupções no fornecimento de energia elétrica pela concessionária Enel, especialmente durante as festas de fim de ano. A partir disso, os prefeitos assinaram um ofício endereçado à Enel, à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério Público e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro exigindo uma declaração formal de retorno.

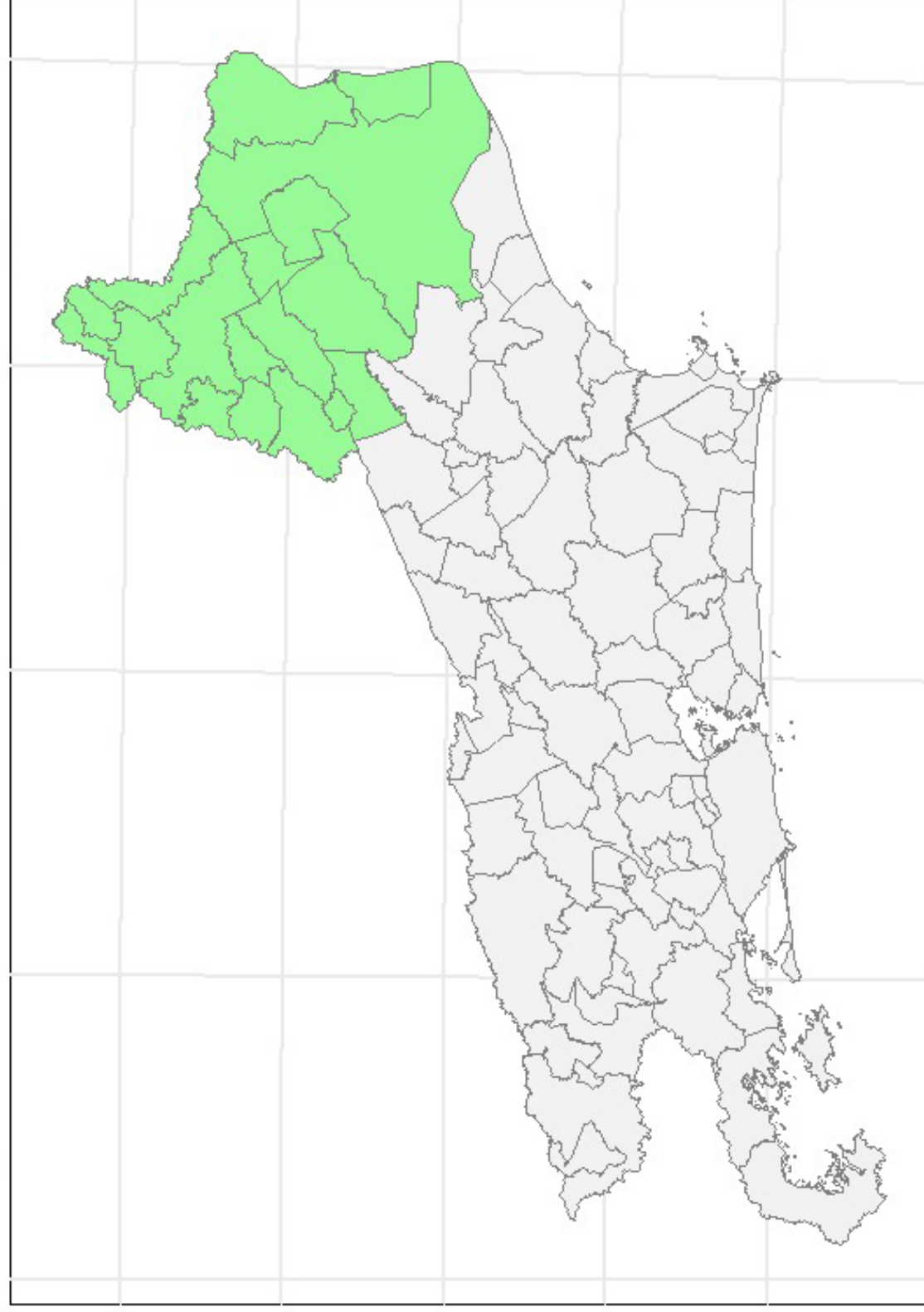
Até o momento, algumas pré-candidaturas para 2026 de lideranças locais foram de Aline Azevedo (PL), esposa de Dr. Serginho (PL) – conhecida como primeira dama de Cabo Frio – para a Alerj e Vantoil Martins (Cidadania), ex-prefeito de Iguaba Grande também para deputado estadual.

De maneira geral, observa-se que quase todas as candidaturas a prefeitos de 2024 e gestões tratam a segurança pública como prioridade administrativa, emergindo como um dos temas mais recorrentes e prioritários nas propostas e ações dos prefeitos da região, ainda que com abordagens distintas. Essa é uma região politicamente articulada, com prefeitos fortalecidos eleitoralmente, lideranças estaduais influentes e uma agenda administrativa convergente. Esse contexto sugere um ambiente favorável à implantação de

políticas públicas coordenadas, especialmente em temas que extrapolam os limites territoriais de cada município.

CAMPOS DOS GOYTACAZES

Região Intermediária de Campos dos Goytacazes



Elaboração própria

O presente monitoramento tem como objetivo sistematizar informações políticas relevantes da Região Norte Fluminense, a partir da observação dos municípios que compõem esse território, das principais lideranças locais e das dinâmicas políticas identificadas no período recente, com especial atenção às articulações institucionais e até o momento, à agenda de segurança pública. A região monitorada abrange dezoito municípios, entre eles Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Itaperuna, Italva, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, além de cidades de menor porte, como Varre-Sai, Aperibé, Laje do Muriaé e Porciúncula. Trata-se de um território heterogêneo, marcado por polos regionais com maior capacidade administrativa e por municípios menores fortemente dependentes de articulações intergovernamentais.

No que diz respeito às lideranças políticas identificadas, observa-se a centralidade de deputados estaduais e federais com desempenho eleitoral expressivo, especialmente concentrados em municípios estratégicos como Campos dos Goytacazes e Itaperuna. Em Campos, destacam-se nomes como os deputados estaduais Bruno Dauaire (União Brasil), Thiago Rangel (Avante), Carla Machado (PT) e Rodrigo Bacellar (União Brasil), evidenciando uma forte presença do Legislativo estadual no município e sua influência sobre a agenda local. Em Itaperuna, a expressividade eleitoral do deputado federal Murillo Gouvêa (União Brasil) e do deputado estadual Jair Bittencourt (PL) reforça o papel do município como pólo político no Noroeste Fluminense. Essa configuração indica que, embora as prefeituras tenham protagonismo administrativo, a mediação com deputados estaduais e federais permanece fundamental para viabilizar recursos, obras e visibilidade política.

Outro ponto relevante é o aumento de participação dos prefeitos da região em consórcios e espaços de articulação intermunicipal, como o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense, o Cidennf. A eleição de lideranças municipais para cargos de destaque nesses espaços reforça a dimensão regional da política local e redefine as relações entre Executivo e Legislativo, que passam a se organizar em torno da obtenção de repasses, da viabilização de obras e da construção de agendas comuns. Nesse contexto, a atuação dos deputados estaduais e federais se torna ainda mais estratégica, funcionando como ponte entre os interesses locais e as esferas estadual e federal.

Em municípios como Campos dos Goytacazes, São João da Barra e Itaperuna, as disputas políticas recentes têm se concentrado em torno da execução de obras de infraestrutura, da área da saúde e da ges-

tão do trânsito e da segurança. Esses temas operam simultaneamente como instrumentos de prestação de contas e como mecanismos de fortalecimento de alianças políticas. Já nas cidades menores, a limitação de recursos próprios faz com que políticas estaduais e programas consorciados assumam papel central, ampliando o peso das lideranças locais como intermediárias políticas e abrindo espaço para negociações e acordos com vistas às próximas disputas eleitorais.

A agenda da segurança pública ocupa lugar de destaque no monitoramento, especialmente a partir da campanha municipal de 2024. Em Campos dos Goytacazes, o tema foi abordado de maneira predominantemente técnica e administrativa, com foco na ampliação do monitoramento urbano, na modernização do Centro de Controle Operacional e em parcerias público-privadas para compartilhamento de dados e imagens. Na comunicação oficial e nas redes sociais, o prefeito enfatizou entregas concretas, como instalação de câmeras e convênios institucionais, construindo uma narrativa de eficiência e gestão baseada em resultados. Esse enquadramento tende a ser retomado e aprofundado no contexto eleitoral de 2026.

Em São João da Barra, a segurança também apareceu como prioridade administrativa, com destaque para o fortalecimento da guarda municipal e a integração com programas estaduais. A presença do tema nas redes oficiais após a eleição, por meio da divulgação de eventos, premiações e ações locais, indica um esforço contínuo de manter a pauta visível e associada à atuação do Executivo municipal. Em Itaperuna, por sua vez, a abordagem foi mais discreta, centrada em propostas de modernização institucional, cooperação com a polícia estadual e transparência de indicadores criminais, com menor intensidade de comunicação direta nas redes sociais.

De modo geral, a análise das movimentações de 2024 e 2025 no Norte e Noroeste Fluminense sugere que a segurança pública seguirá como eixo estratégico nas eleições estaduais e federais de 2026. Embora a responsabilidade direta pelo policiamento seja estadual, as prefeituras têm buscado ocupar esse espaço por meio de ações complementares, como instalação de câmeras, expansão da guarda municipal e parcerias intergovernamentais. Esse cenário indica uma receptividade regional a discursos que enfatizam integração entre níveis de governo, coordenação institucional e soluções regionais para problemas de segurança, abrindo espaço para candidaturas que consigam articular essas demandas locais em projetos políticos mais amplos.

No início de 2026, a Prefeitura de Campos dos Goytacazes realizou a sua primeira mudança política

formal de destaque no ano, com impacto tanto na estrutura do Governo quanto no Legislativo municipal. O prefeito Wladimir Garotinho (PP) nomeou o vereador Cabo Alonsimar (PDT) para a Subsecretaria Municipal de Serviços Públicos, cargo ligado diretamente à execução de infraestrutura urbana e serviços essenciais. Essa nomeação representa uma movimentação política relevante, visto que cumpre um compromisso político firmado ainda no período eleitoral e reforça o alinhamento do PDT com o governo municipal.

A saída de Cabo Alonsimar da Câmara Municipal levou à entrada do suplente Filipe Coutinho (PDT), que assumiu a cadeira no parlamento. A nomeação foi justificada pelo prefeito como cumprimento de um compromisso político firmado durante sua campanha eleitoral, contemplando o desempenho de Coutinho nas urnas e seu papel na campanha municipal. Essa mudança marca um ajuste estratégico nas relações entre Executivo e Legislativo no início do ano, expandindo o alcance do partido fora do Legislativo, onde possui três cadeiras.

Além disso, Wladimir tem articulado políticas que vão além da gestão municipal e se conectam com o cenário estadual. No mês de janeiro, ele publicou em suas redes sociais um encontro com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), no qual destacou o diálogo sobre “desafios comuns” entre municípios e a necessidade de cooperação entre gestões. A postagem demonstra que o prefeito articula com lideranças importantes fora do Norte Fluminense, possivelmente pensando em alianças para o ciclo eleitoral de 2026. Vale destacar que no final de 2025, ocorreram especulações de que Garotinho poderia integrar uma chapa majoritária em 2026, cogitado como vice-governador do Rio de Janeiro. Entretanto, o prefeito ainda não definiu publicamente seu futuro político para esse ano. Ele declarou que tomará essa decisão após o Carnaval de 2026, podendo permanecer na gestão municipal ou disputar outro cargo, e tem mantido uma postura em suas redes sociais voltada para a continuidade do trabalho em Campos. Isso mantém sua posição política aberta e estratégica, preservando tanto sua imagem de gestor quanto sua capacidade de negociar apoios para cargos maiores.



Priscila Schmitz⁵³

Lara Reis⁵⁴

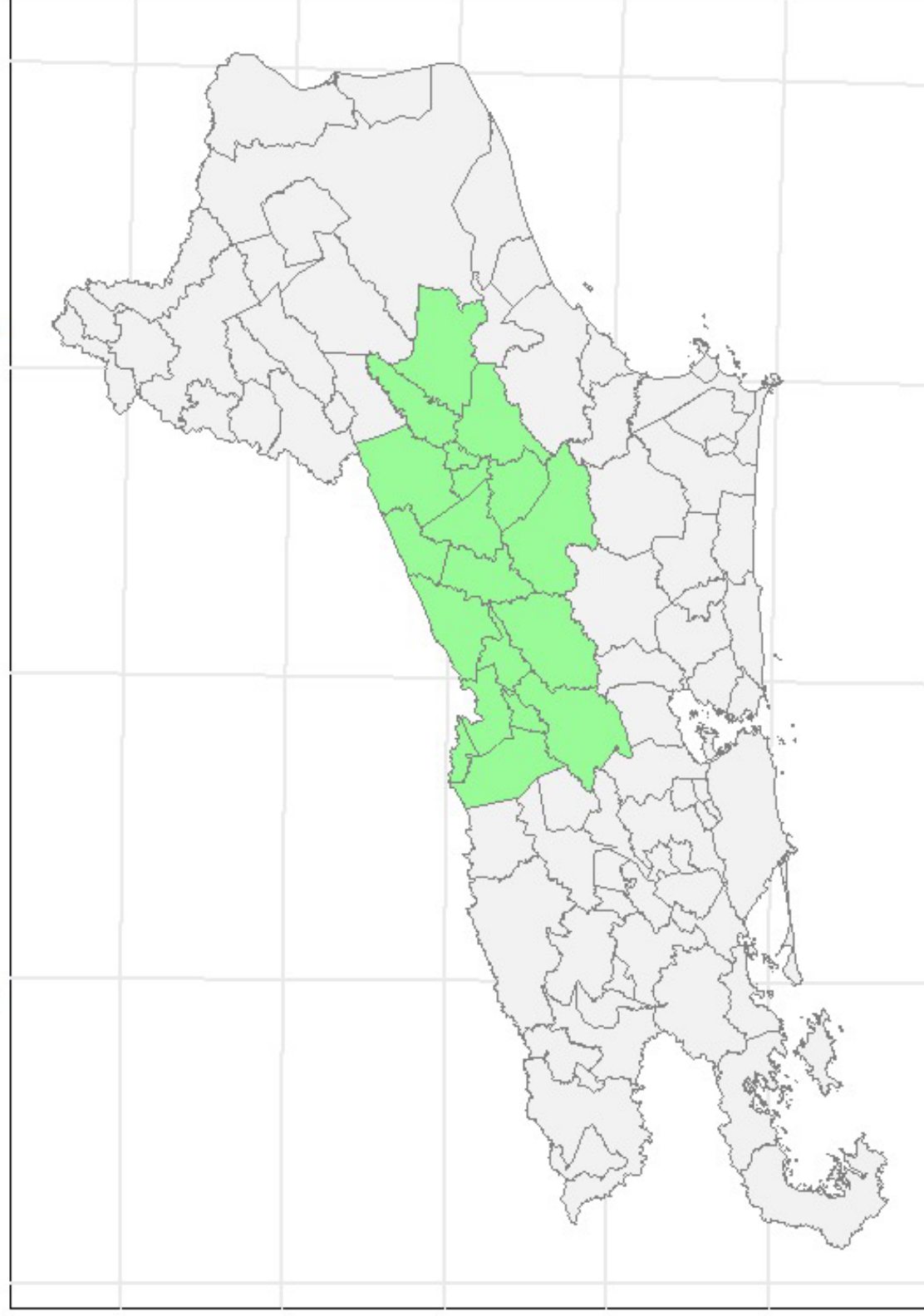
PETRÓPOLIS

53 Doutoranda em Ciência Política pelo IESP-UERJ

54 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



Região Intermediária de Petrópolis



Elaboração própria

O mapeamento do panorama político da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro para as eleições de 2026 contempla a análise dos municípios de Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis. Em perspectiva regional, o cenário pré-eleitoral revela a intensificação de articulações políticas, institucionais e territoriais à medida que se aproxima o próximo ciclo eleitoral, com destaque para agendas voltadas à infraestrutura, saúde, prevenção de desastres e fortalecimento da gestão pública.

O boletim acompanha as atuações de prefeitos, deputados estaduais e federais com inserção relevante na Região Serrana, bem como de atores com capacidade de articulação supramunicipal. São observados os prefeitos Hingo Hammes (PP), de Petrópolis, Johnny Maycon (PL), de Nova Friburgo, e Leonardo Vasconcellos (União Brasil), de Teresópolis. No Legislativo, o monitoramento inclui os deputados federais Hugo Leal (PSD) e Luiz Lima (PL), além dos deputados estaduais Yuri Moura (PSOL) e Júlio Rocha (AGIR). Também integra a análise Bernardo Rossi, atual secretário de Governo do estado do Rio de Janeiro e ex-prefeito de Petrópolis, dada sua trajetória política e influência regional.

Em Petrópolis, Hingo Hammes foi eleito em segundo turno, com 74,74% dos votos, numa disputa travada com o deputado Yuri Moura (PSOL). A sua gestão tem priorizado a resolução de demandas históricas do município, com destaque para a infraestrutura viária e a ampliação da capacidade de atendimento na saúde. No período observado, o prefeito manteve interlocução direta com o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), com o diretor geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Sampaio, e parlamentares federais, como os deputados Hugo Leal (PSD) e Dr. Luizinho (PP), para tratar das obras da BR-040, incluindo o retorno na altura da Feirinha de Itaipava e a ligação Bingen-Quitandinha. As agendas reforçam a estratégia de associar a gestão municipal à retomada de investimentos federais em obras estruturantes

Ainda na área de infraestrutura, a prefeitura avançou na licitação da obra de contenção no bairro Alcobacinha, demanda aguardada há mais de uma década, viabilizada com recursos do governo federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Paralelamente, a gestão manteve reuniões com a concessionária de energia elétrica ENEL para mitigação de impactos do período de chuvas e acompanhou ações relacionadas ao programa de recuperação fiscal do município (REFIS).

Na saúde, a administração municipal concentrou esforços na ampliação do acesso a especialidades médicas, aderindo ao programa federal Agora Tem Especialistas, implementado em unidades hospitalares e

clínicas conveniadas da cidade. Voltada à ampliação do atendimento pelo SUS, o programa passou a operar no Hospital SMH e na Clínica dos Olhos Dr. Tannuri, com oferta de consultas, exames e cirurgias nas áreas de oftalmologia, urologia, ginecologia e procedimentos gerais. Em publicações nas redes sociais, o prefeito agradeceu ao diretor nacional do programa, Rodrigo Oliveira, ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha (PT), e ao governo federal, destacando a possibilidade de ampliação da iniciativa para outras unidades da cidade. Ainda na área da saúde, Hammes repercutiu o recebimento do kit maternidade por gestantes do município, ação viabilizada pelo Novo PAC, e agradeceu o apoio do ministro Padilha e do deputado federal Dr. Luizinho (PP). Em dezembro de 2025, Petrópolis recebeu emenda parlamentar deste deputado destinada ao pagamento do Incentivo Financeiro Adicional (IFA) para 100% dos agentes comunitários de saúde. O prefeito também visitou o setor de epidemiologia do município ao lado do secretário municipal de Saúde, Aloisio Barbosa (PP), ocasião em que anunciou a chegada da vacina contra a bronquiolite neonatal, além de acompanhar a conclusão das obras da UBS do Bingen, voltadas à ampliação da atenção primária.

A política de segurança pública adotada por Hingo Hammes combina cooperação interinstitucional e fortalecimento do aparato municipal. A gestão associa segurança urbana e prevenção de desastres naturais, integrando guarda municipal, defesa civil, polícias estadual e federal, bombeiros, vigilância privada e participação comunitária. Petrópolis foi eleita pelo IBGE e pelo Ministério da Saúde como a cidade mais segura do estado do Rio de Janeiro, resultado atribuído pela prefeitura ao Programa Petrópolis Unida, projeto de lei de autoria do próprio Hammes, aprovado em 2024, que instituiu um comitê gestor integrado de forças de segurança, como a guarda civil municipal, das polícias militar, civil, federal e rodoviária e dos bombeiros. Entre as propostas apresentadas nas eleições de 2024, destacam-se ainda a integração de câmeras privadas ao sistema público de monitoramento e a criação de uma guarda turística. No turismo, a gestão retomou eventos como o carnaval Folia Imperial e o Natal Imperial, além da participação do prefeito em audiência pública da Comissão de Turismo da ALERJ, presidida pelo deputado estadual Júlio Rocha (AGIR), e no Fórum Municipal de Turismo, ao lado do secretário estadual Gustavo Tutuca (PP), com foco na construção do calendário de eventos para 2026.

A campanha de Hingo foi calcada na defesa da transparência administrativa e da publicidade dos atos de governo, eixo que tem sido reiterado no início da sua gestão. Nesse primeiro ano de mandato, o prefeito recebeu o Selo de Ouro de Transparência Pública concedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de

Janeiro (TCE), reconhecimento que a gestão mobiliza como ativo político e simbólico. Esse enquadramento se projeta também na forma como Hingo constrói sua comunicação digital, especialmente ao dar visibilidade às articulações institucionais e parlamentares que sustentam sua agenda administrativa. Em suas redes sociais, o prefeito expõe com frequência agendas e entregas associadas a aliados estratégicos, como o Senador Romário (PL) e os deputados federais Dr. Luizinho (PP) e Hugo Leal (PSD), além de destacar iniciativas vinculadas ao governo federal, geralmente marcando o perfil institucional do Executivo nacional. Chama atenção, contudo, que, embora cite e marque os ministros em publicações relacionadas a políticas públicas e repasses de recursos, o prefeito evita marcar diretamente o perfil do presidente Lula (PT), sinalizando uma estratégia de comunicação que busca maximizar ganhos institucionais e administrativos, sem explicitar alinhamentos presidenciais, movimento relevante no desenho do posicionamento político de Hingo Hammes (PP) no cenário eleitoral que se projeta para 2026.

Em Nova Friburgo, o prefeito Johnny Maycon (PL), eleito com 64,99% dos votos, tem estruturado sua gestão em torno do conceito de cidade resiliente. Marcado pela memória da tragédia climática de 2011, que resultou em 428 mortes, o município tem sido palco de ações voltadas à prevenção e mitigação de riscos de desastres naturais. Em 2025, o prefeito instituiu o decreto que oficializa Nova Friburgo como Cidade Resiliente, iniciativa que envolve diversas parcerias, incluindo cooperação com o governo do Japão. No mesmo ano, o município sediou o seminário RJ Resiliente, que reuniu autoridades estaduais e prefeitos da região para discutir políticas de gestão de riscos, com a presença do secretário estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi (Solidariedade), do presidente do INEA, Renato Jordão, e dos prefeitos de Bom Jardim, Cachoeira de Macacu, Cantagalo, Duas Barras e Sumidouro.

Durante situações emergenciais, Johnny Maycon buscou demonstrar prontidão administrativa ao acompanhar as ações das equipes municipais durante as fortes chuvas registradas em janeiro, que provocaram quedas de árvores e bloqueios de vias. Ao longo da gestão, foram instalados pontos de hidratação em áreas de grande circulação, como a Estação Livre, a Praça Conselheiro Paulino e a Via Expressa. Na infraestrutura, em parceria com o governo do estado e a Secretaria das Cidades, a prefeitura promoveu a recuperação da Estrada Granja Spinelli. Em uma postagem nas suas redes sociais, Johnny Maycon agradeceu o apoio do governador Cláudio Castro (PL), do secretário estadual das cidades e deputado estadual, Douglas Ruas (PL), e do deputado federal Altineu Côrtes (PL). Em mobilidade urbana, foi lançada a platafor-

ma Partiu, que permite o acompanhamento em tempo real da localização dos ônibus municipais. Em 2025, a gestão avançou na regularização fundiária do conjunto Promorar Dom Bosco e recebeu emenda parlamentar de R\$3 milhões para a área da saúde, destinada pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL), seguida da inauguração da Farmácia Municipal. A gestão também foi marcada pela celebração da Reforma Protestante, evento realizado pela prefeitura em parceria com a Secretaria de Turismo, com a participação do deputado Sóstenes.

No campo da educação e do esporte, o prefeito participou da inauguração da unidade preparatória militar, da reinauguração da Escola Municipal Waldir Lopes de Carvalho e da entrega da quadra esportiva e do espaço de convivência do bairro Rui Sanglard. Em janeiro de 2026, foi inaugurada a Faculdade de Nova Friburgo, com cursos na modalidade EaD e semipresencial, incluindo Terapia Ocupacional, além da oferta de 21 bolsas integrais para pessoas de baixa renda em parceria com o CRAS. O prefeito informou ainda que o município se encontra nos trâmites finais junto ao MEC para a implantação do curso de medicina. No plano político, Johnny Maycon recebeu homenagem da Câmara Municipal de São Gonçalo pelo Dia do Engenheiro, reforçando sua inserção em redes políticas para além do município, enquanto mantém, em suas redes sociais, um discurso voltado à modernização da gestão pública e à articulação com os governos estadual e federal.

O prefeito Johnny Maycon (PL) recebeu homenagem da Câmara Municipal de São Gonçalo pelo Dia do Engenheiro, em evento realizado pelo presidente da Câmara de Vereadores, Piero Cabral (Republicanos), e de Miguel Fernandez, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA). O episódio reforçou sua inserção em redes políticas para além do município e ampliou a sua visibilidade institucional em um contexto de projeção regional. Em suas redes sociais, o prefeito adota um discurso centrado na modernização da gestão pública, combinando postagens sobre entregas administrativas com registro de agendas junto aos governos estadual e federal, além da interação recorrente com a direção nacional do seu partido, em especial com Valdemar Costa Neto (PL). Essa estratégia de comunicação digital também evidencia a associação com parlamentares e lideranças do Partido Liberal, como os deputados federais Sóstenes Cavalcante e Altineu Côrtes, o governador Cláudio Castro e o secretário estadual das Cidades e deputado estadual Douglas Ruas. Ao tornar visíveis essas conexões partidárias e institucionais, o prefeito sinaliza um alinhamento orgânico ao campo político do PL e constrói, de forma gradual, um posi-

cionamento com relação às disputas e rearranjos eleitorais que começam a se desenhar com vistas a 2026.

Em Teresópolis, o prefeito Leonardo Vasconcellos (União Brasil), eleito com 28,09% dos votos, contra seu principal adversário, o deputado estadual Júlio Rocha (AGIR). A sua gestão tem como eixo central o objetivo de posicionar o município como capital nacional da qualidade de vida. Entre as principais iniciativas, destaca-se a implementação do programa Vai de Ônibus, que institui tarifa zero aos domingos e, a partir de janeiro de 2026, ampliou a gratuidade para a linha regular Águas Quentes-Rodoviária em todos os dias da semana. Na área social, a prefeitura lançou o programa Prato Cheio, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e o Fundo de Solidariedade, presidido por sua esposa Claudia Vasconcellos, voltado ao combate à extrema pobreza, com distribuição de alimentos da agricultura familiar e cestas básicas. A gestão também inaugurou o Horto Municipal, espaço acessível com foco em educação ambiental e inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, além de lançar o Passaporte Azul, que garante acesso gratuito a atividades recreativas para crianças com TEA e pessoas com deficiência.

Na saúde, foram entregues as novas instalações do SPA de Bonsucesso, com funcionamento 24 horas, exames laboratoriais, raio-x e leitos de estabilização, além da aquisição do prédio que sediará o futuro Multi Hospital Municipal. A gestão avançou ainda na regularização fundiária por meio do programa Casa da Gente, com a entrega de 43 escrituras definitivas no bairro Calume, e manteve articulação direta com o governo federal para a regularização de mais de 10 mil imóveis em Fonte Santa e Quinta do Lebrão. Em uma postagem nas suas redes sociais, o prefeito prestou seus agradecimentos ao Presidente da República e ao deputado federal Lindbergh Farias (PT).

Em 2025, o prefeito Leonardo Vasconcellos (União Brasil) acumulou homenagens institucionais e prêmios de reconhecimento administrativo, utilizados pela gestão como elementos de validação pública da sua atuação. No período, recebeu o título de cidadão riopretano concedido pela Câmara Municipal de São José do Vale do Rio Petro, além de ser reconhecido como melhor prefeito de 2025 pelo Instituto Coalizão Rio e como Personalidade Pública do Ano pela Associação das Nações Unidas. Embora mantenha diálogo com lideranças nacionais e participe de agendas de projeção extramunicipal, o prefeito evita, até o momento, explicitar alinhamentos partidários ou arranjos eleitorais para 2026, adotando uma postura pública cautelosa no campo das alianças, compatível com uma estratégia de preservação de margem de negociação no cenário pré-eleitoral.

No campo das projeções eleitorais para 2026, a Região Serrana passa a registrar, ainda em tom de expectativa, a circulação de nomes que tendem a estruturar as disputas proporcionais. Nos bastidores, observa-se a avaliação de que o prefeito de Teresópolis, Leonardo Vasconcellos (União Brasil), avance na consolidação de um projeto político próprio para o próximo ciclo eleitoral, que poderia incluir o estímulo à candidatura de sua esposa, Cláudia Vasconcellos, a uma vaga na ALERJ. No município, também são mencionados como pré-candidatos à ALERJ Júlio Rocha (AGIR), em possível movimento de reeleição, e Arnaldo Silva (União Brasil), igualmente apontado como postulante à renovação do mandato, enquanto Rapinha (União Brasil) e Caio Heitor surgem como nomes ventilados para a disputa à Câmara dos Deputados, este último ainda com filiação partidária indefinida. Em Nova Friburgo, circulam rumores de que o prefeito Johnny Maycon (PL) poderia avaliar uma candidatura a deputado, enquanto a movimentação de Zé Alexandre em direção à ALERJ inaugura uma nova etapa das articulações locais, ao colocar seu nome à disposição do PT para o pleito estadual.

Em Petrópolis, o vereador licenciado e secretário de Governo e Planejamento, Fred Procópio (MDB), é citado como possível candidato a deputado estadual para o pleito de 2026. No plano federal, o ex-prefeito Rubens Bomtempo (PSB) sinaliza disposição para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados, assim como o ex-prefeito e atual secretário estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi, hoje filiado ao Solidariedade, mas com possibilidade de migração para o PL. Mantém presença na região o deputado federal Hugo Leal (PSD), que tende a buscar a reeleição. No âmbito estadual, também são mencionados o presidente da Câmara de Petrópolis, Junior Coruja (PSD), e o vereador Junior Paixao (PSDB), este último apontado como possível nome apoiado pelo governador Cláudio Castro (PL), em eventual dobradinha com Bernardo Rossi. O deputado estadual Yuri Moura (PSOL) é esperado como candidato à reeleição. Os deputados federais Luiz Lima (PL) e Glauber Braga (PSOL) seguem como parlamentares com atuação e vínculos políticos relevantes na Região Serrana, com expectativa de reeleição. compondo um quadro ainda fluido, marcado por sinalizações iniciais e pela ausência de definições consolidadas neste momento pré-eleitoral.

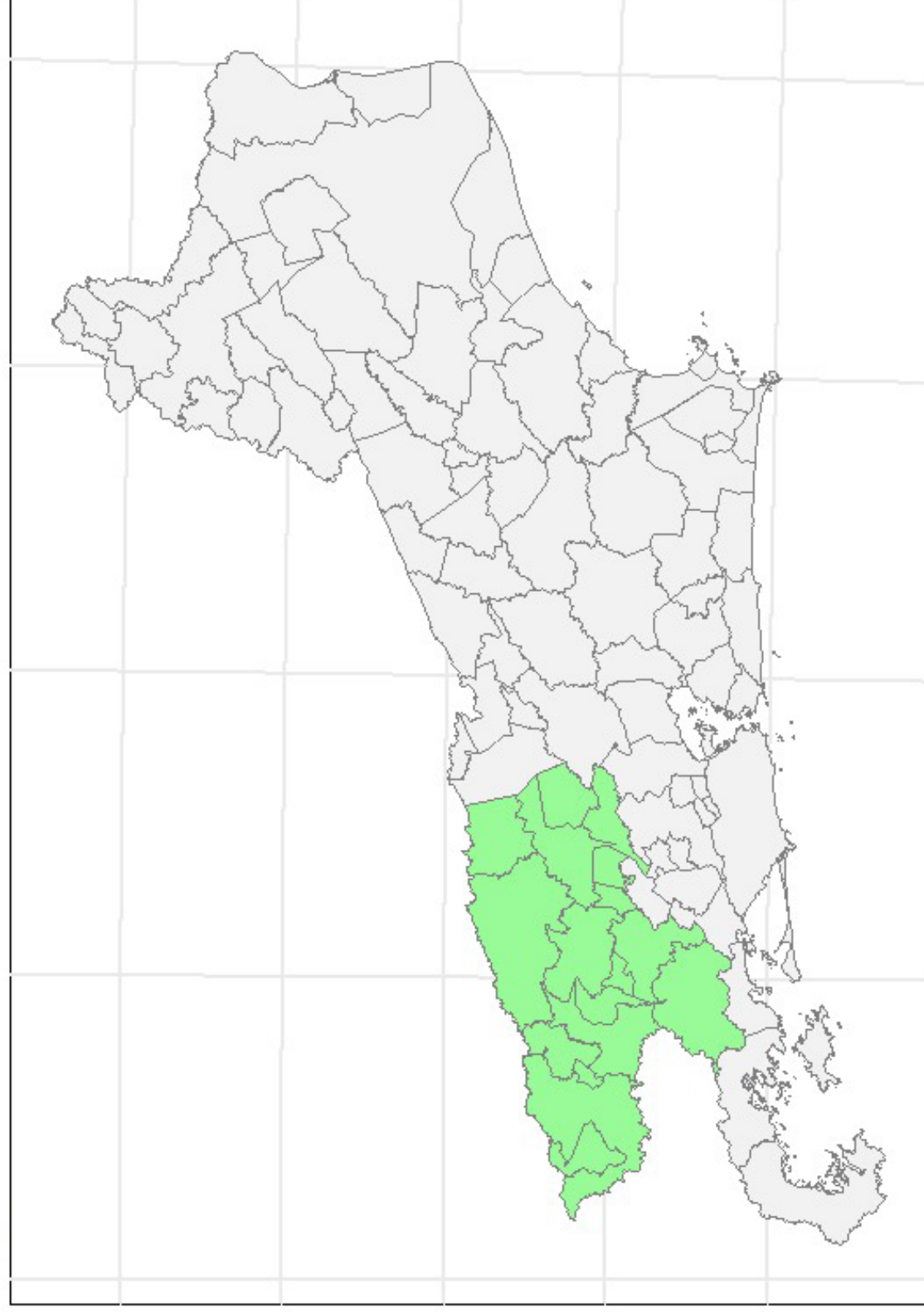
Em conjunto, essas movimentações indicam que o cenário eleitoral da Região Serrana, especialmente em Petrópolis, permanece em fase de conformação. As sinalizações observadas até o momento apontam para a construção gradual de candidaturas e alianças, ainda sem definições consolidadas, refletindo um

quadro político fluido, no qual diferentes atores testam posicionamentos, preservam margens de negociação e ajustam estratégias à medida que o calendário eleitoral de 2026 se aproxima.

BARRA MANSA VOLTA REDONDA

⁵⁵ Graduada em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e técnica em Telecomunicações pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Região Intermediária de Volta Redonda - Barra Mansa



Elaboração própria

A região intermediária de Volta Redonda - Barra Mansa do Sul Fluminense, destaca-se como um polo estratégico no campo político do Rio de Janeiro, especialmente nas eleições estaduais e federais de 2026. Caracterizada por uma forte coesão entre o poder Executivo e Legislativo municipal e um alinhamento com o Governo do Estado, a região não apenas consolida projetos de continuidade administrativa, mas também projeta novos nomes para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e a Câmara dos Deputados. O monitoramento dos municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Piraí, Resende e Valença revela um padrão de governabilidade estável, sustentado por alianças de centro-direita e uma aproximação institucional direta com o governador Cláudio Castro (PL). Em Volta Redonda, o prefeito Antônio Francisco Neto (PP) mantém a hegemonia com seu histórico sexto mandato, focando a gestão em infraestrutura e saúde especializada, enquanto em Barra Mansa, Luiz Furlani (PL) segue o projeto de continuidade de Rodrigo Drable (Solidariedade), com forte articulação estadual. Resende apresenta um cenário similar, com Tande Vieira (PP) preservando o projeto político hegemônico de Diogo Balieiro, que foi eleito prefeito do município em 2016, pelo PSD, e reeleito em 2020, pelo Democratas. Na corrida eleitoral de 2024, Tande foi o sucessor de Diogo. O atual prefeito concentra-se nas áreas de saúde e mobilidade urbana enquanto sua atuação na gestão pública de Resende. Já em Piraí, Luiz Fernando Pezão (MDB) articula-se tanto com o governo estadual quanto com o governo federal para garantir recursos para infraestrutura e turismo. Por fim, em Valença, Saulo Corrêa (MDB) marca o retorno da liderança da família Corrêa no Poder Executivo municipal, após 20 anos do governo de seu pai, Luiz Antônio Corrêa⁵⁶, e direciona a gestão para o desenvolvimento industrial e rural. A maioria dos deputados estaduais da região foca em pautas sociais, saúde e orçamento. Os deputados Munir Neto (PSD), Gustavo Tutuca (PP) e André Corrêa (PP), atores políticos cuja região foi relevante para sua votação ao cargo, são peças-chave na articulação regional e aliados de Cláudio Castro.

Em Volta Redonda, a política é marcada pela hegemonia de Antônio Francisco Neto (PP), reeleito em 2024 com uma votação expressiva (72,84% dos votos válidos). Anteriormente, Neto havia sido eleito pelo PMDB por dois pleitos consecutivos, 2008 e 2012. No ano de 2020, foi novamente eleito ao cargo, desta vez pelo Democratas. Essa estabilidade eleitoral se traduz em ampla governabilidade na Câmara Municipal, onde a coligação governista detém a maioria das 21 cadeiras. A gestão de Neto é caracterizada pela priorização de obras focadas na infraestrutura da cidade, como a retomada e inauguração de viadutos (Jardim Amália e Voldac) e a expansão da rede de saúde especializada, exemplificada pelo Hospital do Olho e o

⁵⁶ Atualmente, o ex-prefeito é deputado federal, após assumir o cargo enquanto suplente pelo Progressistas

avanço das obras do Hospital da Criança.

A articulação política de Neto é robusta, mantendo parcerias estratégicas com o governador Cláudio Castro (PL) e contando com o suporte legislativo de seu irmão, o deputado estadual Munir Neto (PSD), que já iniciou sua ofensiva pela reeleição em 2026 com encontros de articulação política junto à base governista municipal, além dos deputados federais Dr. Luizinho (PP) e Pazuello (PL).

Apesar da estabilidade, o cenário institucional é atravessado por tensões, como a investigação da Polícia Federal (Operação Ambitus) sobre suposto esquema de corrupção eleitoral e a desconfiança contínua sobre a elegibilidade de Neto. A força política de Volta Redonda se manifesta na projeção de novos nomes para o Congresso Nacional. O vereador Rodrigo Furtado (PL), alinhado ao campo bolsonarista, anunciou sua pré-candidatura a Deputado Federal. Sua filiação ao Partido Liberal (PL) de Jair Bolsonaro posiciona-o como um potencial catalisador do eleitorado de direita na região, buscando uma vaga na Câmara dos Deputados.

A gestão de Neto é caracterizada pela priorização de obras focadas na infraestrutura da cidade, como a retomada e inauguração de viadutos (Jardim Amália e Voldac) e a expansão da rede de saúde especializada, exemplificada pelo Hospital do Olho e o avanço das obras do Hospital da Criança. A articulação política de Neto é estruturada, mantendo parcerias estratégicas com o governador Cláudio Castro (PL) e contando com o suporte legislativo de seu irmão, o deputado estadual Munir Neto (PSD), que já iniciou sua ofensiva pela reeleição em 2026 com encontros de articulação política junto à base governista municipal, e do deputado federal Dr. Luizinho (PP), que já demonstrou interesse à reeleição em 2026 para continuar o trabalho na Câmara dos Deputados, onde exerce protagonismo crescente.

Barra Mansa segue um modelo de continuidade administrativa, onde o grupo político liderado por Rodrigo Drable (Solidariedade) consolidou a eleição de seu sucessor, Luiz Furlani (PL), em 2024. A vitória de Furlani, com 48,10% dos votos, foi fortalecida pela aliança com partidos de centro e centro-direita, como o MDB da vice-prefeita Luciana Alves.

A transição para a atual gestão é marcada por uma harmonia institucional entre os poderes Executivo e Legislativo. A coligação governista, denominada "Minha Cidade no Caminho Certo" (composta por PL, MDB, Republicanos, Progressistas, Solidariedade e Podemos), detém a maioria absoluta das cadeiras na Câmara Municipal. O PL destaca-se como a maior bancada, contando com quatro vereadores, entre os quais figuram pilares de sustentação como Rayane Braga, a parlamentar mais votada da cidade com 2.588

votos, e Jefferson Mamede.

Enquanto no Executivo, a relação foi formalizada com a nomeação de Rodrigo Drable como Subsecretário de Articulação Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro em abril de 2025. Essa posição garante um canal direto para convênios estaduais e recursos, essenciais para a agenda administrativa de Furlani, que prioriza infraestrutura (revitalização da Avenida Beira-Rio), saúde (Hospital do Olho e Veterinário) e segurança pública - implementação do Programa Segurança Presente, equipada com reconhecimento facial e novas viaturas, projetos de segurança que contam com a articulação de Pazuello na esfera federal. A influência federal é mantida por lideranças como o deputado Altineu Côrtes (PL), presidente do PL-RJ, que direciona emendas para a saúde municipal. A projeção de Drable em 2026 para a esfera estadual é clara. O ex-prefeito anunciou sua pré-candidatura a deputado estadual. Com dois mandatos de prefeito e uma posição chave no governo Castro, Drable se apresenta como um nome forte para a Alerj, com a bagagem de obras estruturantes e a capacidade de articulação política. Em 2016, à época pelo PMDB, Drable obteve 39.169 votos (43,46%). Já em 2020, quando reeleito, ele conquistou uma votação nominal de 43.323 (51,41%).

Os demais municípios monitorados reforçam o padrão de continuidade e forte articulação externa. Em Piraí, a volta de Luiz Fernando Pezão (MDB) ao poder, após recuperar seus direitos políticos por meio de uma decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) em outubro de 2024, retornou ao cenário eleitoral e derrotou Arthur Tutuca (PRD) com 58,58% dos votos válidos. No plano legislativo, a eleição de Júnior Rocha (MDB) para a presidência da Câmara Municipal (biênio 2025-2026), por um placar de 7 votos a 4, evidenciou a consolidação de um apoio majoritário em torno do novo governo, embora sob a vigilância de uma oposição estruturada.

Pezão mantém uma relação pragmática tanto com Cláudio Castro quanto com o governo federal (Lula/PT), garantindo acesso a recursos significativos, como os 72,4 milhões reais do Novo PAC Seleções 2025 (Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS). Internamente, como uma das primeiras medidas do mandato, o governo criou três novas pastas estratégicas: as secretarias de Turismo, Comunicação e Mulher, visando viabilizar projetos específicos e dar maior eficiência à gestão. Apesar do racha eleitoral, Gustavo Tutuca (PP) permanece como uma liderança regional central. Membro da família Tutuca, um clã político da região, Gustavo tem forte influência na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e foi um

dos deputados mais votados da região, com potencial para uma reeleição em 2026.

Em Resende, a sucessão de Diogo Balieiro Diniz, atual subsecretário de Saúde de Itatiaia, por Tande Vieira (PP), ex-secretário de Saúde de Resende, demonstra a preservação do projeto político hegemônico. Tande Vieira, o deputado estadual mais votado no município em 2022 e atual prefeito, mantém o apoio de Castro e do deputado federal Dr. Luizinho (PP), focando na continuidade de projetos de infraestrutura e saúde. Na Câmara Municipal, a coligação "Resende no Caminho Certo", composta por PP, MDB, Avante, Agir, Podemos, PL, União Brasil e Novo, garantiu uma base governista para a legislatura 2025-2028. O MDB detém a maior bancada, com três cadeiras, seguido por Podemos, União Brasil, PL e PP, que possuem dois vereadores cada. Na esfera federal observa-se Pazuello destinando recursos para reforço da infraestrutura local a partir de mais de 700 mil reais em "emendas pix"⁵⁷. Essa maioria parlamentar assegura a governabilidade necessária para a execução da agenda administrativa, que prioriza a continuidade de projetos de infraestrutura e de mobilidade urbana iniciados na gestão anterior.

Por fim, em Valença, a hegemonia da família Corrêa foi ratificada pela eleição de Saulo Corrêa (MDB). Saulo venceu o pleito em turno único com 50,32% dos votos válidos (19.062 votos), tendo como vice o Dr. Ailton Batista (Podemos). A governabilidade da chapa é sustentada pela coligação "Mudança com Segurança para Melhor", que reúne uma ampla base partidária composta por MDB, Podemos, PL, PP, PSB, União Brasil e Solidariedade e é reforçada pela influência de seu pai, Luiz Antônio Corrêa (PP) ex-prefeito de Valença e ex-deputado federal, que em 2024 foi eleito vereador, sendo o mais votado da cidade com 1.252 votos, exercendo um papel central na articulação entre o Executivo e a Câmara Municipal. E de seu irmão, o deputado estadual André Corrêa (PP), reeleito em 2022 para seu sétimo mandato, atual presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), que demonstra viabilidade para uma nova reeleição em 2026, buscando seu oitavo mandato consecutivo.

A região Sul Fluminense concentra seus esforços na plena integração tecnológica, com forte investimento em monitoramento, implementação de câmeras e reconhecimento facial, alinhando-se à política de investimentos do Governo do Estado. A análise dos planos de governo na região revela nuances na gestão da segurança. Em Volta Redonda, Antônio Francisco Neto sistematizou a infraestrutura da vigilância, utilizando o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP) e sistemas de reconhecimento facial

⁵⁷ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/mpf-abre-inquerito-civil-sobre-emendas-pix-de-romario-e-pazuello/> Acesso em: 30 jan. 2026

como pilares de sua vitrine política. O plano de governo foca objetivamente na expansão do monitoramento por câmeras e na implementação de sensores inteligentes para a gestão urbana em tempo real, que foi iniciado ainda no seu mandato anterior. Essa estratégia é amplificada por uma excessiva exposição nas redes sociais, onde o prefeito utiliza parcerias estratégicas com o governo estadual para posicionar a cidade como uma matriz de segurança regional. Ao exportar esse modelo de modernização tecnológica para o Sul Fluminense, Neto assume o papel de mentor regional, posicionando Volta Redonda como uma referência em segurança por monitoramento.

Barra Mansa, sob a gestão de Luiz Furlani, adota uma postura mais ostensiva e de modernização tecnológica, priorizando investimentos em drones de última geração, novas viaturas e a expansão do sistema de monitoramento por câmeras. Essa estratégia fundamenta-se na integração técnica e operacional entre as forças de segurança, abrangendo desde a incorporação de armamento pela Guarda Municipal até a formalização de convênios estratégicos com a Polícia Militar, a exemplo do Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS). Complementarmente, o plano a criação do projeto "Bairro Seguro BM", que visa estabelecer canais diretos de comunicação entre a comunidade e as forças de segurança. Resende, a estratégia de Tande Vieira é baseada em Inteligência e Prevenção Social. O plano propõe a criação de uma Secretaria Municipal de Ordem Pública e o investimento em reconhecimento facial. No entanto, enfatiza que a segurança depende de ofertas em educação, esporte e cultura para afastar jovens da violência. Destaca-se a criação de um da Guarda Municipal voltado exclusivamente à repressão e prevenção do feminicídio. Já Valença, com Saulo Corrêa, rompe com o modelo tradicional ao fundir Ordem Pública e Assistência Social, foca menos em segurança ostensiva e mais na segurança por meio do desenvolvimento. Ele prioriza parcerias com o Estado para infraestrutura e foca na valorização da educação e esporte como ferramentas de prevenção, delegando o policiamento pesado ao Estado. Por fim, Piraí, com Luiz Fernando Pezão, atua como articulador regional com forte componente de segurança digital, buscando a prevenção tecnológica e o patrulhamento preventivo, que inclui a instalação de câmeras de monitoramento em toda a cidade e a integração através de um "Centro de Gestão Urbana".

O tema da segurança será inevitavelmente explorado em 2026, não apenas pelo discurso repressivo, mas pela capacidade de gestão municipal e articulação com o Estado. O Sul Fluminense se consolida como um laboratório de gestão tecnológica, onde prefeitos com resultados concretos ou modelos de sucesso ga-

nharão capital político para influenciar a escolha do candidato ao governo do estado. O fator determinante para a sucessão estadual é a forte aproximação dos prefeitos com o governador Cláudio Castro (PL), um alinhamento pragmático e financeiro que garante o fluxo de convênios e emendas. Com a provável saída de Castro em abril de 2026 para o Senado, o cenário se polariza entre o Campo Progressista/Lulista, liderado por Eduardo Paes (PSD), e o Campo Conservador/Bolsonarista, em disputa interna. O apoio de Castro deve recair sobre um nome que garanta a continuidade do grupo, sendo Nicola Miccione o preferido para o mandato, e nomes como Rodrigo Bacellar (União Brasil) , forte concorrente para a eleição de outubro. A lealdade dos prefeitos do Sul Fluminense estará com o grupo político que detém o poder estadual e que garante a governabilidade local.

A decisão de Castro sobre quem apoiará em outubro será crucial. Dada a sua forte influência na região e a aliança entre o PP (partido de Neto e Tande) e o PL (partido de Furlani e Castro), é provável que o Sul Fluminense se una em torno do candidato que melhor garantir a continuidade do fluxo de recursos estaduais e federais e a governabilidade local.



Laboratório de Partidos,
Eleições e Política Comparada